

AVISO**AVISO DE SUSPENSÃO****Pregão Eletrônico nº 90183/2024/SUPEL/RO****Processo Administrativo: 0004.071816/2022-00**

Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de Materiais e equipamentos de Proteção contra **PRODUTOS PERIGOSOS [...](DETECTOR MULTIGÁS - 7 GASES, COM SENSORES PARA PID, O2, LEL, CO, H2S E NH3, KIT PARA CALIBRAÇÃO, DETECTOR DE RADIAÇÃO NUCLEAR - ALFA/BETA/GAMA/RAIO X, VIATURA AUTO PRODUTOS PERIGOSOS (COM EQUIPAMENTOS), incluindo assistência técnica e reposição de peças)**, para atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do estado de Rondônia.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO, através de seu Pregoeiro Substituto, nomeado por força da Portaria n. 114/2025/SUPEL/RO, de 04 de junho de 2025, torna público aos interessados e em especial às empresas que retiraram o Edital da licitação em epígrafe, que o certame licitatório está **SUSPENSO “SINE DIE”** para responder a pedidos de esclarecimentos e impugnação. Assim, após disponibilizadas as devidas respostas, fixaremos nova data e horário para a sessão inaugural do certame licitatório. Publique-se no sistema Compras Governamentais e nos meios legais.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

THALES SILVA SOUZA

Pregoeiro Substituto da Comissão de Segurança Pública

Superintendência Estadual de Compras e Licitações

Protocolo 0061998995

Portaria nº 174 de 07 de julho de 2025

Altera Portaria Portaria nº 162 de 30 de junho de 2025 que Institui a 2ª Comissão de Segurança Pública e designa servidora para sua composição, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o art. 8º, § 5º da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que versa sobre a condução da licitação na modalidade pregão, e define que o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro;

CONSIDERANDO art. 110-A, da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, que versa sobre a competência da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de organizar e coordenar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo de Rondônia;

CONSIDERANDO o art. 5º e art. 9º do Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de Janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e

CONSIDERANDO a necessidade de estruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos do art. 1º da Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025 id. (0061712616), passando a vigorar nos seguintes termos:

I - Agente de contratação:**a) Bianca Matias de Souza**, matrícula n.º *****873.**II - Membros:****a) Rafaela Carvalho da Fonseca**, matrícula n.º *****666; e**b) Alex Sandro Oliveira de Souza Nascimento**, matrícula n.º *****200.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como **pregoeira**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for **pregão eletrônico**, conforme previsto no art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como pregoeira substituta a servidora indicada no inciso II, alíneas a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 0061978274

Portaria nº 173 de 07 de julho de 2025

Institui a 2ª Comissão de Obras e designa servidores para sua composição, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023, e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a **2ª Comissão de Obras (SUPEL-COOR2)**, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Presidente:

a) Thales Silva Souza, matrícula nº *****450.

II - Equipe de Apoio:

a) Davi Vieira de Oliveira, matrícula nº *****727.

§ 1º O servidor indicado no inciso I, alínea a), atuará como **pregoeiro**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como **pregoeiro substituto** o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0061978052

Portaria nº 170 de 07 de julho de 2025

Altera dispositivos da Portaria nº 70 de 28 de agosto de 2024, que designa servidores para compor a Comissão de Gestão e Fiscalização de Contratos e Serviços, e revoga a Portaria nº 160 de 30 de junho de 2025 e a Portaria nº 154 de 25 de junho de 2025, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 17, inciso VIII, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria nº 70 de 28 de agosto de 2024 (0052261872) que designa servidores para compor a Comissão de Gestão e Fiscalização de Contratos e Serviços, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia – SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas;



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
2ª Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG2

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90146/2025/SUPEL/RO

Para **O LOTE ÚNICO**, aplica-se a AMPLA PARTICIPAÇÃO, sem a reserva de cota de até 25% para as ME/EPP, considerando a indivisibilidade de alguns itens que compõem o lote único, observa-se que determinados itens possuem apenas uma unidade, o que torna tecnicamente inviável a sua divisão ou a aplicação da reserva de cota de até 25% prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 de setembro de 2025, às 10h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 12 de setembro de 2025
---	--

OBJETO:		
Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de plotagem de viaturas, destinados à plotagem das viaturas da PMRO, conforme demanda das unidades operacionais.		
FUNDAMENTO:		
Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Decreto Estadual nº28.874, de 25 de janeiro de 2024. dentre outros.		
PROCESSO ADMINISTRATIVO:		
UASG: 925373		
ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 270.043,10 (Duzentos e Setenta Mil, Quarenta e Três Reais e Dez Centavos).	
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Facultativa/ Obrigatório	Ata de Registro de Preços	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (INFORMAR ITEM DO ANEXO I)		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no <u>item 43 do Termo de Referência</u> . 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no <u>item 43.5. do Termo de Referência</u> . 3. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no <u>item 43.3. até o item 43.4.1. do Termo de Referência</u> . 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no <u>item 43.7. do Termo de Referência</u> .		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
Não	Não	Não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇO

Menor Preço Por Lote	Aberto	Sim
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
TELEFONE: (69) 3212-9243		coseg2.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (EX.: 90001/2025)		

SUMÁRIO

- 1. DO PREÂMBULO;
- 2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
- 3. DO OBJETO;
- 4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
- 5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
- 6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
- 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
- 8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
- 9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
- 10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
- 11. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
- 12. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
- 13. DO RECURSO;
- 14. DA HOMOLOGAÇÃO;
- 15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
- 16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
- 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
- 18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
- 19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
- 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
- 21. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

- 1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da Portaria nº 174/2025/GAB/SUPEL, publicada no DOE na data 8 de julho de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 90146/2025/SUPEL/RO, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o Método de Disputa: **ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), [Decreto Federal nº 28.874/2024](#) e [Lei Complementar nº 123/06](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessada a Polícia Militar do estado de Rondônia (PM RO).
- 1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.
- 1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 1.5. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:
 - Polícia Militar do estado de Rondônia (PM RO).

3. DO OBJETO

- 3.1. O objeto da presente licitação é a contratação pretendida por meio do Termo de Referência é o registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de plotagem de viaturas, destinados à plotagem das viaturas da PMRO, conforme demanda das unidades operacionais, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

3.1.1. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3.2. **Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam mantidas aquelas estabelecidas no item 8. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

3.2.1. **DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DAS QUANTIDADES ESTIMADAS**

3.2.2. As especificações técnicas para a correta plotagem das viaturas, devem seguir o grafismo devidamente aprovado por normas específicas, com cores, desenhos, dimensões e demais características da identidade visual institucional da PMRO, conforme detalhado abaixo no quadro abaixo.

3.2.3. A propósito, as quantidades foram estimadas de acordo com a demanda das Unidades Administrativas e Operacionais da PMRO, devidamente inseridas e detalhadas no ETP 58 (0062693700), da seguinte forma:

LOTE ÚNICO						
ITEM	MODELOS DE PLOTAGENS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CAT/SER	UNIDADE	QUANTIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA
1	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Operações Especiais/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO A plotagem deverá ser realizada em vinil de alta qualidade, com exceção das celas, embarcações e aeronaves, que deverão ser pintadas com tinta automotiva específica de alta qualidade, conforme as especificações constantes do Anexos XIV e XX deste Regulamento. Requisitos mínimos do material: Vinil automotivo de			3	1
2	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de policiamento tático de ação e reação ao crime organizado. Resolução 0300, página 02, imagem 1. (0054957570).				5	2
3	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Polícia de Choque/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 1. (0047415000).				1	1
4	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Policiamento de Fronteira/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 2. (0047415000).				8	3
5	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO/CAMINHONETE. Resolução 0300, página 02, imagem 2. (0054957570).				3	1
6	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Maria da Penha/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 2. (0047415000).				1	1
7	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viaturas Administrativas/SEDAN. Decreto (0047438810).				2	1

8	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (HATCH) Viaturas Administrativas/HATCH. Decreto (0047438810).	<p>alta qualidade, podendo ser refletivo ou não refletivo, conforme item especificado no regulamento; Resistência a intempéries, abrasão, impacto, lavagem frequente, calor e umidade; Características de flexibilidade, aderência e acabamento automotivo, compatível com superfícies metálicas e plásticas automotivas. Itens gráficos obrigatórios (conforme modelo da viatura): A plotagem deverá conter, conforme o tipo e modelo da viatura: Escudo da PMRO ou, para unidades especializadas, o Escudo da Unidade correspondente; Brasão do Estado de Rondônia (refletivo), posicionado na parte inferior da porta dianteira; Dísticos “POLÍCIA” e “MILITAR”, com dimensões, cores e posicionamento conforme especificações da Resolução; Prefixo alfanumérico da viatura (nas laterais e no teto), para identificação terrestre e aérea; Forte Príncipe da Beira, representado em linhas coloridas (azul, verde e amarelo), conforme padrão da bandeira do Estado; Número de emergência 190, com pictograma em adesivo refletivo; Sítio digital institucional (www.pm.ro.gov.br) no vidro traseiro; Logotipos de gestão e convênio, quando aplicável, nas portas dianteiras; Aplicação do Sillitoe Tartan nas viaturas do BPtran e Coordenadoria de Saúde; Respeito às cores específicas por especialidade (ex.: viaturas do BOPE em preto, do BPCHOQUE em cinza, do BPA em verde, etc.).</p> <p>incluindo material e mão de obra necessários para adesivagem, remoção de adesivos antigos (se houver); devem ser observadas criteriosamente as especificações (medidas, símbolos, grafismo, cores, etc.) contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST sob o I D 0047415000, Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS I D 0054957570 e Decreto 23.561 ID 0047438810.</p> <p>Com a garantia mínima de 3 (três) anos, contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo; não sendo aceito desbotamentos e deterioração que não estejam vinculados a sinistros decorrentes da atividade policial, podendo ser refletivo ou não refletivo.</p>	24902	UND	3	1
9	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viaturas Administrativas/CAMINHONETE. Decreto (0047438810).				7	2
10	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viaturas Administrativas/CAMIONETA. Decreto (0047438810).				1	1
11	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (EMBARCAÇÃO) Embarcações. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 1. (0047415000).				29	10
12	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MOTOCICLETA) Motocicletas. Resolução 01/2023/PM, página 18, imagem 1. (0047415000).				13	4
13	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (QUADRICICLO) Quadriciclos. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 2. (0047415000).				2	1
14	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viatura de Rádio Patrulha (caminhonete). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).				13	4
15	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura de Rádio Patrulha (camioneta). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).				1	1
16	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viatura de Rádio Patrulha (sedan). Resolução 01/2023/PM, página 15, imagem 1. (0047415000).				3	1
17	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura do Batalhão de Trânsito - CAMIONETA. Resolução 01/2023/PM, página 12, imagem 2. (0047415000).				2	1

18	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MICRO-ÔNIBUS) Micro-ônibus. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 2. (0047415000).				11	4
19	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (AERONAVE) Aeronave. Resolução 01/2023/PM, página 19, imagem 1. (0047415000).				1	1
20	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (VAN) Van (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).				1	1
21	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHÃO) Guincho. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 1. analogia. (0047415000).				1	1
22	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAVEIRÃO) Caveirão (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).				1	1

3.2.4. A solução proposta harmoniza-se com as necessidades operacionais da PMRO, no tocante à plotagem das viaturas operacionais da corporação. A contratação de serviços de plotagem de viaturas, voltados à manutenção dos condicionadores de ar, visando a continuidade dos serviços públicos de segurança pública na execução da função precípua da Polícia Militar, qual seja, policiamento preventivo e repressivo ostensivo, de forma a promover a segurança pública do Estado de Rondônia.

3.2.5. Os quantitativos foram dimensionados pela P-4 de cada Batalhão de PMRO, através de Despacho sob o ID 0056794934, conforme consta no processo SEI: 0021.005288/2025-27, os quais estão inseridos no PCA da PMRO, levando em consideração o número atual de veículos e critério de renovação das plotagens de todas as unidades de veículos da frota da PMRO e a necessidade de atendimento contínuo durante a vigência da ata de registro de preços, bem como, durante a vigência contratual, que poderá ser renovada por até 10 anos, por se tratar de serviço contínuo.

3.3. **Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 8.5.e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

3.3.1. **Garantia dos serviços**

3.3.2. A CONTRATADA deverá executar o serviço de plotagem de viatura, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, com período de garantia mínima de 3 (três) anos conforme capítulo II, seção III da Resolução nº. 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000)., contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme tópico 15 - DA GARANTIA, deste Termo de Referência.

3.4. **Das condições contratuais/garantia do contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 10.9. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

3.5. **DO CONTRATO**

3.5.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/21, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

3.5.2. Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

3.6. **Da Garantia Contratual**

3.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

3.7. **Do reajuste e supressão contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 36. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

3.7.1. **DO REAJUSTE CONTRATUAL**

3.7.2. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base estabelecida no edital, em conformidade com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 2º, §1º da Lei nº 10.192/2001.

3.7.3. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, o reajuste será concedido mediante a aplicação de índice de correção monetária, observando-se a data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme definido no instrumento convocatório.

3.7.4. O reajuste será calculado pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE, ou outro

índice que venha a substituí-lo.

3.7.5. O reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA mediante requerimento formal protocolado junto ao fiscal do contrato, instruído com:

- a) Demonstrativo de cálculo do reajuste pretendido;
- b) Cópia do contrato e seus aditivos;
- c) Comprovação do transcurso do prazo de 12 meses; e
- d) Índices oficiais do período.

3.7.6. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidir com prorrogação contratual, caso em que será processado mediante termo aditivo.

3.7.7. A CONTRATADA deverá exercer seu direito ao reajuste desde a data em que se completar o interregno mínimo até a data da prorrogação contratual ou do encerramento do contrato, sob pena de preclusão.

3.7.8. As hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis serão processadas na forma do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação documental da ocorrência do desequilíbrio e demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

3.7.9. Aplicam-se subsidiariamente as disposições do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e demais normas pertinentes à matéria.

3.7.10. **DAS ALTERAÇÕES E EXTINÇÃO CONTRATUAL**

3.7.11. Nos termos do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá promover alterações unilaterais no contrato nas seguintes hipóteses:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

22. § 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração;

23. § 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado;

3.7.12. **DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

3.7.13. Nos termos do art. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, o contrato poderá ser extinto nos seguintes casos:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI – atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII – atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

24. § 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

24.0.0.1. § 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I – supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- II – suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III – repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV – atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V – não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

- I – não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II – assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I – devolução da garantia;

II – pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III – pagamento do custo da desmobilização.

Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I – assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II – ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III – execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV – retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

3.8. **Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 40 e 10 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

3.8.1. **DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

3.8.2. A CONTRATANTE nomeará um policial militar de carreira, para atuar como Fiscal Técnico deste contrato e 1 policial militar de carreira, para atuar como suplente, de cada Batalhão da PMRO na cidade de Porto Velho.

3.8.3. A Fiscalização exercida no interesse da Administração, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

3.8.4. **Fiscalização Técnica**

3.8.5. A fiscalização técnica consiste no acompanhamento e avaliação da execução do objeto nos moldes contratados, visando aferir a qualidade, quantidade, tempo e modo de execução, bem como assegurar a qualidade da prestação dos serviços, e se estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório.

3.8.6. Os Fiscais Técnicos exercerão a fiscalização da execução do contrato e dos serviços no âmbito dos prédios sob sua responsabilidade, dentro de cada lote, registrando toda e qualquer ocorrência e/ou deficiências verificadas ao longo do período de vigência em relatório específico a esse fim, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas e pronta regularização do serviço, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e previstas neste Termo de Referência, bem como nas legislações em vigor que se apliquem ao caso concreto, bem como realizando cotações, caso haja suspeita ou necessidade, para comprovar a adequação do preço praticado pela empresa nos serviços de substituição de peça, dando parecer favorável à autorização para a execução do serviço sempre pelo menor preço orçado, nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/21.

3.8.7. A função de fiscal técnico do contrato, e do fiscal setorial, quando possível, deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos técnicos do contrato.

3.8.8. **Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:**

1. participar das reuniões inicial, de trabalho e de conclusão da execução contratual;
2. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
3. conhecer o termo de contrato e todos os seus Anexos, especialmente o Projeto Básico ou o Termo de Referência, certificando-se de que a contratada está cumprindo todas as obrigações assumidas;
4. verificar se, na entrega de material, na execução de obra ou na prestação de serviço, a especificação, o valor unitário ou total, a quantidade e os prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
5. Verificar e confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;
6. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
7. anotar, em processo específico, quando autuado para esse fim, todas as ocorrências relativas à execução do contrato, com a indicação do que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. A fim de produzir um histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.
8. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
9. monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar eventuais incorreções, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
10. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
11. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
12. fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
13. registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato, comunicando ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
14. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, sob

- coordenação do gestor do contrato;
15. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
 16. informar a adequação do serviço para o gestor do contrato e para a comissão de recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;
 17. verificar se estão sendo atendidas as especificações técnicas contidas no termo de referência, planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, projeto básico, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da CONTRATADA a correção de imperfeições detectadas;
 18. verificar a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;
 19. recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de contrato e seus Anexos;
 20. averiguar se é a contratada quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;
 21. dar ciência ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não haver a conclusão do objeto na data aprazada, com as justificativas pertinentes;
 22. comunicar ao gestor de contratos, a necessidade de se realizar acréscimos ou supressões no objeto contratado, com vistas à economicidade e à eficiência na execução contratual;
 23. confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;
 24. emitir relatórios circunstanciados e conclusivos quanto à adequação dos serviços prestados de forma a demonstrar a vantajosidade técnica da manutenção da avença, documento condicionante à prorrogação do contrato.

3.9. **Da entrega/recebimento:** Ficam mantidas aquelas estabelecidas no item 20. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

3.9.1. **DA ENTREGA/RECEBIMENTO**

3.9.2. **Local/Horários**

3.9.3. A CONTRATADA deverá executar o serviço de plotagem de viatura, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, no prazo de 30 (trinta), a contar da data assinatura do contrato, seguindo os modelos estabelecidos na Resolução nº01/2023/PM-DCOMSEPCOMINST (0047415000).

3.9.4. O serviço de plotagem de viatura, deverá ser prestado preferencialmente no endereço da CONTRATADA, mediante prévio agendamento, com o setor de gestão contratual responsável por cada unidade policial militar, sendo indicado pelo fornecedor o dia e a hora que procederá a execução dos serviços, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

3.9.5. A realização do serviço de plotagem de veículos poderá, a critério da Administração, ser executada em horário diverso do estabelecido, desde que previamente comunicada ao fiscal do contrato e mediante sua expressa anuência.

3.9.6. É obrigatória a execução dos serviços contratados, sempre executados, conforme as especificações técnicas, descritas no quadro do tópico 8 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, deste Termo de Referência, do contrato e da nota de empenho, de forma integral.

3.9.7. Caso não haja expediente na data marcada para o início da execução dos serviços, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local.

3.9.8. Se a CONTRATADA tiver impossibilidade de executar os serviços por culpa de terceiros, poderá não incorrer nas sanções, desde que informe oficialmente com antecedência de pelo menos 24 horas, antes de esgotado o prazo, apresentando uma justificativa circunstanciada formal e devidamente comprovada, que deverá ser encaminhada ao respectivo Batalhão da PMRO, para análise do respectivo fiscal de contrato, que, por sua vez, adotará as medidas cabíveis para reagendamento da execução do serviço ou emitirá parecer para a decisão quanto à abertura de procedimento apuratório de responsabilização para eventual aplicação da penalidade correspondente, sempre respeitando aos princípios do amplo direito à defesa e ao contraditório e do devido processo legal.

3.9.9. No recebimento e aceitação de qualquer serviço executado, serão observadas as especificações contidas no Edital e as Disposições contidas no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

3.9.10. A execução dos serviços deverá ser efetuada através de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas, que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem, podendo o mesmo solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente.

3.9.11. **Condições/Recebimento**

3.9.12. A empresas deverão executar os serviços contratados de uma só vez, referente a cada ordem de serviço, observando os preceitos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, deverá remover, substituir ou trocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, parte ou bem em sua totalidade que venha apresentar problemas contínuos que inviabilize sua utilização. Caso a execução do serviço específico esteja fora do especificado neste Termo de Referência, o serviço será rejeitado parcialmente pela comissão de recebimento, solicitando as adequações necessárias.

3.9.13. No recebimento e aceitação dos serviços, serão observadas rigorosamente, as especificações técnicas de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência. O recebimento obedecerá as prescrições da legislação aplicável, por meio de Comissões previamente designadas, acontecendo da seguinte maneira:

I - **Provisoriamente:** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, com base no relatório do responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis; e

II - **Definitivamente:** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis.

25. § 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

3.9.14. **Local de utilização/destinação do serviço**

3.9.15. O serviço de plotagem de viaturas, serão executados sob demanda, conforme as solicitações detalhadas na Ordem de Serviço, por cada unidade policial, na cidade de Porto Velho, devidamente informadas neste Termo de Referência, preferencialmente na sede da CONTRATADA.

3.10. **Do pagamento:** Ficam mantidas aquelas estabelecidas no item 22. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

3.10.1. DO PAGAMENTO

3.10.2. O pagamento, decorrente desta contratação, objeto deste Termo de Referência, será efetuado de uma só vez, no prazo máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141 e seguintes da Lei nº 14.133/21, juntamente com a análise procedida pelo Controle Interno.

3.10.3. Não será efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.10.4. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

3.10.5. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal (eletrônica), a PMRO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

3.10.6. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

3.10.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

3.10.8. A PMRO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

3.10.9. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$ I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

3.10.10. Torna-se condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura (eletrônica), a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia do Contrato Social da Empresa.

3.11. **Da obrigação da contratada:** Ficam mantidas aquelas estabelecidas no item 38.1. até o item 38.1.11. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

3.11.1. DOS DEVERES CONTRATUAIS

3.11.2. Da Contratada:

3.11.3. Assinar o contrato ou dar o recebimento na nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

3.11.4. Receber e somente executar os serviços de plotagens de viaturas mediante apresentação da Ordem de Serviço emitida e assinada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

3.11.5. Na execução dos serviços de plotagem de viatura, utilizar materiais novos e de qualidade comprovadas e com garantia dos serviços executados, “Certificados de Garantia” do fabricante quando for o caso, conforme o solicitado e norma do edital;

3.11.6. Os serviços deverão ser realizados por pessoal especializado, empregando técnica aperfeiçoada, ferramentas adequadas ao tipo de equipamento, e obedecendo obrigatoriamente, as recomendações das normas técnicas gerais da ABNT e legislações pertinentes de trânsito.

3.11.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes aos seus funcionários, não transferindo à PMRO a responsabilidade pelo seu pagamento;

3.11.8. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, preferencialmente na sua sede, conforme subitem 10 - REQUISITOS DA CONTRAÇÃO deste Termo de Referência;

3.11.9. Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços, indenizando os danos motivados;

3.11.10. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo da CONTRATANTE, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

3.11.11. A CONTRATADA fica obrigada a cumprir plenamente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, previsto no Art. 121, da Lei nº 14.133/21;

3.11.12. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e Acórdão 0964-14/12-P, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, TCU;

3.11.13. Aceitar nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrente de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº 14.133/21, sendo os mesmos objeto de exame prévio da Procuradoria Geral do Estado – PGE;

3.12. **Da obrigação da contratante:** Ficam mantidas aquelas mantidas estabelecidas no item 38.2. até o item 32.6. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

3.12.1. DOS DEVERES CONTRATUAIS

3.12.2. Da Contratante:

3.12.3. Fiscalizar todo o processo, buscando garantir, que o objeto da contratação, seja executado em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

3.12.4. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

3.12.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador das licitações, quando aplicável;

3.12.6. Rejeitar no todo ou em parte os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

3.12.7. Receber as Notas Fiscais/Faturas e conferir se estão em conformidade com o objeto. Devendo posteriormente, encaminhá-la para pagamento, de acordo com as condições legais;

3.12.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pela Comissão de Recebimento, em conformidade com o art. 141 e seguintes da Lei nº 14.133/21. A Nota Fiscal/Fatura deverá atender às exigências dos órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo da autorização para sua emissão;

3.13. **Dos critérios de sustentabilidade:** Ficam mantidas aquelas estabelecidas no item 44.e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

3.13.1. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

3.13.2. A aquisição do objeto desta licitação obedecerá, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, e no art. 6º do Decreto Estadual nº 21.264/2016, do Governo do Estado de Rondônia.

3.13.3. A empresa contratada deverá observar, sempre que aplicável, as seguintes orientações:

3.13.4. Atendimento aos critérios de sustentabilidade para aquisição de bens, conforme previsto nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01/2010, priorizando a escolha de produtos que:

3.13.5. Sejam fabricados com materiais renováveis, recicláveis ou reciclados;

3.13.6. Possuam maior eficiência energética e menores índices de emissão de poluentes;

3.13.7. Minimizem a geração de resíduos sólidos e perigosos;

3.13.8. Apresentem durabilidade, possibilidade de reutilização e facilidade de reciclagem; e

3.13.9. Observância das diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 21.264/2016, especialmente:

3.13.10. Art. 6º, inciso I: prever, nos instrumentos convocatórios e nos contratos administrativos, a obrigatoriedade de que os bens e serviços a serem contratados atendam a requisitos de redução de impactos ambientais, incluindo:

a) O uso racional de energia e de recursos naturais;

b) A diminuição da geração de resíduos sólidos;

c) A adequação dos bens a práticas de consumo sustentável;

d) A destinação ambientalmente adequada de resíduos.

e) Compromisso com a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e materiais inservíveis resultantes da execução contratual, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), podendo ser exigida a apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), conforme a natureza dos bens fornecidos.

f) Incentivo a práticas de responsabilidade social e ambiental (ESG), como critério de valorização de fornecedores que adotem políticas internas de sustentabilidade.

3.13.11. A comprovação do atendimento a esses critérios poderá ser exigida por meio de documentação técnica, certificações específicas ou declaração formal da empresa, nos termos do edital.

3.13.12. O descumprimento das obrigações de sustentabilidade estabelecidas poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, conforme regulamentação aplicável e as disposições contratuais.

3.13.13. As diretrizes acima foram extraídas da Análise de Impacto Ambiental constante do ETP, elaborado nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto Estadual nº 21.264/2016, com base nos potenciais impactos ambientais negativos e nas medidas mitigadoras descritas naquele documento.

4. **DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA**

4.1. 4.1. Será permitida a cotação de quantidades parciais, inferiores à demanda desta licitação, conforme item 8.2. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

5. **DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES**

5.1. NÃO SERÁ admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 14. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, conforme a transcrição a seguir:

5.1.1. **DA JUSTIFICATIVA PARA A NÃO PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES E DE PROPOSTAS EM QUANTITATIVO INFERIOR**

5.1.2. Considerando que a aquisição de equipamentos e materiais de expediente destina-se ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da PMRO, com entrega prevista no Almoxarifado da Diretoria de Apoio Administrativo e Logístico (DAAL), localizado na cidade de Porto Velho/RO, justifica-se a não aplicação do disposto no art. 82, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de previsão de preços diferentes nas seguintes hipóteses:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

III – a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) por outros motivos justificados no processo.

5.1.3. No presente caso, todos os materiais de expediente serão entregues em local único e sob condições logísticas padronizadas, não havendo variação significativa quanto ao local de entrega, forma de acondicionamento ou tamanho de lote que justifique a previsão de preços distintos. Os itens possuem características uniformes para transporte e armazenamento, não demandando tratamento diferenciado que implique custos adicionais relevantes.

5.1.4. Adicionalmente, para fins de cumprimento da exigência prevista no inciso IV do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, não serão admitidas

propostas com cotações em quantitativos inferiores ao máximo previsto no edital, tendo em vista a necessidade de atendimento integral das demandas da PMRO, garantindo a uniformidade do fornecimento, a padronização dos insumos e a economicidade da contratação. A integralidade dos quantitativos é fundamental para assegurar o abastecimento contínuo das unidades e a coerência entre o planejamento e a execução do contrato.

5.1.5. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.6. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.7. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.1.8. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.1.9. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.1.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4, a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: coseg2.supel@gmail.com

6.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9243 ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

6.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

6.1.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

6.1.5. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

6.1.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

7.3. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

7.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.7. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

7.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.7.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

7.7.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

7.7.4. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

7.7.5. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.7.6. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

7.7.7. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.7.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 48. do Anexo I - Termo de Referência, conforme a transcrição a seguir:

7.7.9. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

7.7.10. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio e cooperativa, tendo em vista que apesar do conjunto total do objeto da licitação ser de grande porte, não se trata de objeto complexo tecnicamente, e tampouco é operacionalmente inviável de ser executado por

apenas uma empresa, portanto, não é o caso da aplicação do art. 15, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.8. **Da subcontratação:** Ficam mantidas aquelas estabelecidas no item 41. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, **conforme transcrição a seguir:**

7.8.1. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.8.2. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, bem como a cessão ou transferência total ou parcial do contrato a terceiros, pela contratada, nos termos do §2º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8.3. A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade, a segurança e a eficiência na execução do objeto, assegurando o controle direto da contratada sobre o fornecimento de serviço de higienização da evaporadora sem desinstalação, manutenção preventiva geral, diagnóstico, corretiva, instalação e desinstalação nos aparelhos condicionadores de ar, inclusive quanto ao transporte, instalação (se aplicável) e entrega.

7.8.4. A execução direta por parte da contratada possibilita maior controle sobre o atendimento às especificações contratuais, reduz riscos operacionais e facilita a fiscalização pela Administração, evitando a diluição de responsabilidades que poderia ocorrer em caso de subcontratação.

7.8.5. A vedação também visa prevenir conflitos de natureza trabalhista e tributária, promovendo maior segurança jurídica na relação contratual e assegurando que a contratada mantenha, durante toda a vigência do contrato, a responsabilidade integral pelas obrigações assumidas.

7.9. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.10. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

7.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

8.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

8.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

8.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

8.4. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.

9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

9.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

9.3. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

9.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

9.7. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

9.8. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item xxx do Anexo I deste edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO de cada item.

10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

- a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

10.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.7. **O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa Aberto, conforme item 24. do Anexo I deste edital - Termo de Referência, de acordo com a transcrição a seguir:**

10.7.1. **DO MODO DE DISPUTA**

10.7.2. O modo de disputa será o Aberto, conforme prevê o artigo 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Este modo amplia a participação de licitantes, fortalece a competitividade e potencializa a redução de preços, em consonância com o princípio da isonomia.

10.7.3. O Modo de Disputa Aberto foi selecionado por permitir que todos os licitantes participem simultaneamente da fase de lances, sem etapas eliminatórias preliminares. Essa escolha está alinhada aos seguintes fundamentos:

- I - Princípio da Isonomia: Garante igualdade de condições a todos os participantes;

10.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

10.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#)., nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.10. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre as propostas empatadas.

10.11. Na hipótese do subitem 10.9, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

- a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site [sorteador.com.br](#) (ou outro compatível);
- b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 10.11;
- c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;
- d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.
- e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>
- f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

11.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

11.4. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

11.5. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

11.6. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

11.7. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

11.8. Quando houver indícios de inexistência de equilíbrio da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares,

poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

11.10. **A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 25. do Anexo I - termo de Referência, conforme a transcrição a seguir:**

11.10.1. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

11.10.2. Serão observadas as exigências e especificações contidas neste Termo de Referência e adotado o critério de julgamento **Menor Preço por lote**, conforme o disposto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Esse critério privilegia a economicidade e é ideal para licitações com objetos compostos por itens distintos e padronizados, pois permite a comparação direta de preços unitários e minimiza subjetividades.

11.10.3. A opção pelo Menor Preço por lote mostra-se adequada ao objeto, considerando sua diversidade e facilidade de comparação técnica, assegurando os seguintes benefícios:

11.10.4. Economicidade: garante a escolha da proposta de menor impacto financeiro, sem prejuízo da qualidade, já que os itens possuem especificações técnicas mínimas definidas;

11.10.5. Objetividade: elimina subjetividades no julgamento, pois a avaliação é exclusivamente baseada em critérios quantitativos; e

11.10.6. Segurança Jurídica: reduz o risco de contestações e recursos, por adotar metodologia transparente e previsível.

11.10.7. A motivação ora apresentada demonstra que a combinação entre Pregão Eletrônico, critério de Menor Preço por Lote e Modo de Disputa Aberto constitui a estratégia mais eficiente para assegurar vantajosidade, economicidade e eficiência à Administração Pública, em conformidade com o Decreto Estadual nº 28.874/2024.

11.10.8. As propostas deverão ter validade mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de abertura da sessão pública do certame, prazo este compatível com a complexidade do objeto e com o planejamento da contratação. Tal exigência encontra amparo no §3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a fixar prazos mínimos de validade das propostas em função das peculiaridades da contratação.

11.11. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.11.1. A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a 10 (dez) dias, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

11.11.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 11.11., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

11.11.3. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

11.11.4. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

11.11.5. O procedimento mencionado no item 11.11.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

11.12. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

12. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

12.1. Serão consultados, para fins de habilitação:

12.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

12.1.2. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP;

12.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013);

12.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

12.1.5. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>;

12.1.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>;

12.1.7. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

12.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3. **A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.**

12.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.9. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos

existentes à época da abertura do certame; e

12.10. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

12.13. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

12.13.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.7. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.13.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.6., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.14. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

12.14.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

12.15. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.15.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

12.16. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

12.16.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são aqueles estabelecidos no **item 43.5, até o item 43.6.6**, do Anexo I – Termo de Referência deste edital, **conforme transcrição a seguir:**

12.16.2. Qualificação Econômico-Financeira

12.16.3. A qualificação econômico-financeira deverá seguir o que diz o art. 69 da Lei 14.133/2021, que diz:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e **será restrita** à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo

ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do **caput** deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

Para fins de avaliação e julgamento no requisito Qualificação Econômico-Financeira, serão utilizados parâmetros de aferição baseados no art. 18 da Lei 14.133/2021, dentre os quais se destaca o inciso IX, a saber:

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

12.16.4. Critério adotado e justificativa da exigência econômico-financeira

12.16.5. Com fundamento no art. 69, §4º e no art. 18, inciso IX da Lei nº 14.133/2021, será exigido que o licitante comprove, por meio do balanço patrimonial dos 2 últimos exercícios sociais ou, no caso de empresa constituída há menos de um ano, do balanço de abertura, possuir patrimônio líquido (ou capital social) não inferior a 2% (dois por cento) do valor estimado do lote para o qual apresentar proposta.

12.16.6. Esta exigência visa garantir que o contratado disponha de capacidade econômica mínima compatível com a execução do objeto, sem comprometer a competitividade do certame.

12.16.7. Aplicações práticas do critério de 2%:

12.16.8. Caso o licitante esteja classificado em mais de um item/lote, o atendimento ao critério de 2% será aferido com base na soma dos valores estimados de todos os itens/lotos classificados;

12.16.9. Constatada a insuficiência patrimonial ou de capital social para a totalidade dos itens classificados, o pregoeiro convocará o licitante para optar pela desistência parcial, até que se enquadre ao critério; e

12.16.10. As regras acima serão igualmente aplicadas caso o licitante venha a ser ulteriormente classificado em novos itens/lotos após a fase inicial de julgamento.

12.17. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.17.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são aqueles estabelecidos no **item 8.6. até o item 8.6.2., item 43.7. até o item 43.7.8.** do Anexo I – Termo de Referência deste edital, **conforme transcrição a seguir:**

12.17.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

§ 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

§ 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

§ 4º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

Quanto a documentação para comprovação de qualificação técnico-operacional, esta será restrita às exigências do art. 67 da Lei 14.133/2021.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição do profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

§ 7º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do caput deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

§ 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do caput deste artigo.

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

12.17.3. Considerando o objeto desta licitação, informamos que a parcela de maior relevância ou de valor significativo é o item nº 11 — “Serviço de Plotagem de Viaturas Oficiais da PMRO (Embarcação)” — descrito no Termo de Referência (item 19, que trata do valor estimado), cujo valor individual estimado supera 4% do valor total estimado da contratação.

12.17.4. Considerando a exigência de atestados, informamos que a quantidade mínima exigida será de 10% (dez por cento) da parcela de maior relevância mencionada no item 43.7.2 deste instrumento, nos termos do artigo 67, nos §§ 1º e 2º da Lei 14.133/21.

12.17.5. Para fins de aferimento da qualificação técnica, a Contratada, deverá apresentar atestado de capacidade técnica, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto deste instrumento, observando-se para tanto, no que couber, o disposto no art. 67 da Lei Federal 14.133/21.

12.17.6. Será aceito experiência semelhantes, compatíveis, equivalentes, ainda que não com as mesmas especificações dispostas no Termo de Referência, conforme o art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

12.17.7. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

12.17.8. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 12 Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

12.17.9. E, na ausência dos dados indicados acima, antecipa-se a diligência prevista no art. 64 da Lei Federal 14.133/21 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

12.18. DAS DECLARAÇÕES:

12.18.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.
- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

12.18.2. **Poderá ser dispensada a apresentação das documentações exigidas em sessão, desde que as mesmas se façam constar na plataforma Compras.gov.**

12.18.3. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

13. DO RECURSO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

- 13.2. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 13.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.
- 13.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 13.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 13.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.9. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

- 15.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.
- 15.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 15.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 15.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. A licitante e o contratado que incorrerem em infrações ficam sujeitos às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das implicações penais estabelecidas no Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, bem como às sanções constantes do **item 42**, e seus subitens do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, **conforme transcrição a seguir**:

16.1.1. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1.2. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta aquisição serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26. § 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

27. § 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

28. § 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

29. § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de

licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 29.1. § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
 - II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
30. § 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
31. § 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
32. § 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
33. § 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.
34. § 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
35. § 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- § 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
- I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
 - II – suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - III – suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
- Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- Parágrafo único. (VETADO).
- Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.
- Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.
- Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
- Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.
- Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;
 - II – pagamento da multa;
 - III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
 - V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
36. Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
- 16.1.3. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo 1% e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

		MULTA
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	<i>incidente sobre a parte inadimplida do contrato.</i>
1	Dar causa à inexecução parcial do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1% por dia Até o limite de 30%
3	Dar causa à inexecução total do contrato;	de 1% Até o limite de 30%
4	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	de 1% Até o limite de 30%

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA
		<i>incidente sobre a parte inadimplida do contrato.</i>
5	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	de 1% Até o limite de 30%
6	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	de 1% Até o limite de 30%
7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	de 1% Até o limite de 30%
8	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	de 1% Até o limite de 30%
9	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	de 1% Até o limite de 30%
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	de 1% Até o limite de 30%
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	de 1% Até o limite de 30%
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	de 1% Até o limite de 30

16.1.4. A multa, quando aplicada, será descontada diretamente dos valores devidos à contratada. Caso não existam valores suficientes a serem compensados, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, para pagamento voluntário, sob pena de inscrição na dívida ativa e cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

16.1.5. A sanção de advertência será aplicada por escrito apenas nos casos de infrações leves, cabendo aplicação de penalidade mais severa em caso de reincidência.

16.1.6. As penalidades aplicadas serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como nos cadastros estaduais específicos, conforme normativos vigentes.

16.1.7. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros necessários à execução contratual estão previstos no **item 18.** do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, **conforme transcrição a seguir:**

17.1.1. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1.2. Os recursos orçamentários destinados a custear a despesa estão inseridos na Lei Orçamentaria anual (LOA), que estima a receita e fixa as despesas do Estado para o exercício 2025, conforme estabelecido pela Lei nº 5.982, DE 29 DE JANEIRO DE 2025, nos Projetos Atividades:

PROGRAMA	AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ELEMENTO DA DESPESA
06.122.1015	2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	1.500.0.00001	33.90.39

18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.2. **O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços será de, respectivamente,** de duas vezes o quantitativo registrado e 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº [14.133](#), de 2021.

18.3. **O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes será de acordo com o item 8.2. do Anexo I do Termo de Referência.**

18.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.10. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

18.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

18.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 18.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 18.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 18.12.3. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e
- 18.12.4. Mantiverem sua proposta original.
- 18.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.
- 18.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 18.15. O registro a que se refere o item **18.12.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.
- 18.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
- 18.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 18.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
- 18.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 18.18.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 18.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
- 18.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 19.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:
- 19.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;
- 19.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
- 19.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
- 19.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e
- 19.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.
- 19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.
- 20.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/>.
- 20.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.
- 20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 20.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.
- 20.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico

utilizado para divulgação.

20.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

21. **DOS ANEXOS**

18.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência (0063650622);

ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar (0062693700)

ANEXO III - Análise de Risco (0047701297);

ANEXO IV - Modelo de Minuta de Contrato (0062935903);

ANEXO VI - SAMS (0062701144);

ANEXO VII – Quadro Estimativo de Preços (0058028641);

ANEXO VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços e da Adesão à ata (0058652643)

Porto Velho-RO, 1 de setembro de 2025.

BIANCA MATIAS DE SOUZA

Pregoeira da Comissão de Segurança Pública - COSEG2/SUPEL/RO
Portaria nº 174 de 7 de julho de 2025

Elaborado por:

Rafaela Carvalho da Fonseca

Membro da Comissão de Segurança Pública - COSEG2/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Matias de Souza, Pregoeiro(a)**, em 01/09/2025, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Carvalho da Fonseca, Assessor(a)**, em 01/09/2025, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063338708** e o código CRC **C63FA06B**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0021.014041/2024-11

SEI nº 0063338708



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polícia Militar - PM

Comissão Permanente de Licitações da CPOF PMRO - PM-CPOFLICITACOES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Unidade Requisitante: Polícia Militar de Rondônia (PMRO).
- 1.2. Unidade Gestora: 15005
- 1.3. Unidade Gestora do Processo: Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (CPOF).
- 1.4. Unidade Demandante: Unidades Administrativas e Operacionais da PMRO.

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

- 2.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo apresentar os elementos essenciais que fundamentam a contratação pública, a ser realizada no âmbito do Estado de Rondônia, por meio da Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, visando à futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Plotagem de Viaturas, destinados à substituição de plotagem com a identidade orgânica das viaturas da PMRO, na cidade de Porto Velho, em razão da recente alteração das identidades visuais desses veículos oficiais, trazidas pela Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), bem como de avarias decorrentes de desgastes naturais e sinistros.
- 2.2. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, na modalidade pregão eletrônico, nos termos do inciso XLV do art. 6º (definição do SRP), do inciso II do art. 28 (pregão eletrônico) e dos artigos 82 a 84 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 2.3. A contratação observará, ainda, o Decreto Estadual nº 28.874, de 18 de março de 2024, que regulamenta, no âmbito do Estado de Rondônia, a aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, além das demais normas complementares indicadas neste Termo de Referência.
- 2.4. A fase preparatória do processo licitatório foi conduzida pela PMRO, unidades requisitantes, em conformidade com os artigos 17 a 22 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo o adequado planejamento da contratação, a definição do objeto, os critérios técnicos de seleção, a estimativa de custos, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e outros elementos indispensáveis à contratação eficiente e alinhada ao interesse público.
- 2.5. Este documento visa assegurar a estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, isonomia, planejamento, motivação e transparência, conforme estabelecido na legislação vigente, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 2.6. Com base nas experiências anteriores e no histórico de demandas da corporação, definem-se neste Termo de Referência os parâmetros técnicos, jurídicos e operacionais que nortearão o procedimento desde a fase preparatória até a formalização da contratação, de modo a conferir efetividade, racionalidade e segurança jurídica ao processo licitatório.

3. DO OBJETO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 3.1. O objeto da contratação pretendida por meio deste Termo de Referência é o registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de plotagem de viaturas, destinados à plotagem das viaturas da PMRO, conforme demanda das unidades operacionais.

4. DO OBJETIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 4.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo promover, por meio do Sistema de Registro de Preços, na modalidade pregão eletrônico, visando à futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de plotagem de viaturas, destinados às plotagem das viaturas da PMRO. A contratação observará as especificações e condições técnicas constantes neste Termo de Referência, em conformidade com o disposto nos §§ 5º e 6º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no art. 116 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
- 4.2. A demanda apresentada se faz necessária em razão da necessidade de disponibilização de serviços de substituição de plotagem para as viaturas da frota própria da PMRO, em razão da recente alteração das identidades visuais desses veículos oficiais, trazidas pela Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), bem como de avarias decorrentes de desgastes naturais e sinistros.
- 4.3. A solicitação está em conformidade com o que preceitua o Art. 18, *caput* da Lei 14.133/2021, que diz:

"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação"

- 4.4. A iniciativa está alinhada ao princípio do planejamento previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, e às diretrizes estratégicas de gestão da PMRO, especialmente no que se refere à racionalização dos custos de manutenção, padronização dos recursos operacionais e otimização dos resultados institucionais.
- 4.5. No mesmo sentido, a demanda apresentada, encontra amparo no que dispõe o art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME Nº1, de 4 de abril de 2019, que discorre que a fase de Planejamento da Contratação terá início com a elaboração do Documento de Oficialização da Demanda (DOD), elaborado pela Área Requisitante da solução.

5. DO OBJETO CONTEMPLADO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 5.1. Trata da Contratação de serviço de plotagem da identidade orgânica das Viaturas, que abrangerá todas as unidades da cidade de Porto Velho, para atendimento de demandas no âmbito da PMRO, conforme as quantidades demandadas no Plano de Contratações Anual (PCA). e encontra-se dentro do Programa: Assegurar a Manutenção Administrativa da Unidade.

6. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação tem por objetivo descrever as análises realizadas em relação às condições da contratação em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, e demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação.
- 6.2. Nos termos do inciso I do artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do artigo 30 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o referido ETP 58 (0062693700), encontra-se regularmente acostado aos autos, constituindo elemento essencial do planejamento da contratação.

7. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

- 7.1. A PMRO tem diversas atribuições, dentre as quais, a de proporcionar uma infraestrutura adequada aos seus órgãos, de modo a garantir um ambiente seguro e agradável para o público em geral e seus servidores, com vistas à segurança da comunidade.
- 7.2. A propósito disso, a contratação de empresa especializada para a substituição de plotagem da identidade orgânica nos veículos da frota própria da PMRO, vale ressaltar que a contratação não atenderá aos veículos locados, assim a contratação se justifica em razão da necessidade de adequação das viaturas ao novo padrão visual trazido pela recente aprovação da Resolução nº 1/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST de 28/12/2023 (0047415000).
- 7.3. Nesse sentido, incluir a nova identidade visual nas viaturas da frota orgânica da PMRO é importante porque, além de adequar os veículos ao padrão trazido pela regulamentação mais recente, proporcionará junto a população rondoniense, maior capacidade de identificação dos veículos junto ao cidadão usuário, especialmente porque são dotadas de símbolos e grafismos específicos capazes de atrair a atenção, aumentando consideravelmente a efetividade na realização do policiamento ostensivo.
- 7.4. Ademais, ficou comprovado por meio de Estudo Técnico Preliminar que a contratação a que se propõe para a realização da adesivação das viaturas com o novo padrão visual regulamentar, é a melhor solução para o problema apresentado, além de ser economicamente viável.
- 7.5. Outrossim, é importante rememorar ainda que a correta identificação visual das viaturas da PMRO, desempenham um papel crucial na prevenção do crime e na promoção da Segurança Pública, muito em razão de que as suas características, claramente marcadas e timbradas com o emblema e as cores das Instituição, proporcionam as condições ideais para o fácil reconhecimento desses veículos por parte dos cidadãos, que veem na PMRO, altíssimo grau de confiabilidade.
- 7.6. Por conseguinte, a clara identificação visual dos veículos da PMRO, tem comprovado potencial para a dissuasão da prática de atividades criminosas, especialmente em razão de que a presença das guarnições de serviço, aumentam a percepção de segurança nas áreas policiadas, ajudando a reduzir os índices de criminalidade e por consequência, aumentando a eficácia das operações de policiamento.
- 7.7. Além dos benefícios relativos a segurança e a melhora da identidade visual da Instituição, a contratação de uma empresa especializada para a realização da correta plotagem de viaturas, permitirá que a PMRO obtenha um resultado satisfatório no cumprimento das suas atribuições constitucionais de atendimento à população rondoniense, muito em razão de que essas especializadas possuem expertise técnica e experiência na aplicação dos materiais resistentes e duráveis para adesivação, fato que garantirá a aparência visual adequada dos veículos por um longo período de tempo.
- 7.8. De mais a mais, cabe mencionar que os veículos da frota locada em uso na PMRO já estão utilizando o novo padrão visual regulamentar estabelecido, motivo pelo qual, torna-se ainda mais relevante a necessidade de adequação também dos veículos da frota própria.
- 7.9. Diante do exposto e considerando a importância e o significado do padrão visual para PMRO, fica evidenciado que a contratação de uma empresa especializada em serviços plotagem de veículos é essencial para fortalecer a presença, a identidade e a eficácia operacional da PMRO, representando um investimento estratégico e necessário para a segurança e bem-estar da comunidade rondoniense.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

- 8.1. As especificações técnicas para a correta plotagem das viaturas, devem seguir o grafismo devidamente aprovado por normas específicas, com cores, desenhos, dimensões e demais características da identidade visual institucional da PMRO, conforme detalhado abaixo no quadro abaixo.
- 8.2. A propósito, as quantidades foram estimadas de acordo com a demanda das Unidades Administrativas e Operacionais da PMRO, devidamente inseridas e detalhadas no ETP 58 (0062693700), da seguinte forma:

LOTE ÚNICO						
ITEM	MODELOS DE PLOTAGENS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CAT/SER	UNIDADE	QUANTIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA
1	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Operações Especiais/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO A plotagem deverá ser realizada em vinil de alta qualidade, com exceção das celas, embarcações e aeronaves, que deverão ser pintadas com tinta automotiva específica			3	1
2	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de policiamento tático de ação e reação ao crime organizado. Resolução 0300, página 02, imagem 1. (0054957570).				5	2
3	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Polícia de Choque/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 1. (0047415000).				1	1
4	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Policiamento de Fronteira/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 2. (0047415000).				8	3
5	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO/CAMINHONETE. Resolução 0300, página 02, imagem 2. (0054957570).				3	1

6	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Maria da Penha/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 2. (0047415000).	de alta qualidade, conforme as especificações constantes do Anexos XIV e XX deste Regulamento. Requisitos mínimos do material: Vinil automotivo de alta qualidade , podendo ser refletivo ou não refletivo , conforme item especificado no regulamento; Resistência a intempéries , abrasão, impacto, lavagem frequente, calor e umidade; Características de flexibilidade, aderência e acabamento automotivo , compatível com superfícies metálicas e plásticas automotivas. Itens gráficos obrigatórios (conforme modelo da viatura): A plotagem deverá conter, conforme o tipo e modelo da viatura: Escudo da PMRO ou, para unidades especializadas, o Escudo da Unidade correspondente; Brasão do Estado de Rondônia (refletivo), posicionado na parte inferior da porta dianteira; Dísticos “POLÍCIA” e “MILITAR” , com dimensões, cores e posicionamento conforme especificações da Resolução; Prefixo alfanumérico da viatura (nas laterais e no teto), para identificação terrestre e aérea; Forte Príncipe da Beira , representado em linhas coloridas (azul, verde e amarelo), conforme padrão da bandeira do Estado; Número de emergência 190 , com pictograma em adesivo refletivo; Sítio digital institucional (www.pm.ro.gov.br) no vidro traseiro; Logotipos de gestão e convênio , quando aplicável, nas portas dianteiras; Aplicação do Sillitoe Tartan nas viaturas do BPTRAN e Coordenadoria de Saúde; Respeito às cores específicas por especialidade (ex.: viaturas do BOPE em preto, do BPCHOQUE em cinza, do BPA em verde, etc.).	24902	UND	1	1
7	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viaturas Administrativas/SEDAN. Decreto (0047438810).				2	1
8	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (HATCH) Viaturas Administrativas/HATCH. Decreto (0047438810).				3	1
9	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viaturas Administrativas/CAMINHONETE. Decreto (0047438810).				7	2
10	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viaturas Administrativas/CAMIONETA. Decreto (0047438810).				1	1
11	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (EMBARCAÇÃO) Embarcações. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 1. (0047415000).				29	10
12	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MOTOCICLETA) Motocicletas. Resolução 01/2023/PM, página 18, imagem 1. (0047415000).				13	4
13	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (QUADRICICLO) Quadriciclos. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 2. (0047415000).				2	1
14	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viatura de Rádio Patrulha (caminhonete). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).	incluindo material e mão de obra necessários para adesivagem, remoção de adesivos antigos (se houver); devem ser observadas criteriosamente as especificações (medidas, símbolos, grafismo, cores, etc.) contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST sob o ID 0047415000, Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS ID 0054957570 e Decreto 23.561 ID 0047438810.			13	4
15	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura de Rádio Patrulha (camioneta). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).	Com a garantia mínima de 3 (três) anos, contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo; não sendo aceito desbotamentos e deterioração que não estejam vinculados a sinistros decorrentes da atividade policial, podendo ser refletivo ou não refletivo.			1	1
16	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viatura de Rádio Patrulha (sedan). Resolução 01/2023/PM, página 15, imagem 1. (0047415000).				3	1
17	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura do Batalhão de Trânsito - CAMIONETA. Resolução 01/2023/PM, página 12, imagem 2. (0047415000).				2	1
18	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MICRO-ÔNIBUS) Micro-ônibus. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 2. (0047415000).				11	4
19	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (AERONAVE) Aeronave. Resolução 01/2023/PM, página 19, imagem 1. (0047415000).				1	1
20	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (VAN) Van (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).				1	1

21	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHÃO) Guincho. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 1. analogia. (0047415000).			1	1
22	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAVEIRÃO) Caveirão (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).			1	1

8.3. A solução proposta harmoniza-se com as necessidades operacionais da PMRO, no tocante à plotagem das viaturas operacionais da corporação. A contratação de serviços de plotagem de viaturas, voltados à manutenção dos condicionadores de ar, visando a continuidade dos serviços públicos de segurança pública na execução da função precípua da Polícia Militar, qual seja, policiamento preventivo e repressivo ostensivo, de forma a promover a segurança pública do Estado de Rondônia.

8.4. Os quantitativos foram dimensionados pela P-4 de cada Batalhão de PMRO, através de Despacho sob o ID 0056794934, conforme consta no processo SEI: 0021.005288/2025-27, os quais estão inseridos no PCA da PMRO, levando em consideração o número atual de veículos e critério de renovação das plotagens de todas as unidades de veículos da frota da PMRO e a necessidade de atendimento contínuo durante a vigência da ata de registro de preços, bem como, durante a vigência contratual, que poderá ser renovada por até 10 anos, por se tratar de serviço contínuo.

8.5. **Garantia dos serviços**

8.5.1. A CONTRATADA deverá executar o serviço de plotagem de viatura, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, com período de garantia mínima de 3 (três) anos conforme capítulo II, seção III da Resolução nº. 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000)., contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme tópico 15 - DA GARANTIA, deste Termo de Referência.

8.6. **Parcela de Maior Relevância**

8.6.1. Nos termos do art. 6º, inciso LVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e do art. 23, §1º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, considera-se como parcela de maior relevância do objeto o item de maior valor estimado e importância técnica deste Termo de Referência, utilizado como critério de avaliação da qualificação técnica e da exequibilidade da proposta.

8.6.2. Assim, o item de maior relevância para esta contratação é o Item 11 que trata dos SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (EMBARCAÇÃO), contido na tabela do tópico 19.

9. **DAS QUANTIDADES A SEREM REGISTRADAS**

9.1. A definição das quantidades estimadas do item a ser registrado neste Termo de Referência foi realizada com base na consolidação das demandas encaminhadas pelas unidades operacionais e administrativas da PMRO, conforme indicado no tópico específico deste documento.

9.2. Os quantitativos foram dimensionados pela P-4 de cada Batalhão de PMRO, através de Despacho sob o ID 0056794934, conforme consta no processo SEI: 0021.005288/2025-27, os quais estão inseridos no PCA da PMRO, levando em consideração o número atual de veículos e critério de renovação das plotagens de todas as unidades de veículos da frota da PMRO da cidade de Porto Velho e a necessidade de atendimento contínuo durante a vigência da ata de registro de preços, bem como, durante a vigência contratual, que poderá ser renovada por até 10 anos, por se tratar de serviço contínuo.

9.3. A presente contratação será formalizada por meio do Sistema de Registro de Preços, motivo pelo qual os quantitativos apresentados correspondem a estimativas, com a devida indicação das quantidades mínimas e máximas do item, em conformidade com os §§ 5º e 6º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A seguir, apresenta-se a tabela com os respectivos itens, descrição resumida, unidade de medida e as quantidades mínima e máxima a serem registradas:

LOTE ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO/MODELOS DE PLOTAGENS	CAT/SER	UNIDADE	QUANTIDADE
1	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Operações Especiais/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).	24902	UND	3
2	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de policiamento tático de ação e reação ao crime organizado. Resolução 0300, página 02, imagem 1. (0054957570).			5
3	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Polícia de Choque/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 1. (0047415000).			1
4	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Policiamento de Fronteira/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 2. (0047415000).			8
5	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO/CAMINHONETE. Resolução 0300, página 02, imagem 2. (0054957570).			3
6	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Maria da Penha/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 2. (0047415000).			1
7	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viaturas Administrativas/SEDAN. Decreto (0047438810).			2
8	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (HATCH) Viaturas Administrativas/HATCH. Decreto (0047438810).			3
9	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viaturas Administrativas/CAMINHONETE. Decreto (0047438810).			7
10	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viaturas Administrativas/CAMIONETA. Decreto (0047438810).			1
11	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (EMBARCAÇÃO) Embarcações. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 1. (0047415000).			29
12	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MOTOCICLETA) Motocicletas. Resolução 01/2023/PM, página 18, imagem 1. (0047415000).			13
13	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (QUADRICICLO) Quadriciclos. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 2. (0047415000).			2

14	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viatura de Rádio Patrulha (caminhonete). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).		13
15	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura de Rádio Patrulha (camioneta). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).		1
16	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viatura de Rádio Patrulha (sedan). Resolução 01/2023/PM, página 15, imagem 1. (0047415000).		3
17	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura do Batalhão de Trânsito - CAMIONETA. Resolução 01/2023/PM, página 12, imagem 2. (0047415000).		2
18	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MICRO-ÔNIBUS) Micro-ônibus. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 2. (0047415000).		11
19	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (AERONAVE) Aeronave. Resolução 01/2023/PM, página 19, imagem 1. (0047415000).		1
20	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (VAN) Van (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).		1
21	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHÃO) Guincho. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 1. analogia. (0047415000).		1
22	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAVEIRÃO) Caveirão (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).		1

10. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. O serviço consiste na aplicação de elementos gráficos e visuais padronizados (brasões, logotipos, faixas, dísticos, símbolos e demais elementos) nas viaturas oficiais da Polícia Militar, por meio de plotagem em vinil automotivo de alta qualidade ou pintura automotiva específica, de acordo com os critérios técnicos fixados pela Resolução de Identidade Visual da PMRO.
- 10.2. **Requisitos mínimos do material**
- 10.2.1. Vinil automotivo de alta qualidade, podendo ser refletivo ou não refletivo, conforme item especificado no regulamento;
- 10.2.2. Garantia mínima de 3 (três) anos contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo;
- 10.2.3. Resistência a intempéries, abrasão, impacto, lavagem frequente, calor e umidade;
- 10.2.4. Características de flexibilidade, aderência e acabamento automotivo, compatível com superfícies metálicas e plásticas automotivas.
- 10.3. **Itens gráficos obrigatórios (conforme modelo da viatura)**
- 10.3.1. A plotagem deverá conter, conforme o tipo e modelo da viatura:
- 10.3.2. Escudo da PMRO ou, para unidades especializadas, o escudo da unidade correspondente;
- 10.3.3. Brasão do Estado de Rondônia (refletivo), posicionado na parte inferior da porta dianteira;
- 10.3.4. Dísticos “POLÍCIA” e “MILITAR”, com dimensões, cores e posicionamento conforme especificações da Resolução;
- 10.3.5. Prefixo alfanumérico da viatura (nas laterais e no teto), para identificação terrestre e aérea;
- 10.3.6. Forte Príncipe da Beira, representado em linhas coloridas (azul, verde e amarelo), conforme padrão da bandeira do Estado;
- 10.3.7. Número de emergência 190, com pictograma em adesivo refletivo;
- 10.3.8. Sítio digital institucional (www.pm.ro.gov.br) no vidro traseiro;
- 10.3.9. Logotipos de gestão e convênio, quando aplicável, nas portas dianteiras;
- 10.3.10. Aplicação do Sillitoe Tartan nas viaturas do BPTRAN e Coordenadoria de Saúde;
- 10.3.11. Respeito às cores específicas por especialidade (ex.: viaturas do BOPE em preto, do BPCHOQUE em cinza, do BPA em verde etc.).
- 10.4. **Execução do serviço**
- 10.4.1. A aplicação deverá respeitar rigorosamente as dimensões, posicionamentos e proporções estabelecidas nos Anexos da Resolução nº 01/2023;
- 10.4.2. A limpeza e preparação da superfície da viatura deve preceder qualquer aplicação;
- 10.4.3. A aplicação deverá ser feita com ferramentas apropriadas, assegurando acabamento sem bolhas, dobras ou falhas de aderência;
- 10.4.4. Eventuais redimensionamentos só serão permitidos mediante autorização expressa do Comandante-Geral da PMRO, nos termos do regulamento.
- 10.5. **Tipos de veículos abrangidos**
- 10.5.1. A prestação do serviço poderá abranger diferentes tipos de viaturas, conforme necessidade da PMRO:
- 10.5.2. Viaturas operacionais (rádiopatrulha, Força Tática, PATAMO, BOPE, BPFron, BPCHOQUE, BPA etc.);
- 10.5.3. Viaturas administrativas;
- 10.5.4. Motocicletas, bicicletas, caminhões, ônibus e embarcações;
- 10.5.5. Veículos de uso especializado, conforme identificado pela Unidade.
- 10.6. **Parâmetros técnicos, legais e operacionais**
- 10.6.1. A execução do serviço deverá obedecer aos parâmetros técnicos, legais e operacionais definidos pelo órgão contratante, considerando a recente atualização da identidade visual institucional da corporação.
- 10.6.2. A aplicação da nova identidade orgânica nas viaturas deverá ocorrer por meio de adesivagem ou pintura, com materiais de alta durabilidade, resistência a intempéries e boa visibilidade, respeitando rigorosamente os padrões gráficos oficiais contidos na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS (0054957570) e Decreto nº 23.561 (0047438810).
- 10.6.3. **Aspectos a observar na execução**
- 10.6.4. Padronização visual: toda aplicação gráfica deverá ser fiel aos layouts institucionais, respeitando cores, proporções, posicionamento, tipografia e demais elementos gráficos;
- 10.6.5. Materiais utilizados: os materiais deverão possuir especificações técnicas compatíveis com uso externo automotivo, incluindo resistência à abrasão, radiação solar (UV), umidade e lavagens frequentes, com durabilidade mínima estimada de 3 (três) anos em condições normais de uso;
- 10.6.6. Execução local: a execução deverá ocorrer, preferencialmente, na sede da CONTRATADA, desde que garantidas as condições de segurança, sigilo, integridade das viaturas e acompanhamento técnico por representantes da Administração;

10.6.7. Ordem e cronograma de aplicação: a aplicação seguirá cronograma previamente estabelecido, de acordo com a disponibilidade logística da frota, respeitando a priorização definida pela PMRO, a fim de garantir a continuidade das atividades operacionais da corporação;

10.6.8. Responsabilidade técnica: a empresa contratada deverá contar com profissionais capacitados, com experiência comprovada e domínio das técnicas de envelopamento automotivo, sendo responsável por eventuais retrabalhos decorrentes de falhas na execução ou uso de materiais inadequados;

10.6.9. Acompanhamento e fiscalização: a execução será acompanhada por equipe designada pela PMRO, que realizará conferência da aderência aos padrões oficiais e verificação da qualidade do acabamento. Não conformidades deverão ser corrigidas sem ônus adicional para a Administração;

10.6.10. Garantia: a contratada deverá oferecer garantia mínima de 3 (três) anos, contra descolamento, desbotamento, bolhas ou outras falhas técnicas, contados a partir da data do Termo de Recebimento Definitivo.

10.6.11. A execução cuidadosa e técnica do serviço será fundamental para assegurar a plena adequação da frota à nova identidade visual da PMRO, promovendo a uniformização institucional, a eficiência operacional e a valorização da imagem pública da corporação.

10.7. Local de execução e prazos

10.7.1. A execução da arte será de responsabilidade da empresa, conforme solicitação do setor demandante, e deverá ser confeccionada de acordo com a Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), preferencialmente em sede própria da CONTRATADA situada no município de Porto Velho, Rondônia, com acompanhamento da PMRO.

10.7.2. Caso não possua sede no município, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, agendar a confecção da arte no município de Porto Velho com o gestor da pasta e/ou fiscal do contrato, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7.3. Caso não haja expediente na data marcada para entrega dos serviços, esta ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local.

10.7.4. Se a CONTRATADA tiver comprovadamente dificuldades na execução dos serviços, não sofrerá multa, desde que informe oficialmente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias antes do término do prazo, apresentando justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada à PMRO, que decidirá sobre a prorrogação ou não do prazo.

10.7.5. No caso de prorrogação autorizada, e esgotado o novo prazo concedido, serão adotados os procedimentos para aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

10.8. Amostra:

10.8.1. Não será exigida amostra em razão de que os objetos são de natureza comum e possuem características amplamente conhecidas no mercado.

10.9. Da Garantia Contratual

10.9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

11. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

11.1. A presente demanda visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de plotagem de viaturas oficiais da PMRO, especificamente para atendimento à frota de veículos lotada no município de Porto Velho, capital do Estado. A solução compreende a aplicação de adesivos envelopamento e identificação visual conforme o padrão estabelecido pela Corporação, em conformidade com os critérios técnicos e especificações definidas pelos setores competentes da PMRO, contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS (0054957570) e Decreto nº 23.561 (0047438810).

11.2. A plotagem institucional das viaturas é uma necessidade essencial para a padronização da identidade visual, garantia da legalidade da atuação ostensiva da corporação, visibilidade perante a sociedade e segurança dos agentes públicos, permitindo a imediata identificação dos veículos como pertencentes à força policial estadual.

11.3. A solução como um todo abrange as seguintes diretrizes:

11.4. Execução do serviço de plotagem com fornecimento de material e mão de obra especializada, conforme especificações técnicas e modelo visual padronizado pela PMRO;

11.5. Atendimento à totalidade da frota de viaturas da capital, contemplando diferentes tipos de veículos (motocicletas, automóveis, camionetes, utilitários etc.);

11.6. Utilização de materiais homologados e com durabilidade adequada às condições climáticas da região amazônica, assegurando a resistência ao calor, umidade e exposição solar;

11.7. Execução dos serviços de forma programada e coordenada com os setores logísticos da PMRO, a fim de minimizar o impacto na disponibilidade operacional das viaturas;

11.8. Garantia de responsabilidade técnica pela correta aplicação da plotagem, respeitando os limites da superfície dos veículos e evitando danos à lataria ou aos equipamentos;

11.9. Previsão de eventuais retrabalhos ou substituições decorrentes de falhas na aplicação ou defeitos de fabricação do material empregado.

11.10. A adoção desta solução está alinhada com os princípios da eficiência e padronização administrativa, possibilitando à Administração Pública a **manutenção da identidade institucional da PMRO**, a conformidade com as normas legais de identificação de veículos oficiais e a otimização do uso dos recursos públicos, considerando ainda os aspectos de segurança, legalidade e transparência.

12. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

12.1. A única Opção disponível no mercado é a de contratação de empresa para a execução do serviço continuado de plotagem de viatura, esta opção para o atual cenário da PMRO é viável e necessária.

13. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

13.1. A solução técnica será estruturada por lote, considerando as especificidades dos serviços constantes no objeto desta contratação. Trata-se da Contratação de serviço de plotagem de veículos para toda a PMRO.

13.2. Formação de lotes na Lei nº 14.133/2021

13.3. O art. 40 da Lei 14.133/2021 estabelece que o planejamento das compras deve considerar a expectativa de consumo anual e observar, entre outros princípios, o da padronização e do parcelamento, que deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável e vantajoso.

13.4. O § 2º do referido artigo prevê que, na aplicação do princípio do parcelamento, deve-se buscar, em primeiro lugar:

I – a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

13.5. A previsão do dispositivo da lei citado acima é corroborado pelo parágrafo § 3º do mesmo artigo dispõe que o parcelamento não será adotado quando:

I – a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II – o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

13.6. Assim, a Lei 14.133/2021 permite que a Administração agrupe itens em lotes quando houver justificativa técnica e econômica, como no presente caso.

13.7. Dessa forma, os itens constantes da presente demanda serão contratados por agrupamento em lote, tendo em vista a busca pela economia de escala e redução de custos de gestão de contratos conforme suas características e técnicas específicas, otimizando a gestão do contrato e atendendo às melhores práticas de planejamento.

13.8. Por fim, ressalta-se que não se verifica qualquer prejuízo técnico, operacional ou econômico decorrente do parcelamento da solução em agrupamento por lote, motivo pelo qual será adotada a contratação por lote para a composição da respectiva Ata de Registro de Preços.

14. DA JUSTIFICATIVA PARA A NÃO PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES E DE PROPOSTAS EM QUANTITATIVO INFERIOR

14.1. Considerando que a aquisição de equipamentos e materiais de expediente destina-se ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da PMRO, com entrega prevista no Almoxarifado da Diretoria de Apoio Administrativo e Logístico (DAAL), localizado na cidade de Porto Velho/RO, justifica-se a não aplicação do disposto no art. 82, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de previsão de preços diferentes nas seguintes hipóteses:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

III – a possibilidade de prever preços diferentes:

- a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
- c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
- d) por outros motivos justificados no processo.

14.2. No presente caso, todos os materiais de expediente serão entregues em local único e sob condições logísticas padronizadas, não havendo variação significativa quanto ao local de entrega, forma de acondicionamento ou tamanho de lote que justifique a previsão de preços distintos. Os itens possuem características uniformes para transporte e armazenamento, não demandando tratamento diferenciado que implique custos adicionais relevantes.

14.3. Adicionalmente, para fins de cumprimento da exigência prevista no inciso IV do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, não serão admitidas propostas com cotações em quantitativos inferiores ao máximo previsto no edital, tendo em vista a necessidade de atendimento integral das demandas da PMRO, garantindo a uniformidade do fornecimento, a padronização dos insumos e a economicidade da contratação. A integralidade dos quantitativos é fundamental para assegurar o abastecimento contínuo das unidades e a coerência entre o planejamento e a execução do contrato.

15. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

15.1. Os serviços de plotagem de viaturas, são caracterizados como *comuns e contínuos*, haja visto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes nos termos do inciso XIII e XV do artigo 6º da Lei nº 14.133/21.

XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XV – serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

15.2. Os serviços descritos são indispensáveis à preservação da funcionalidade, segurança e desempenho das atividades operacionais da PMRO. A necessidade de sua execução regular e sistemática, é justificada pela natureza do serviço policial militar que é de policiamento ostensivo, sendo imprescindível a caracterização das viaturas com as plotagens devidamente novas e em condições adequadas de trabalho e atendimento ao público.

15.3. Além disso, a imprevisibilidade das demandas por substituições de plotagens em razão da necessidade de renovação da plotagem das viaturas pertencentes ao acervo da PMRO, desde os automóveis, quadriciclos, motocicletas, embarcações e aeronaves da PMRO, em virtudes de desgastes naturais ocasionados pela ação do tempo como sol e chuva e também avarias nas plotagens em virtudes de sinistros ocorridos ou sofridos pela viatura policial militar, que ocorrem de forma recorrente ao longo do tempo, demonstrando caráter prolongado e contínuo do serviço.

15.4. Portanto, considerando que os serviços objeto desta contratação são essenciais à manutenção da atividade operacional e ocorrem de forma prolongada e reiterada, está plenamente caracterizada sua natureza comum, contínua e prolongada, nos termos do art. 6º, inciso XIII e XV, da Lei nº 14.133/2021.

16. DA GARANTIA

16.1. A CONTRATADA deverá executar o serviço de plotagem de viatura, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, com período de garantia mínima de 3 (três) anos conforme capítulo II, seção III da Resolução nº. 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000)., contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

16.2. Os serviços ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as demais legislações pertinentes.

16.3. O período de garantia será contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente a cada entrega.

16.4. Cabe à contratada substituir, às suas expensas, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da comunicação formal da Administração Pública, o serviço que apresentar defeitos durante seu prazo de garantia.

16.5. A empresa contratada é totalmente responsável pelas custas (impostos, taxas e com pessoal) com o transporte/frete do material até o destino final, bem como por ocasião de substituição e devolução de materiais em desacordo com as especificações ou defeituosas.

16.6. Comunicar eventuais impedimentos para o cumprimento do prazo;

16.7. Arcar com prejuízos causados à Administração ou a terceiros durante a execução;

16.8. Corrigir danos decorrentes do uso do serviço fornecido.

16.9. O descumprimento das obrigações de garantia sujeitará a contratada às penalidades contratuais e legais, inclusive rescisão e aplicação de multa, sempre respeitados os princípios constitucionais do devido processo legal, com amplo direito à defesa e ao contraditório.

17. DAS AMOSTRAS

17.1. Não será exigida amostra, em razão do serviço de natureza comum que possui características amplamente conhecidas no mercado.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Os recursos orçamentários destinados a custear a despesa estão inseridos na Lei Orçamentaria anual (LOA), que estima a receita e fixa as despesas do Estado para o exercício 2025, conforme estabelecido pela Lei nº 5.982, DE 29 DE JANEIRO DE 2025, nos Projetos Atividades:

PROGRAMA	AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ELEMENTO DA DESPESA
06.122.1015	2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	1.500.0.00001	33.90.39

19. DO VALOR ESTIMADO

- 19.1. Conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar 58 (0062693700), o valor estimado para a presente contratação é de R\$ 270.043,10 (duzentos e setenta mil quarenta e três reais e dez centavos).
- 19.2. Em caso de ocorrências supervenientes relacionadas à economia ou qualquer outro fator que possa trazer alterações de valores de mercado, será efetuada nova cotação visando verificar se os preços ofertados são economicamente viáveis à Administração Pública.

LOTE ÚNICO							
ITEM	MODELOS DE PLOTAGENS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CAT/SER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Operações Especiais/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO A plotagem deverá ser realizada em vinil de alta qualidade, com exceção das celas, embarcações e aeronaves, que deverão ser pintadas com tinta automotiva específica de alta qualidade, conforme as especificações constantes do Anexos XIV e XX deste Regulamento. Requisitos mínimos do material: Vinil automotivo de alta qualidade , podendo ser refletivo ou não refletivo , conforme item especificado no regulamento; Resistência a intempéries , abrasão, impacto, lavagem frequente, calor e umidade; Características de flexibilidade, aderência e acabamento automotivo , compatível com superfícies metálicas e plásticas automotivas. Itens gráficos obrigatórios (conforme modelo da viatura): A plotagem deverá conter, conforme o tipo e modelo da viatura: Escudo da PMRO ou, para unidades especializadas, o Escudo da Unidade correspondente; Brasão do Estado de Rondônia (refletivo), posicionado na parte inferior da porta dianteira; Dísticos “POLÍCIA” e “MILITAR” , com dimensões, cores e posicionamento conforme especificações da			3	R\$ 2.540,00	R\$ 7.620,00
2	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de policiamento tático de ação e reação ao crime organizado. Resolução 0300, página 02, imagem 1. (0054957570).				5	R\$ 2.920,00	R\$ 14.600,00
3	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Polícia de Choque/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 1. (0047415000).				1	R\$ 2.540,00	R\$ 2.540,00
4	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Policiamento de Fronteira/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 2. (0047415000).				8	R\$ 2.540,00	R\$ 20.320,00
5	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO/CAMINHONETE. Resolução 0300, página 02, imagem 2. (0054957570).				3	R\$ 2.540,00	R\$ 7.620,00
6	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Maria da Penha/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 2. (0047415000).				1	R\$ 2.540,00	R\$ 2.540,00
7	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viaturas Administrativas/SEDAN. Decreto (0047438810).				2	R\$ 720,00	R\$ 1.440,00
8	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (HATCH) Viaturas Administrativas/HATCH. Decreto (0047438810).				3	R\$ 850,00	R\$ 2.550,00
9	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viaturas Administrativas/CAMINHONETE. Decreto (0047438810).				7	R\$ 850,00	R\$ 5.950,00
10	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viaturas Administrativas/CAMIONETA. Decreto (0047438810).				1	R\$ 850,00	R\$ 850,00

11	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (EMBARCAÇÃO) Embarcações. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 1. (0047415000).	Resolução; Prefixo alfanumérico da viatura (nas laterais e no teto), para identificação terrestre e aérea; Forte Príncipe da Beira , representado em linhas coloridas (azul, verde e amarelo), conforme padrão da bandeira do Estado; Número de emergência 190 , com pictograma em adesivo refletivo; Sítio digital institucional (www.pm.ro.gov.br) no vidro traseiro; Logotipos de gestão e convênio , quando aplicável, nas portas dianteiras; Aplicação do Sillitoe Tartan nas viaturas do BPTRAN e Coordenadoria de Saúde; Respeito às cores específicas por especialidade (ex.: viaturas do BOPE em preto, do BPCHOQUE em cinza, do BPA em verde, etc.). incluindo material e mão de obra necessários para adesivagem, remoção de adesivos antigos (se houver); devem ser observadas criteriosamente as especificações (medidas, símbolos, grafismo, cores, etc.) contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST sob o ID 0047415000, Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS ID 0054957570 e Decreto 23.561 ID 0047438810. Com a garantia mínima de 3 (três) anos, contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo; não sendo aceito desbotamentos e deterioração que não estejam vinculados a sinistros decorrentes da atividade policial, podendo ser refletivo ou não refletivo.	24902	UND	29	R\$ 2.800,00	R\$ 81.200,00
12	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MOTOCICLETA) Motocicletas. Resolução 01/2023/PM, página 18, imagem 1. (0047415000).				13	R\$ 1.124,50	R\$ 14.618,50
13	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (QUADRICICLO) Quadriciclos. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 2. (0047415000).				2	R\$ 1.250,00	R\$ 2.500,00
14	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viatura de Rádio Patrulha (caminhonete). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).				13	R\$ 2.540,00	R\$ 33.020,00
15	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura de Rádio Patrulha (camioneta). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).				1	R\$ 2.540,00	R\$ 2.540,00
16	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viatura de Rádio Patrulha (sedan). Resolução 01/2023/PM, página 15, imagem 1. (0047415000).				3	R\$ 1.948,00	R\$ 5.844,00
17	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura do Batalhão de Trânsito - CAMIONETA. Resolução 01/2023/PM, página 12, imagem 2. (0047415000).				2	R\$ 2.540,00	R\$ 5.080,00
18	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MICRO-ÔNIBUS) Micro-ônibus. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 2. (0047415000).				11	R\$ 4.130,00	R\$ 45.430,00
19	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (AERONAVE) Aeronave. Resolução 01/2023/PM, página 19, imagem 1. (0047415000).				1	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00
20	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (VAN) Van (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).				1	R\$ 4.955,60	R\$ 4.955,60
21	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHÃO) Guincho. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 1. analogia. (0047415000).				1	R\$ 1.725,00	R\$ 1.725,00
22	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAVEIRÃO) Caveirão (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).				1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
VALOR TOTAL							R\$ 270.043,10

20. DA ENTREGA/RECEBIMENTO

20.1. Local/Horários

20.2. A CONTRATADA deverá executar o serviço de plotagem de viatura, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, no prazo de 30 (trinta), a contar da data assinatura do contrato, seguindo os modelos estabelecidos na Resolução nº01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000).

20.3. O serviço de plotagem de viatura, deverá ser prestado preferencialmente no endereço da CONTRATADA, mediante prévio agendamento,

com o setor de gestão contratual responsável por cada unidade policial militar, sendo indicado pelo fornecedor o dia e a hora que procederá a execução dos serviços, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

20.4. A realização do serviço de plotagem de veículos poderá, a critério da Administração, ser executada em horário diverso do estabelecido, desde que previamente comunicada ao fiscal do contrato e mediante sua expressa anuência.

20.5. É obrigatória a execução dos serviços contratados, sempre executados, conforme as especificações técnicas, descritas no quadro do tópico 8 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, deste Termo de Referência, do contrato e da nota de empenho, de forma integral.

20.6. Caso não haja expediente na data marcada para o início da execução dos serviços, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local.

20.7. Se a CONTRATADA tiver impossibilidade de executar os serviços por culpa de terceiros, poderá não incorrer nas sanções, desde que informe oficialmente com antecedência de pelo menos 24 horas, antes de esgotado o prazo, apresentando uma justificativa circunstanciada formal e devidamente comprovada, que deverá ser encaminhada ao respectivo Batalhão da PMRO, para análise do respectivo fiscal de contrato, que, por sua vez, adotará as medidas cabíveis para reagendamento da execução do serviço ou emitirá parecer para a decisão quanto à abertura de procedimento apuratório de responsabilização para eventual aplicação da penalidade correspondente, sempre respeitando aos princípios do amplo direito à defesa e ao contraditório e do devido processo legal.

20.8. No recebimento e aceitação de qualquer serviço executado, serão observadas as especificações contidas no Edital e as Disposições contidas no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

20.9. A execução dos serviços deverá ser efetuada através de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas, que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem, podendo o mesmo solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente.

20.10. **Condições/Recebimento**

20.11. A empresa deverá executar os serviços contratados de uma só vez, referente a cada ordem de serviço, observando os preceitos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, deverá remover, substituir ou trocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, parte ou bem em sua totalidade que venha apresentar problemas contínuos que inviabilize sua utilização. Caso a execução do serviço específico esteja fora do especificado neste Termo de Referência, o serviço será rejeitado parcialmente pela comissão de recebimento, solicitando as adequações necessárias.

No recebimento e aceitação dos serviços, serão observadas rigorosamente, as especificações técnicas de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência. O recebimento obedecerá as prescrições da legislação aplicável, por meio de Comissões previamente designadas, acontecendo da seguinte maneira:

Provisoriamente: por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, com base no relatório do responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis; e

Definitivamente: por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

20.12. **Local de utilização/destinação do serviço**

20.13. O serviço de plotagem de viaturas, serão executados sob demanda, conforme as solicitações detalhadas na Ordem de Serviço, por cada unidade policial, na cidade de Porto Velho, devidamente informadas neste Termo de Referência, preferencialmente na sede da CONTRATADA.

21. **DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

21.1. A assistência técnica durante a garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicional para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos em decorrência da ação do tempo, executados pela CONTRATADA, com as necessárias substituições de de plotagens ou pinturas, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para o serviço;

21.2. Durante o período da garantia o prazo máximo para o reparo das plotagens com avaria coberta pela garantia, deverá ser de até 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação formal, salvo em finais de semana ou feriados municipais, estaduais e nacionais se;

21.3. Comunicar o CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que, eventualmente, impossibilite o fornecimento no prazo estipulado;

21.4. Durante o período de garantia dos serviços executados, a CONTRATADA deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela execução da garantia sem quaisquer ônus para a Administração Pública;

21.5. Arcar com qualquer prejuízo causado à administração ou a terceiros por seus empregados durante a execução dos serviços;

21.6. Aplicam-se, no que couber, os termos da Lei 8.078/90 Código de Proteção e Defesa do Consumidor, quanto à substituição das plotagens avariadas por desgastes naturais em decorrência do uso e da ação do tempo;

21.7. O prazo de garantia e de suporte técnico para o serviço realizado, será contado a partir do recebimento definitivo do serviço;

21.8. O serviço de assistência técnica, durante a vigência da garantia, deverá ser prestado mediante manutenção ou substituição, de acordo com os manuais e normas técnicas específicos de cada serviço, a fim de manter o mesmo em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a **PMRO ou para o FUMRESPOM**, salvo nos casos comprovadamente decorrentes de operação fora das condições especificadas ou manuseio inadequado pelo usuário;

21.9. Entende-se por manutenção da pintura ou substituição da plotagem, para os fins a que se destina este termo de referência, a manutenção destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo serviço executado de plotagem ou pintura da identidade orgânica da PMRO, compreendendo substituições de plotagens ou reparos e correções na pintura da identidade, necessárias a recolocar o veículo em seu perfeito estado de uso. A execução desse serviço será realizado preferencialmente na sede da CONTRATADA;

21.10. Todos os materiais de reposição necessárias à manutenção corretiva das plotagens e pinturas deverão ser novos, originais e genuínas;

21.11. A CONTRATADA deverá executar o serviço de plotagem de viatura, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, com período de garantia mínima de 3 (três) anos conforme capítulo II, seção III da Resolução nº. 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000)., contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

21.12. Corrigir, às suas expensas, quaisquer danos causados à administração decorrentes da execução do serviço.

21.13. Os serviços deverão ser executados de acordo com os quantitativos e especificações conforme a ordem de serviço.

22. **DO PAGAMENTO**

22.1. O pagamento, decorrente desta contratação, objeto deste Termo de Referência, será efetuado de uma só vez, no prazo máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141 e seguintes da Lei nº 14.133/21, juntamente com a análise procedida pelo Controle Interno.

22.2. Não será efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação

financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

22.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal (eletrônica), a PMRO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

22.5. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

22.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

22.7. A PMRO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

22.8. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplimento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \quad I = \dots\dots$$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

22.9. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura (eletrônica), a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia do Contrato Social da Empresa.

23. DA SELEÇÃO, TIPO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

23.1. A seleção, contratação e as fases da licitação obedecerão aos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações, e ao Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024. Consoante à seleção de empresa para fornecimento do serviço constante do tópico 8, deste Termo de Referência, será escolhida levando-se em conta a modalidade de licitação do tipo **menor preço por lote**, que será oportunamente definida pela Superintendência Estadual de Licitações do Estado de Rondônia – SUPEL.

24. DO MODO DE DISPUTA

24.1. O modo de disputa será o Aberto, conforme prevê o artigo 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Este modo amplia a participação de licitantes, fortalece a competitividade e potencializa a redução de preços, em consonância com o princípio da isonomia.

24.2. O Modo de Disputa Aberto foi selecionado por permitir que todos os licitantes participem simultaneamente da fase de lances, sem etapas eliminatórias preliminares. Essa escolha está alinhada aos seguintes fundamentos:

24.3. Princípio da Isonomia: Garante igualdade de condições a todos os participantes;

25. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

25.1. Serão observadas as exigências e especificações contidas neste Termo de Referência e adotado o critério de julgamento **Menor Preço por lote**, conforme o disposto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Esse critério privilegia a economicidade e é ideal para licitações com objetos compostos por itens distintos e padronizados, pois permite a comparação direta de preços unitários e minimiza subjetividades.

25.2. A opção pelo Menor Preço por lote mostra-se adequada ao objeto, considerando sua diversidade e facilidade de comparação técnica, assegurando os seguintes benefícios:

25.3. Economicidade: garante a escolha da proposta de menor impacto financeiro, sem prejuízo da qualidade, já que os itens possuem especificações técnicas mínimas definidas;

25.4. Objetividade: elimina subjetividades no julgamento, pois a avaliação é exclusivamente baseada em critérios quantitativos; e

25.5. Segurança Jurídica: reduz o risco de contestações e recursos, por adotar metodologia transparente e previsível.

25.6. A motivação ora apresentada demonstra que a combinação entre Pregão Eletrônico, critério de Menor Preço por Lote e Modo de Disputa Aberto constitui a estratégia mais eficiente para assegurar vantajosidade, economicidade e eficiência à Administração Pública, em conformidade com o Decreto Estadual nº 28.874/2024.

25.7. As propostas deverão ter validade mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de abertura da sessão pública do certame, prazo este compatível com a complexidade do objeto e com o planejamento da contratação. Tal exigência encontra amparo no §3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a fixar prazos mínimos de validade das propostas em função das peculiaridades da contratação.

26. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

26.1. Justificativa da adoção do registro de preços

26.1.1. O Sistema de Registro de Preços - SRP em tela, aplica-se nos termos do Inciso II, art. 40, da Lei 14.133/21.

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

II – processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

26.1.2. A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) nesta licitação justifica-se pelo fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por permitir a racionalização das contratações públicas, reduzindo o número de licitações para a contratação de serviço de plotagem de viatura, incentivando a participação de um maior número de fornecedores, incluindo micro e pequenas empresas, e viabilizando o atendimento da demanda de forma contínua e desburocratizada, ao longo de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período.

26.1.3. A pretensa contratação se enquadra nos Incisos I e IV do Artigo 116 do Decreto Estadual n. 28.874/2024, conforme descrito abaixo:

26.1.4. Necessidade de contratações sucessivas: a PMRO necessitará de atualizações tecnológicas e modernas contínuas para manter as máquinas, aparelhos e seus equipamentos em funcionamento adequado. Estes equipamentos serão utilizados nas atividades operacionais e administrativas diárias, demandando reposições e aquisições adicionais ao longo do tempo; e

26.1.5. Natureza do objeto e indefinição de quantitativo: não é possível definir previamente a quantidade exata de máquinas, aparelhos e equipamentos que serão demandados ao longo do período de vigência do registro de preços. As necessidades podem variar conforme a disponibilidade orçamentária, projetos, operações e atividades administrativas desenvolvidas pela PMRO, tornando o Sistema de Registro de Preços (SRP) a solução ideal

para gerenciar essas variações de demanda.

26.1.6. A adoção do Sistema de Registro de Preços para esta contratação é justificável devido à necessidade de contratações sucessivas e à natureza do objeto, que não permite a definição exata do orçamento que será disponibilizado. Esse sistema promove a eficiência administrativa e a economicidade, facilitando a gestão das aquisições e garantindo o atendimento contínuo e eficiente das necessidades operacionais e administrativas da PMRO.

26.2. Do gerenciamento da ata de registro de preços e das obrigações do órgão gerenciador

26.2.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 122 e incisos do DECRETO nº 28.874, DE 25 DE JANEIRO DE 2024.

26.2.2. Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, incluindo:

26.2.3. Realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;

26.2.4. Gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;

26.2.5. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;

26.2.6. Analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;

26.2.7. Zelar pela observância dos limites individual e global para adesão; e

26.2.8. Divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

26.2.9. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil da publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no artigo 84 da Lei 14.133/21 e no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

26.2.10. Fica autorizada a divulgação para intenção de registro de preços por parte de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública, com base no art. 117 do Decreto Estadual nº 28.874/24.

26.2.11. O modo de disputa deste certame será **ABERTO**, tendo por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa.

26.2.12. O licitante deverá encaminhar proposta de preços com o detalhamento do item ofertado, a marca e modelo (sempre que couber) e os preços unitário e total, contendo os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais. Além disso, o preço total deve ser expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional.

26.2.13. A proposta deverá atender todas as condições e especificações deste instrumento.

26.2.14. O preço ofertado deve ter a inclusão dos tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução.

26.2.15. Não será aceita oferta de objeto com especificações ou quantitativos inferiores ou divergentes do TR.

26.2.16. O prazo da validade da proposta será de 90 (noventa) dias.

26.2.17. Deverá ainda indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

26.2.18. As obrigações do órgão gerenciador da ata, bem como as obrigações da detentora da ata serão aquelas estabelecidas pela SUPEL, no edital da licitação, regimento interno ou documento equivalente, uma vez que cabe ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP.

26.2.19. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do GOVERNO DE RONDÔNIA, ou qualquer outro órgão tanto da Esfera Estadual, quanto Municipal, mediante consulta ao órgão gerenciador.

26.2.20. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

26.2.21. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

26.2.22. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

26.2.23. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

26.2.24. As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

26.2.25. Os eventuais contratos decorrentes do registro de preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.

26.2.26. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

26.2.27. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

26.2.28. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

26.2.29. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

26.2.30. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

26.2.31. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

26.2.32. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

- 26.2.33. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- 26.2.34. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- 26.2.35. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 26.2.36. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 26.2.37. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 26.2.38. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem 27.51, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 26.2.39. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 26.2.40. Como alternativa à atualização prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.
- 26.2.41. Liberado o fornecedor na forma do parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado.
- 26.2.42. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 26.2.43. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
- 26.2.44. Por fim nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o edital deverá dispor sobre as hipóteses previstas nos incisos I a IX, inclusive para justificar, quando for o caso, a não adoção de determinadas previsões, como preços diferenciados ou propostas em quantitativo inferior. No presente caso, tais justificativas estão apresentadas em tópico específico deste Termo de Referência, com base na logística padronizada e no atendimento integral das demandas institucionais da PMRO. Observe o que diz o mencionado dispositivo da Lei:

Art. 82º O edital de licitação para registros de preços observará as regras gerais desta lei e deverá dispor sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes.

b) em razão da forma e do local de acondicionamento.

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote.

d) por outros motivos justificados no processo.

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI - as condições para alteração de preços registrados;

VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

27. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

27.1. Em conformidade com o art. 117 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, será permitida a inclusão de intenção de registro de preços por parte de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, previamente à publicação do edital, com vistas à centralização e economicidade no processo de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP). Segue o dispositivo legal citado:

Art. 117. Compete ao órgão gerenciador providenciar, previamente à publicação do edital, a publicação de intenção de registro de preços como forma de divulgar formalmente a pretensão de realização do certame com a adoção do SRP para possíveis órgãos ou entidades interessadas.

§ 1º A publicação da intenção de registro de preços deverá descrever o objeto pretendido com clareza suficiente para a compreensão dos potenciais interessados.

§ 2º A publicação da intenção de registro de preços poderá deixar de ocorrer, sempre de forma fundamentada, quando:

I - a natureza do objeto se relacionar exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pelo certame;

II - excepcionalmente, se mostrar inviável a veiculação da intenção de registro de preços.

§ 3º Os órgãos ou entidades estaduais interessados terão o prazo de 8 (oito) dias úteis para formalizar as respectivas requisições de objeto ao órgão ou entidade responsável pela publicação da intenção de registro de preços.

§ 4º As requisições deverão conter descrição e quantitativo estimado do objeto, com a respectiva justificativa, com base em técnicas estimativas que considerarão, sempre que possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

§ 5º As manifestações de participação no certame deverão ser levadas em consideração na elaboração do projeto básico ou termo de referência.

28. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. A gerência da Ata de Registro de Preços decorrente do presente Termo de Referência será exercida pela Superintendência Estadual de Licitações do Estado de Rondônia (SUPEL), a quem compete o controle e autorização de uso da referida Ata.

29. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

29.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil da publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no artigo 84 da Lei 14.133/21 e no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

29.2. A Ata de Registro de Preços gerada a partir desta licitação contempla a possibilidade de renovação de quantitativo previsto, com a observância das condicionantes previstas na manifestação do Procurador-Geral do Estado no Despacho de ID (0053945147) no bojo dos autos do Processo nº 0010.005101/2024-33.

30. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

30.1. Em conformidade com o art. 132 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, as eventuais alterações da Ata de Registro de Preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Observe o que diz o dispositivo legal:

30.2. Parágrafo único. Os eventuais contratos celebrados com fundamento na Ata de Registro de Preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo a cada contrato individualmente considerado, e não ao total registrado em ata, conforme dispõe o parágrafo único do art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

30.3. As alterações admitidas na ata são aquelas que envolvam ajustes formais ou administrativos, como:

30.4. Inclusão ou exclusão de órgãos participantes;

30.5. Atualização de cláusulas contratuais relativas a prazos de vigência da ata ou datas de assinatura dos contratos dela decorrentes; e

30.6. Correções materiais ou ajustes técnicos no texto da ata que não alterem seu objeto, quantitativo ou preço registrado.

31. DO REAJUSTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

31.1. Durante a vigência da Ata, os preços serão irrevogáveis, salvo nos casos previstos Lei Federal nº 14.133, de 2021.

31.2. Conforme o Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, dispõe:

Art. 151: O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

Art. 152, estabelece-se que os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

Art. 153. Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

31.3. Comprovada a majoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP, os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput deste artigo.

31.4. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do beneficiário da ata.

31.5. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

31.6. Para fins deste Decreto e do Sistema de Registro de Preços - SRP, por ele regulamentado, o órgão gerenciador do registro de preços, fixará por meio de Portaria, a forma de apuração do preço de mercado para efetivação de ajustes decorrentes das Atas de Registro de Preços.

32. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

32.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Pública Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações, ou por quaisquer outros órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da esfera Estadual ou Municipal, desde que haja pertinência do objeto com suas finalidades institucionais e mediante anuência prévia do órgão gerenciador.

32.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados, desde que o atendimento não comprometa o cumprimento das obrigações anteriormente assumidas.

32.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos de cada item registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme previsto no §2º do art. 124, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

32.4. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, no total, o dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do §3º, do art. 124, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

32.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata verificar previamente a vantagem econômica da adesão, observando os parâmetros de preço, qualidade e condições previamente estabelecidas.

33. DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

33.1. Adicionalmente, de acordo com as disposições contidas no art. 132 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, combinado com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, os preços registrados relativos à Contratação de empresa especializada na prestação de serviço higienização da evaporadora sem desinstalação, manutenção preventiva geral, diagnóstico, corretiva, instalação e desinstalação nos aparelhos condicionadores de ar de condicionador de ar split, poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

33.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado.

33.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme previsto no art. 124, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

33.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar a ordem originalmente estabelecida na licitação.

33.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

33.6. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, devidamente justificada e comprovada, nos termos do art. 124, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021; e

33.7. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

33.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá revogar o item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

33.9. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços – ARP, salvo nos casos de revisão expressamente previstos em lei, mediante justificativa formal e comprovação das condições ensejadoras da alteração, observadas as hipóteses legais e os preços vigentes de mercado.

33.10. Além disso, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer:

33.11. Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado;

33.12. Por interesse público superveniente que impeça a execução do objeto, conforme inciso IX do art. 82 da Lei nº 14.133/2021; e

33.13. A pedido do fornecedor, mediante solicitação formal justificada e aceita pela Administração.

33.14. Também poderá ser cancelado o registro quando o fornecedor:

33.15. Descumprir total ou parcialmente as condições da ata;

33.16. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

33.17. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior ao valor de mercado; e

33.18. Ou sofrer sanção administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

34. DO CONTRATO

34.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/21, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

34.2. Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

35. DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO

35.1. Em relação às alterações contratuais, aplicar-se-á o disposto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme transcrição:

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

36. DO REAJUSTE CONTRATUAL

36.1. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base estabelecida no edital, em conformidade com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 2º, §1º da Lei nº 10.192/2001.

36.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, o reajuste será concedido mediante a aplicação de índice de correção monetária, observando-se a data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme definido no instrumento convocatório.

36.3. O reajuste será calculado pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

36.4. O reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA mediante requerimento formal protocolado junto ao fiscal do contrato, instruído com:

- a) Demonstrativo de cálculo do reajuste pretendido;
- b) Cópia do contrato e seus aditivos;
- c) Comprovação do transcurso do prazo de 12 meses; e
- d) Índices oficiais do período.

36.5. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidir com prorrogação contratual, caso em que será processado mediante termo aditivo.

36.6. A CONTRATADA deverá exercer seu direito ao reajuste desde a data em que se completar o interregno mínimo até a data da prorrogação contratual ou do encerramento do contrato, sob pena de preclusão.

36.7. As hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis serão processadas na forma do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação documental da ocorrência do desequilíbrio e demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

36.8. Aplicam-se subsidiariamente as disposições do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e demais normas pertinentes à matéria.

37. DAS ALTERAÇÕES E EXTINÇÃO CONTRATUAL

37.1. Nos termos do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá promover alterações unilaterais no contrato nas seguintes hipóteses:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração;

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado;

37.2. Da extinção contratual

37.3. Nos termos do art. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, o contrato poderá ser extinto nos seguintes casos:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI – atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII – atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I – supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- II – suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III – repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV – atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V – não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

- I – não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- II – assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

- I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- § 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I – devolução da garantia;
- II – pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III – pagamento do custo da desmobilização.

Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- I – assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II – ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III – execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV – retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

38. DOS DEVERES CONTRATUAIS

38.1. Da Contratada:

- 38.1.1. Assinar o contrato ou dar o recebimento na nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- 38.1.2. Receber e somente executar os serviços de plotagens de viaturas mediante apresentação da Ordem de Serviço emitida e assinada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- 38.1.3. Na execução dos serviços de plotagem de viatura, utilizar materiais novos e de qualidade comprovadas e com garantia dos serviços executados, “Certificados de Garantia” do fabricante quando for o caso, conforme o solicitado e norma do edital;
- 38.1.4. Os serviços deverão ser realizados por pessoal especializado, empregando técnica aperfeiçoada, ferramentas adequadas ao tipo de equipamento, e obedecendo obrigatoriamente, as recomendações das normas técnicas gerais da ABNT e legislações pertinentes de trânsito.
- 38.1.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes aos seus funcionários, não transferindo à PMRO a responsabilidade pelo seu pagamento;
- 38.1.6. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, preferencialmente na sua sede, conforme subitem 10 - REQUISITOS DA CONTRAÇÃO deste Termo de Referência;
- 38.1.7. Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços, indenizando os danos motivados;
- 38.1.8. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo da CONTRATANTE, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 38.1.9. A CONTRATADA fica obrigada a cumprir plenamente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, previsto no Art. 121, da Lei nº 14.133/21;
- 38.1.10. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e Acórdão 0964-14/12-P, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, TCU;

38.1.11. Aceitar nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrente de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº 14.133/21, sendo os mesmos objeto de exame prévio da Procuradoria Geral do Estado – PGE;

38.2. **Da Contratante:**

38.2.1. Fiscalizar todo o processo, buscando garantir, que o objeto da contratação, seja executado em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

38.2.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

38.2.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador das licitações, quando aplicável;

38.2.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

38.2.5. Receber as Notas Fiscais/Faturas e conferir se estão em conformidade com o objeto. Devendo posteriormente, encaminhá-la para pagamento, de acordo com as condições legais;

38.2.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pela Comissão de Recebimento, em conformidade com o art. 141 e seguintes da Lei nº 14.133/21. A Nota Fiscal/Fatura deverá atender às exigências dos órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo da autorização para sua emissão;

39. **DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

39.1. Durante a vigência do contrato, o fornecimento dos serviços será acompanhado e fiscalizado por servidores de carreira formalmente designados pela PMRO, que atuarão como Fiscal de Contrato e Fiscal Substituto, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A fiscalização administrativa será exercida pela Divisão de Gestão de Processos da Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), responsável por verificar a conformidade documental e financeira da execução contratual.

39.2. **A fiscalização técnica e o recebimento dos itens contratados serão conduzidos por duas comissões específicas:**

39.3. **Comissão de Recebimento Provisório:** composta por três servidores designados, será responsável por inspecionar os bens fornecidos, atestando se atendem às especificações exigidas no Termo de Referência. Caso sejam constatadas não conformidades, será emitido relatório com a descrição das falhas e será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para que a contratada realize as devidas correções.

39.4. **Comissão de Recebimento Definitivo:** também composta por três servidores, essa comissão realizará a verificação final da conformidade dos materiais com as exigências do contrato. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido apenas se todas as condições forem integralmente atendidas. A emissão do termo é condição indispensável para a liberação do pagamento final e encerramento da obrigação contratual.

39.5. **Relatórios e Notificações**

39.5.1. Caso os serviços executados estejam em desacordo com o contrato ou com o Termo de Referência, a fiscalização deverá emitir relatório técnico apontando todas as irregularidades. A CONTRATADA será notificada formalmente para sanar as falhas apontadas, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2021. Após correções, os serviços serão novamente submetidos à verificação para liberação.

39.6. **Decisões e Providências Adicionais**

39.6.1. Qualquer decisão que ultrapasse a competência da equipe de fiscalização deverá ser imediatamente encaminhada à Divisão de Gestão de Processos (DGP/DOF), que reportará ao Ordenador de Despesas, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis, conforme o disposto no art. 117, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

39.7. **Responsabilidade da Contratada**

39.7.1. A fiscalização exercida pela Administração não exime nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais danos causados à Administração Pública ou a terceiros, em decorrência de condutas culposas ou dolosas na execução contratual, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

40. **DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

40.0.1. A CONTRATANTE nomeará um policial militar de carreira, para atuar como Fiscal Técnico deste contrato e 1 policial militar de carreira, para atuar como suplente, de cada Batalhão da PMRO na cidade de Porto Velho.

40.0.2. A Fiscalização exercida no interesse da Administração, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

40.1. **Fiscalização Técnica**

40.1.1. A fiscalização técnica consiste no acompanhamento e avaliação da execução do objeto nos moldes contratados, visando aferir a qualidade, quantidade, tempo e modo de execução, bem como assegurar a qualidade da prestação dos serviços, e se estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório.

40.1.2. Os Fiscais Técnicos exercerão a fiscalização da execução do contrato e dos serviços no âmbito dos prédios sob sua responsabilidade, dentro de cada lote, registrando toda e qualquer ocorrência e/ou deficiências verificadas ao longo do período de vigência em relatório específico a esse fim, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas e pronta regularização do serviço, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e previstas neste Termo de Referência, bem como nas legislações em vigor que se apliquem ao caso concreto, bem como realizando cotações, caso haja suspeita ou necessidade, para comprovar a adequação do preço praticado pela empresa no serviço de substituição de peça, dando parecer favorável à autorização para a execução do serviço sempre pelo menor preço orçado, nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/21.

40.1.3. A função de fiscal técnico do contrato, e do fiscal setorial, quando possível, deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos técnicos do contrato.

40.1.4. **Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:**

- 1) participar das reuniões inicial, de trabalho e de conclusão da execução contratual;
- 2) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 3) conhecer o termo de contrato e todos os seus Anexos, especialmente o Projeto Básico ou o Termo de Referência, certificando-se de que a contratada está cumprindo todas as obrigações assumidas;
- 4) verificar se, na entrega de material, na execução de obra ou na prestação de serviço, a especificação, o valor unitário ou total, a quantidade e os prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- 5) Verificar e confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;
- 6) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- 7) anotar, em processo específico, quando autuado para esse fim, todas as ocorrências relativas à execução do contrato, com a indicação do

que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. A fim de produzir um histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.

8) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

9) monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar eventuais incorreções, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

10) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

11) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

12) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

13) registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato, comunicando ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

14) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;

15) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

16) informar a adequação do serviço para o gestor do contrato e para a comissão de recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

17) verificar se estão sendo atendidas as especificações técnicas contidas no termo de referência, planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, projeto básico, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da CONTRATADA a correção de imperfeições detectadas;

18) verificar a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;

19) recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de contrato e seus Anexos;

20) averiguar se é a contratada quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;

21) dar ciência ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não haver a conclusão do objeto na data aprazada, com as justificativas pertinentes;

22) comunicar ao gestor de contratos, a necessidade de se realizar acréscimos ou supressões no objeto contratado, com vistas à economicidade e à eficiência na execução contratual;

23) confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

24) emitir relatórios circunstanciados e conclusivos quanto à adequação dos serviços prestados de forma a demonstrar a vantajosidade técnica da manutenção da avença, documento condicionante à prorrogação do contrato.

41. DA SUBCONTRATAÇÃO

41.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, bem como a cessão ou transferência total ou parcial do contrato a terceiros, pela contratada, nos termos do §2º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

41.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade, a segurança e a eficiência na execução do objeto, assegurando o controle direto da contratada sobre o fornecimento de serviço de higienização da evaporadora sem desinstalação, manutenção preventiva geral, diagnóstico, corretiva, instalação e desinstalação nos aparelhos condicionadores de ar, inclusive quanto ao transporte, instalação (se aplicável) e entrega.

41.3. A execução direta por parte da contratada possibilita maior controle sobre o atendimento às especificações contratuais, reduz riscos operacionais e facilita a fiscalização pela Administração, evitando a diluição de responsabilidades que poderia ocorrer em caso de subcontratação.

41.4. A vedação também visa prevenir conflitos de natureza trabalhista e tributária, promovendo maior segurança jurídica na relação contratual e assegurando que a contratada mantenha, durante toda a vigência do contrato, a responsabilidade integral pelas obrigações assumidas.

42. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

42.1. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta aquisição serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II – pagamento da multa;

III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

42.2. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo 1% e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA <i>incidente sobre a parte inadimplida do contrato.</i>
1	Dar causa à inexecução parcial do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1% por dia Até o limite de 30%

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA <i>incidente sobre a parte inadimplida do contrato.</i>
3	Dar causa à inexecução total do contrato;	de 1% Até o limite de 30%
4	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	de 1% Até o limite de 30%
5	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	de 1% Até o limite de 30%
6	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	de 1% Até o limite de 30%
7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	de 1% Até o limite de 30%
8	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	de 1% Até o limite de 30%
9	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	de 1% Até o limite de 30%
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	de 1% Até o limite de 30%
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	de 1% Até o limite de 30%
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	de 1% Até o limite de 30

42.3. A multa, quando aplicada, será descontada diretamente dos valores devidos à contratada. Caso não existam valores suficientes a serem compensados, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, para pagamento voluntário, sob pena de inscrição na dívida ativa e cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

42.4. A sanção de advertência será aplicada por escrito apenas nos casos de infrações leves, cabendo aplicação de penalidade mais severa em caso de reincidência.

42.5. As penalidades aplicadas serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como nos cadastros estaduais específicos, conforme normativos vigentes.

43. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

43.1. Aplicação da Margem de Preferência

43.1.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação, visto que não se enquadra nos moldes do art. 26, §1º da Lei nº 14.133/21.

43.1.2. Nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, em caráter excepcional, dispensar no todo ou em parte a documentação de habilitação, nos casos de entrega imediata e integral ou cujo valor não ultrapasse 1/4 do limite de dispensa para compras.

43.1.3. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/21, documentação relativa a:

43.2. Habilitação Jurídica

43.2.1. No caso de empresário individual:

43.2.2. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

43.2.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:

43.2.4. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>.

43.2.5. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:

43.2.6. Ato constitutivo; e

43.2.7. Estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

43.2.8. No caso de sociedade simples:

43.2.9. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

43.2.10. No caso de cooperativas, deverá ser apresentada a ata de fundação e o estatuto social em vigor, acompanhados da ata da assembleia que o aprovou, todos devidamente arquivados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro previsto no [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#).

43.2.11. A Lei nº 14.133/2021 permite a participação de cooperativas em licitações públicas, desde que observem as seguintes condições:

43.2.12. a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);

43.2.13. a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

43.2.14. qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente

pessoas;

43.2.15. o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

43.2.16. Além da documentação jurídica básica, a cooperativa deverá apresentar:

43.2.17. Relação dos cooperados que atenderão ao contrato, com respectivos dados técnicos e DRSCI individual;

43.2.18. Atas de assembleia que autorizem a contratação;

43.2.19. Comprovação de integração das quotas-partes pelos cooperados designados;

43.2.20. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados;

43.2.21. Última auditoria contábil-financeira, ou declaração formal de sua não exigência, nos termos do art. 112 da Lei nº 5.764/1971.

43.2.22. No caso de agricultor familiar:

43.2.23. Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida; ou

43.2.24. Outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.476/2023.

43.2.25. No caso de produtor rural:

43.2.26. Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a [qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1828, de 2018](#).

43.2.27. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:

43.2.28. Decreto de autorização; e

43.2.29. Se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

43.2.30. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

43.3. Regularidade Fiscal

43.3.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por [elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional](#);

43.3.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

43.3.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

43.3.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

43.3.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; e

43.3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação fiscal, mesmo com restrição, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, e terão prazo de 5 dias úteis para regularização, prorrogável por igual período.

43.4. Regularidade Trabalhista

43.4.1. Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

43.5. Qualificação Econômico-Financeira

43.5.1. A qualificação econômico-financeira deverá seguir o que diz o art. 69 da Lei 14.133/2021, que diz:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e **será restrita** à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do **caput** deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

Para fins de avaliação e julgamento no requisito Qualificação Econômico-Financeira, serão utilizados parâmetros de aferição baseados no art. 18 da Lei 14.133/2021, dentre os quais se destaca o inciso IX, a saber:

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

43.6. Critério adotado e justificativa da exigência econômico-financeira

43.6.1. Com fundamento no art. 69, §4º e no art. 18, inciso IX da Lei nº 14.133/2021, será exigido que o licitante comprove, por meio do balanço patrimonial dos 2 últimos exercícios sociais ou, no caso de empresa constituída há menos de um ano, do balanço de abertura, possuir patrimônio líquido (ou capital social) não inferior a 2% (dois por cento) do valor estimado do lote para o qual apresentar proposta.

43.6.2. Esta exigência visa garantir que o contratado disponha de capacidade econômica mínima compatível com a execução do objeto, sem comprometer a competitividade do certame.

43.6.3. Aplicações práticas do critério de 2%:

43.6.4. Caso o licitante esteja classificado em mais de um item/lote, o atendimento ao critério de 2% será aferido com base na soma dos valores estimados de todos os itens/lotos classificados;

43.6.5. Constatada a insuficiência patrimonial ou de capital social para a totalidade dos itens classificados, o pregoeiro convocará o licitante para optar pela desistência parcial, até que se enquadre ao critério; e

43.6.6. As regras acima serão igualmente aplicadas caso o licitante venha a ser ulteriormente classificado em novos itens/lotos após a fase inicial de julgamento.

43.7. Qualificação Técnica

43.7.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

§ 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

§ 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

§ 4º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

Quanto a documentação para comprovação de qualificação técnico-operacional, esta será restrita às exigências do art. 67 da Lei 14.133/2021.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativos aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

§ 7º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do caput deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

§ 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do caput deste artigo.

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

43.7.2. Considerando o objeto desta licitação, informamos que a parcela de maior relevância ou de valor significativo é o item nº 11 — “Serviço de Plotagem de Viaturas Oficiais da PMRO (Embarcação)” — descrito no Termo de Referência (item 19, que trata do valor estimado), cujo valor individual estimado supera 4% do valor total estimado da contratação.

43.7.3. Considerando a exigência de atestados, informamos que a quantidade mínima exigida será de 10% (dez por cento) da parcela de maior relevância mencionada no item 43.7.2 deste instrumento, nos termos do artigo 67, nos §§ 1º e 2º da Lei 14.133/21.

43.7.4. Para fins de aferimento da qualificação técnica, a Contratada, deverá apresentar atestado de capacidade técnica, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto deste instrumento, observando-se para tanto, no que couber, o disposto no art. 67 da Lei Federal 14.133/21.

43.7.5. Será aceito experiência semelhantes, compatíveis, equivalentes, ainda que não com as mesmas especificações dispostas no Termo de Referência, conforme o art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

43.7.6. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

43.7.7. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 12 Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

43.7.8. E, na ausência dos dados indicados acima, antecipa-se a diligência prevista no art. 64 da Lei Federal 14.133/21 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

43.8. Outras Declarações

43.8.1. Declaração que o representante legal não é servidor público do Estado de Rondônia consoante o §1º, do art. 9º da Lei nº 14.133/21.

43.8.2. Declaração Negativa de Relação Familiar ou de Parentesco na Administração Pública consoante o Inc. IV, do art. 14, da Lei nº 14.133/21.

43.8.3. Declaração de que a empresa não emprega menor, consoante o inciso XXXIII, do art. 7º da CFRB/88.

43.8.4. Declaração da Inexistência de Fatos Supervenientes impeditivos da contratação.

43.8.5. Declaração que está ciente das obrigações junto a PMRO, conforme Ata de Registro de Preço que será utilizado como subsídio para elaboração do Contrato.

43.8.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, consoante o inciso IV, do artigo 63 da Lei nº 14.133/21.

43.8.7. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, consoante o inciso §, do artigo 63 da Lei nº 14.133/21, que deverão ser apresentadas da seguinte forma:

43.8.8. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.

43.8.9. Apresentar a Declaração de ME/EPP.

43.8.10. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.

43.8.11. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

44. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

44.1. A aquisição do objeto desta licitação obedecerá, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, e no art. 6º do Decreto Estadual nº 21.264/2016, do Governo do Estado de Rondônia.

44.2. A empresa contratada deverá observar, sempre que aplicável, as seguintes orientações:

44.3. Atendimento aos critérios de sustentabilidade para aquisição de bens, conforme previsto nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01/2010, priorizando a escolha de produtos que:

44.4. Sejam fabricados com materiais renováveis, recicláveis ou reciclados;

44.5. Possuam maior eficiência energética e menores índices de emissão de poluentes;

44.6. Minimizem a geração de resíduos sólidos e perigosos;

44.7. Apresentem durabilidade, possibilidade de reutilização e facilidade de reciclagem; e

44.8. Observância das diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 21.264/2016, especialmente:

44.9. Art. 6º, inciso I: prever, nos instrumentos convocatórios e nos contratos administrativos, a obrigatoriedade de que os bens e serviços a serem contratados atendam a requisitos de redução de impactos ambientais, incluindo:

a) O uso racional de energia e de recursos naturais;

b) A diminuição da geração de resíduos sólidos;

c) A adequação dos bens a práticas de consumo sustentável;

d) A destinação ambientalmente adequada de resíduos.

e) Compromisso com a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e materiais inservíveis resultantes da execução contratual, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), podendo ser exigida a apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), conforme a natureza dos bens fornecidos.

f) Incentivo a práticas de responsabilidade social e ambiental (ESG), como critério de valorização de fornecedores que adotem políticas internas de sustentabilidade.

44.10. A comprovação do atendimento a esses critérios poderá ser exigida por meio de documentação técnica, certificações específicas ou declaração formal da empresa, nos termos do edital.

44.11. O descumprimento das obrigações de sustentabilidade estabelecidas poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, conforme regulamentação aplicável e as disposições contratuais.

44.12. As diretrizes acima foram extraídas da Análise de Impacto Ambiental constante do ETP, elaborado nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto Estadual nº 21.264/2016, com base nos potenciais impactos ambientais negativos e nas medidas mitigadoras descritas naquele documento.

45. DA JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

45.1. No presente processo de contratação, cujo objeto é a prestação de serviço de plotagem de viatura, considerou-se tecnicamente inadequada a participação de pessoas físicas na fase competitiva da licitação.

45.2. A natureza da contratação exige capacidade técnica comprovada, estrutura organizacional, disponibilidade de equipe especializada, regularidade cadastral e trabalhista, bem como a aptidão para atendimento contínuo das demandas da Administração Pública. Tais características são inerentes a pessoas jurídicas, que, por sua constituição empresarial, possuem:

45.3. Capacidade de mobilizar profissionais habilitados e equipes técnicas com competências multidisciplinares;

45.4. Organização administrativa para emissão de documentos fiscais e cumprimento das obrigações acessórias decorrentes da execução contratual;

45.5. Estrutura logística e operacional compatível com as exigências do serviço, incluindo disponibilidade de ferramentas, equipamentos e insumos técnicos adequados;

45.6. Sustentabilidade financeira e patrimonial para suportar eventuais riscos contratuais e garantir a continuidade da prestação dos serviços.

45.7. A contratação de pessoa física, por sua natureza individual e limitada, apresenta maior risco à execução contratual, especialmente no que se refere à regularidade fiscal e trabalhista, à limitação de recursos operacionais e à capacidade de atender simultaneamente diferentes unidades da PMRO, em conformidade com os padrões técnicos exigidos.

45.8. Conforme dispõe o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 5º Nas contratações públicas serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da economicidade [...]".

45.9. Ademais, o planejamento prévio desta contratação demonstrou que o atendimento à necessidade administrativa, de forma eficiente e segura, exige fornecedores que reúnam capacidade operacional e organizacional compatíveis com a complexidade e a continuidade do serviço, o que justifica a exclusão de pessoas físicas do certame.

45.10. Essa medida visa assegurar o atendimento ao interesse público, a mitigação de riscos operacionais e a eficiência na execução do contrato, em linha com as boas práticas de planejamento de contratações públicas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

46. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP

46.1. Valendo-se do disposto no art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017 e na Lei Complementar nº 123/2006, que autorizam a reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, desde que se trate de bens de natureza divisível e que haja viabilidade técnica e econômica, a Administração manifesta-se favorável à adoção da reserva de cota, observadas as peculiaridades do presente certame.

46.2. No presente caso, a licitação ocorrerá por lote, e, portanto, a análise quanto à possibilidade de aplicação da reserva de cota deverá considerar a divisibilidade técnica e econômica de cada lote individualmente, bem como o impacto sobre a qualidade, a padronização e a economicidade da contratação.

46.3. A adoção da reserva estará condicionada à demonstração, no processo de contratação, de que a divisão por lotes é compatível com a natureza do objeto e não compromete a eficiência da execução contratual, a economia de escala, nem impõe restrições logísticas ou operacionais.

46.4. Além disso, a aplicação de tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte observará os benefícios previstos nos artigos 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, incluindo preferência na contratação em caso de empate, regularização fiscal tardia e possibilidade de subcontratação, conforme aplicável ao objeto licitado.

47. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

47.1. É permitida a participação de cooperativas no processo licitatório, desde que atendidas as condições previstas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à vedação de intermediação de mão de obra e à observância das disposições legais específicas relativas ao modelo cooperativista, e ainda, que seja observado o seguinte:

47.2. Que o objeto seja compatível com atuação cooperada;

47.3. Haja comprovação de funcionamento regular conforme a Lei nº 5.764/1971;

47.4. Seja demonstrado que não há intermediação de mão de obra, salvo autorização legal expressa;

47.5. A execução do objeto possa ser realizada por qualquer cooperado qualificado, vedada a indicação nominal; e

47.6. A atividade contratada esteja entre os serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa.

48. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

48.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio e cooperativa, tendo em vista que apesar do conjunto total do objeto da licitação ser de grande porte, não se trata de objeto complexo tecnicamente, e tampouco é operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa, portanto, não é o caso da aplicação do art. 15, da Lei Federal nº 14.133/21.

49. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

49.1. Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes a serem consideradas para a presente contratação.

50. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

50.1. A contratação do serviço de plotagem da nova identidade orgânica nas viaturas da Polícia Militar do Estado de Rondônia (PMRO) tem por finalidade atender às recentes alterações promovidas no padrão visual institucional da corporação, conforme regulamentação vigente, assegurando os seguintes resultados:

50.2. Adequação da Frota à Nova Identidade Visual Institucional: Atualizar a comunicação visual de todas as viaturas operacionais e administrativas da PMRO, em consonância com o novo modelo oficial aprovado pela instituição, contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSPCOMINST (0047415000), Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS (0054957570) e Decreto 23.561 (0047438810). garantindo o alinhamento estético, simbólico e funcional à identidade institucional recentemente reformulada.

50.3. Unificação e Padronização da Imagem Institucional: Assegurar que todas as viaturas operacionais da PMRO, passem a adotar a mesma padronização gráfica nas viaturas, adequando-as à recente atualização, reforçando a unidade visual da corporação e a correta aplicação dos elementos institucionais, como cores, brasões, faixas, identificação textual e símbolos.

50.4. Facilidade de Identificação Pública e Ostensividade: Promover a fácil identificação das viaturas policiais pela população, órgãos públicos e forças coirmãs, fortalecendo o caráter ostensivo da atuação da PMRO e contribuindo para a presença dissuasiva e preventiva no contexto da segurança pública.

50.5. Correção de Desvios Visuais Existentes: Substituir integralmente plotagens antigas ou inadequadas que ainda seguem o padrão visual anterior ou que apresentem desgaste, descaracterização ou desconformidade com os parâmetros atuais, promovendo a uniformização plena da frota própria.

50.6. Atendimento às Exigências Normativas Internas: Cumprir integralmente os requisitos dispostos no Decreto Estadual nº 23.561/2019, no Manual de Identidade Visual da PMRO e demais orientações normativas que regulam o uso e a aplicação da marca institucional nos veículos oficiais da corporação.

50.7. Garantia de Qualidade e Durabilidade na Aplicação: Assegurar que a nova plotagem seja executada com materiais de alta resistência, durabilidade e boa visibilidade, inclusive em condições adversas, observando aspectos como fixação adequada e resistência a intempéries, de modo a evitar retrabalho e gastos adicionais futuros.

50.8. Valorização da Imagem Corporativa da Polícia Militar: Reforçar, junto à sociedade, uma imagem moderna, organizada e confiável da PMRO, promovendo a identidade visual como instrumento de fortalecimento institucional e de comunicação pública da missão da corporação.

51. DO FORO

51.1. O foro da Comarca de Porto Velho é o competente para resolução de questões, dirimir dúvidas e/ou omissões eventualmente decorrentes da presente contratação, renunciando expressamente, as partes contratantes, a todos os demais por mais privilegiados que possam ser.

52. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

52.1. O Termo de Referência é uma etapa crucial em processos de licitação pública. Além de estabelecer fins e regras específicas, o Termo de Referência assegura a legitimidade da aplicação do processo licitatório, tornando-se uma condição essencial para garantir a efetiva implementação da aquisição pretendida, sempre pelo melhor preço possível, respeitando as características do objeto licitado.

52.2. Dessa forma, a importância técnica do Termo de Referência garante que todas as regras legais sejam observadas e cumpridas para assegurar a execução contratual íntegra e fiel às partes envolvidas e interessadas. Portanto, a elaboração cuidadosa e precisa do Termo de Referência é fundamental para garantir a transparência e a legalidade da licitação pública.

52.3. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Porto Velho/RO.

52.4. A Polícia Militar de Rondônia utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual 4.007 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.

53. DA CONCLUSÃO

53.1. Ao expor claramente a motivação para realização da Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de higienização da evaporadora sem desinstalação, manutenção preventiva geral, diagnóstico, corretiva, instalação e desinstalação de condicionador de ar split, para atender as necessidades da PMRO, pretende evidenciar o ato administrativo como revestidos de todos os seus requisitos formais e materiais, no intuito de torná-lo eficaz em sua plenitude.

53.2. Trata-se incontestavelmente de ato vinculado ou regrado, porque se enquadra entre aqueles para os quais a Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, estabelece os requisitos e condições de sua realização.

Elaboração:	ELIAS RAMIRES - 1º sgt QPPM Auxiliar do Departamento de Licitações da CPOF	Revisão técnica:	RAFAEL DE OLIVEIRA BATISTA - 1º Tenente QOAPM Chefe do Departamento de Licitações da CPOF
Aprovação:	THIAGO RAPHAEL CAMPOS DA SILVA - Coronel QOPM Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças		
Autorização:	REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO - Coronel QOPM Comandante-Geral da Polícia Militar de Rondônia		



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO RAPHAEL CAMPOS DA SILVA**, **Coordenador(a)**, em 27/08/2025, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio**, **Comandante-Geral da PMRO**, em 27/08/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael de Oliveira Batista**, **Chefe de Unidade**, em 28/08/2025, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS RAMIRES**, **1º Sargento**, em 28/08/2025, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063650622** e o código CRC **3D3349A1**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Militar - PM
Comissão Permanente de Licitações da CPOF PMRO - PM-CPOFLICITACOES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DA IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Unidade Requisitante: Polícia Militar de Rondônia (PMRO).
- 1.2. Unidade Gestora: 15005 (PMRO) e 15015 (FUMRESPOM)
- 1.3. Unidade Gestora do Processo: Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (CPOF).
- 1.4. Unidade Demandante: Unidades Administrativas e Operacionais da PMRO.

2. DA INTRODUÇÃO E DA BASE LEGAL

2.1. A PMRO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.562.872/0001-02, com sua sede principal na Avenida Tiradentes, nº 3360, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, apresenta o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) com a finalidade de subsidiar a Contratação de serviço de Plotagem de Viaturas, destinados à substituição de plotagem com a identidade orgânica das viaturas da PMRO, na cidade de Porto Velho, em razão da recente alteração das identidades visuais desses veículos oficiais, trazidas pela Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), bem como de avarias decorrentes de desgastes naturais e sinistros, visando a atender as necessidades da PMRO.

2.2. A necessidade de renovação da plotagem das viaturas pertencentes ao acervo da PMRO, decorre da permanente demanda por manter as viaturas policiais militares sempre bem mantidas, inclusive nesta demanda de identificação das viaturas desde os automóveis, quadriciclos, motocicletas, embarcações e aeronaves da PMRO, em virtudes de desgastes naturais ocasionados pela ação do tempo como sol e chuva e também avarias nas plotagens em virtudes de sinistros ocorridos ou sofridos pela viatura policial militar.

2.3. A medida visa manter a presença ostensiva, tendo em vista que a identificação fácil e clara das viaturas reforça a sensação de segurança e inibe práticas criminosas, atuando como instrumento de policiamento preventivo, proporcionando maior rapidez no atendimento, tendo em vista que a população pode identificar rapidamente a viatura em situações de emergência, facilitando pedidos de socorro e o reconhecimento da autoridade policial, também é importante porque proporciona a identificação institucional: das viaturas bem plotadas, que demonstram que se trata de um veículo oficial, facilitando o controle por parte da sociedade e evitando o uso indevido de bens públicos, a fácil e correta identificação promove legitimidade e confiança na atuação da Polícia Militar, contribuindo ainda para a preservação do bem público, valorização, conservação e adequada apresentação dos veículos públicos, preservando os usuários do serviço público militar e atender às exigências de sustentabilidade e racionalidade no uso dos recursos públicos, conforme preceituam as diretrizes ambientais vigentes.

2.4. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, e fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021, tem como finalidade planejar, descrever e analisar a necessidade pública da contratação, evidenciar o problema a ser solucionado e apresentar a solução mais adequada sob a ótica do interesse público.

2.5. Este estudo busca demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, oferecendo os subsídios necessários à elaboração do Termo de Referência, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.6. A elaboração deste ETP está em consonância com os requisitos estabelecidos no art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, bem como com os arts. 32, 33, 34 e 35 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, os quais disciplinam as diretrizes para o adequado planejamento das contratações públicas, assegurando transparência, legalidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2.7. Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a elaboração deste ETP observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência, motivação, julgamento objetivo, competitividade, desenvolvimento nacional sustentável, entre outros, aplicáveis às contratações públicas.

2.8. Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018 (*dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes*);

2.9. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (*regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, e inciso II do § 3º do art. 37*).

2.10. Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022; (*dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras*).

2.11. A condução do processo licitatório que se pretende, deverá observar rigorosamente os seguintes princípios constitucionais e legais:

- 2.11.1. Economicidade: Busca pela melhor relação entre custo e benefício, considerando o valor do ciclo de vida do objeto e as soluções mais vantajosas.
- 2.11.2. Eficiência: Atendimento pleno das necessidades da Administração com foco em resultados, qualidade e prazo de entrega.
- 2.11.3. Impessoalidade: Igualdade de condições aos interessados, afastando favorecimentos indevidos.
- 2.11.4. Moralidade: Observância de padrões éticos e legais, com ênfase na integridade e na prevenção de conflitos de interesse.
- 2.11.5. Publicidade: Divulgação tempestiva e ampla dos atos do processo, por meio de veículos oficiais e do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 2.11.6. Transparência: Disponibilização de informações claras, objetivas e acessíveis aos stakeholders, possibilitando controle social e accountability.

3. DO OBJETO

3.1. Trata da Contratação de serviço de Plotagem da identidade orgânica das Viaturas, que abrangerá todas as unidades da cidade de Porto Velho, para atendimento de demandas no âmbito da PMRO, conforme as quantidades demandadas no Plano de Contratações Anual (PCA).

4. DO OBJETIVO

4.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa subsidiar a decisão de Contratação de serviço de Plotagem de Viaturas, para atendimento de demandas no âmbito da PMRO, em consonância com o PCA. Este documento detalha os aspectos técnicos, jurídicos e econômicos da contratação, com o objetivo de garantir a sua viabilidade, economicidade e eficiência.

4.2. A contratação visa garantir e manter a presença ostensiva da PMRO, tendo em vista que a identificação fácil e clara das viaturas reforça a sensação de segurança e inibe práticas criminosas, atuando como instrumento de policiamento preventivo, proporcionando maior rapidez no atendimento, tendo em vista que a população pode identificar rapidamente a viatura em situações de emergência, facilitando pedidos de socorro e o reconhecimento da autoridade policial, também é importante porque proporciona a identificação institucional das viaturas bem plotadas, que demonstram que se trata de um veículo oficial, facilitando o controle por parte da sociedade e evitando o uso indevido de bens públicos, a fácil e correta identificação promove legitimidade e confiança na atuação da Polícia Militar, contribuindo ainda para a preservação do bem público, valorização, conservação e adequada apresentação dos veículos públicos, preservando os usuários do serviço público militar e atender às exigências de sustentabilidade e racionalidade no uso dos recursos públicos, conforme preceituam as diretrizes ambientais vigentes.

4.3. Busca-se, com isso, a preservação do bem público, valorização, conservação e adequada apresentação dos veículos públicos para o exercício das atividades operacionais da corporação, bem como reforçar o compromisso institucional com a eficiência na gestão dos recursos públicos, a valorização do patrimônio público e a melhoria contínua das condições de trabalho dos militares estaduais.

4.4. A medida proposta atende, ainda, ao princípio do planejamento, previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, e está alinhada às diretrizes estratégicas de gestão da

PMRO, que envolvem a racionalização dos custos de manutenção, a padronização dos recursos operacionais e a otimização dos resultados institucionais.

5. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 5.1. A plotagem das viaturas da Polícia Militar de Rondônia - PMRO é essencial para a identificação dos veículos da Corporação, visibilidade em ações policiais, especialmente em situações noturnas e de baixa luminosidade, além de contribuir para a padronização da frota e apresentar uma imagem institucional moderna e ostensiva.
- 5.2. A aquisição dos serviços de plotagens de veículos, faz-se necessária para que sejam garantidas as condições adequadas para o desempenho das atividades operacionais e administrativas realizadas pela PMRO no atendimento diuturno à população rondoniense.
- 5.3. Sobre isso, é imperioso mencionar que a aquisição dos serviços de plotagens para os veículos da frota própria da PMRO são cruciais para fortalecer a Segurança Pública no Estado, muito em razão de que os veículos com grafismo corretos proporcionam aos policiais militares a capacidade de responderem de forma rápida e eficaz a diferentes tipos de ocorrências, desde incidentes de trânsito, reintegração de posse e até crimes mais graves com utilização de tropas especializadas, garantindo a proteção da população e a manutenção da ordem pública. Além disso, à depender de suas características, podem também contribuir diretamente para a segurança e o bem-estar dos policiais durante o cumprimento de suas missões, minimizando os riscos enfrentados no exercício de suas atividades diárias.
- 5.4. Ademais, a presença visível e o patrulhamento eficaz promovidos pelas equipes de policiamento por meio da utilização de veículos devidamente plotados, tem potencial para dissuadir a prática de atividades criminosas e garantir o aumento da sensação de segurança da comunidade, pois proporcionam a rápida resposta, prevenindo delitos e fortalecendo os laços de confiança com a população. Outrossim, o investimento em serviços de plotagens das viaturas, permitem à polícia adaptar-se às demandas emergentes e às mudanças nas tendências criminais, maximizando sua eficiência operacional e impacto nas operações de Segurança Pública.
- 5.5. De mais a mais, a necessidade das aquisições já mencionadas também são fundamentadas no interesse público em promover um ambiente seguro e pacífico para todos os cidadãos do Estado, quando da atuação da PMRO, pois os veículos estando devidamente caracterizados tem por objetivo fortalecer a capacidade operacional de resposta da Instituição durante as atividades de policiamento. Isso demonstra o compromisso Institucional de proteger a vida e o patrimônio dos cidadãos, bem como em garantir o pleno exercício dos direitos fundamentais de segurança e tranquilidade públicas das pessoas.
- 5.6. É importante rememorar que a utilização dos serviços de plotagens garantirão a incessante busca pela melhora dos índices de segurança pública, que por consequência contribuirá para o desenvolvimento socioeconômico ao promover um ambiente mais propício aos investimentos, ao turismo e ao crescimento das atividades comerciais, criando, assim, um ciclo virtuoso de prosperidade e bem-estar para toda a sociedade rondoniense.
- 5.7. A contratação visa solucionar a carência dos serviços de plotagens necessários para tornar os veículos da frota própria da PMRO em de acordo com os decretos de identificação visual, considerados essenciais para a manutenção e melhoria das atividades operacionais da Polícia Militar de Rondônia (PMRO).
- 5.8. A aquisição dos serviços de plotagens é imprescindível para assegurar que a Instituição esteja com os seus veículos adequadamente em acordo com os decreto e resolução de identificação visual, para responder às demandas crescentes de segurança pública, especialmente em um contexto de aumento de criminalidade e desafios logísticos no estado de Rondônia.
- 5.9. A ausência ou insuficiência desse serviços de plotagens compromete a capacidade de resposta rápida e eficaz da PMRO, colocando em risco a segurança da população e o cumprimento de suas atribuições constitucionais. A contratação desses serviços visa, portanto, superar os problemas relacionados à falta de empresa que forneça esse tipo de serviço, que são cruciais para o patrulhamento preventivo, intervenções operacionais, e o enfrentamento de situações emergenciais, pois um veículo devidamente plotado com as imagens da Corporação.
- 5.10. Além disso, a contratação está formalmente justificada no Documento de Oficialização de Demanda 6 (0047386925), que detalha as quantidades necessárias para suprir a demanda da Instituição. A aquisição não só fortalece a atuação da PMRO como também alinha a política de segurança pública com o interesse da sociedade, visando a promoção da ordem e proteção dos cidadãos.
- 5.11. A contratação de empresa para fornecer os serviços de plotagens para a Polícia Militar de Rondônia esta fundamentada na necessidade de fortalecer a capacidade operacional da Instituição, garantindo a continuidade e eficiência das atividades de segurança pública desempenhadas pela PMRO e alinhando-se às suas atribuições constitucionais.
- 5.12. Em resumo, a contratação de empresa para fornecer os serviços de plotagens é essencial para fortalecer a capacidade administrativa e operacional da PMRO, garantindo uma atuação mais eficiente, segura e adaptável às necessidades da população e aos desafios contemporâneos da segurança pública.

6. DA DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

- 6.1. A equipe foi designada através da Portaria nº 10309 - E. Planejamento-CPOF-LICITAÇÕES (0062916943) e Portaria nº 8427 - E. Planejamento-CPOF-LICITAÇÕES (0062916943).

7. DA ÁREA REQUISITANTE

- 7.1. A requisição de serviço de Plotagem de Viaturas para a PMRO tem origem em diversas unidades administrativas e operacionais da Corporação. Sendo, Comando Geral, Batalhões de Polícia Militar, Companhias Independente do Policiamento Ostensivo e Grupamentos Especializados.

8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O serviço consiste na aplicação de elementos gráficos e visuais padronizados (brasões, logotipos, faixas, dísticos, símbolos e demais elementos) nas viaturas oficiais da Polícia Militar, por meio de plotagem em vinil automotivo de alta qualidade ou pintura automotiva específica, de acordo com os critérios técnicos fixados pela Resolução de Identidade Visual da PMRO.
- 8.2. **Requisitos mínimos do material**
- 8.2.1. Vinil automotivo de alta qualidade, podendo ser refletivo ou não refletivo, conforme item especificado no regulamento;
- 8.2.2. Garantia mínima de 3 (três) anos contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo;
- 8.2.3. Resistência a intempéries, abrasão, impacto, lavagem frequente, calor e umidade;
- 8.2.4. Características de flexibilidade, aderência e acabamento automotivo, compatível com superfícies metálicas e plásticas automotivas.
- 8.3. **Itens gráficos obrigatórios (conforme modelo da viatura)**
- 8.3.1. A plotagem deverá conter, conforme o tipo e modelo da viatura:
- 8.3.2. Escudo da PMRO ou, para unidades especializadas, o escudo da unidade correspondente;
- 8.3.3. Brasão do Estado de Rondônia (refletivo), posicionado na parte inferior da porta dianteira;
- 8.3.4. Dísticos "POLÍCIA" e "MILITAR", com dimensões, cores e posicionamento conforme especificações da Resolução;
- 8.3.5. Prefixo alfanumérico da viatura (nas laterais e no teto), para identificação terrestre e aérea;
- 8.3.6. Forte Príncipe da Beira, representado em linhas coloridas (azul, verde e amarelo), conforme padrão da bandeira do Estado;
- 8.3.7. Número de emergência 190, com pictograma em adesivo refletivo;
- 8.3.8. Sítio digital institucional (www.pm.ro.gov.br) no vidro traseiro;
- 8.3.9. Logotipos de gestão e convênio, quando aplicável, nas portas dianteiras;
- 8.3.10. Aplicação do Sillitoe Tartan nas viaturas do BPTAN e Coordenadoria de Saúde;
- 8.3.11. Respeito às cores específicas por especialidade (ex.: viaturas do BOPE em preto, do BPCHOQUE em cinza, do BPA em verde etc.).
- 8.4. **Execução do serviço**
- 8.4.1. A aplicação deverá respeitar rigorosamente as dimensões, posicionamentos e proporções estabelecidas nos Anexos da Resolução nº 01/2023;
- 8.4.2. A limpeza e preparação da superfície da viatura deve preceder qualquer aplicação;
- 8.4.3. A aplicação deverá ser feita com ferramentas apropriadas, assegurando acabamento sem bolhas, dobras ou falhas de aderência;
- 8.4.4. Eventuais redimensionamentos só serão permitidos mediante autorização expressa do Comandante-Geral da PMRO, nos termos do regulamento.

8.5. Tipos de veículos abrangidos

- 8.5.1. A prestação do serviço poderá abranger diferentes tipos de viaturas, conforme necessidade da PMRO:
- 8.5.2. Viaturas operacionais (rádiopatrulha, Força Tática, PATAMO, BOPE, BPFRON, BPCHOQUE, BPA etc.);
- 8.5.3. Viaturas administrativas;
- 8.5.4. Motocicletas, bicicletas, caminhões, ônibus e embarcações;
- 8.5.5. Veículos de uso especializado, conforme identificado pela Unidade.

8.6. Parâmetros técnicos, legais e operacionais

- 8.6.1. A execução do serviço deverá obedecer aos parâmetros técnicos, legais e operacionais definidos pelo órgão contratante, considerando a recente atualização da identidade visual institucional da corporação.
- 8.6.2. A aplicação da nova identidade orgânica nas viaturas deverá ocorrer por meio de adesivagem ou pintura, com materiais de alta durabilidade, resistência a intempéries e boa visibilidade, respeitando rigorosamente os padrões gráficos oficiais contidos na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS (0054957570) e Decreto nº 23.561 (0047438810).
- 8.6.3. **Aspectos a observar na execução**
- 8.6.4. **Padronização visual:** toda aplicação gráfica deverá ser fiel aos layouts institucionais, respeitando cores, proporções, posicionamento, tipografia e demais elementos gráficos;
- 8.6.5. **Materiais utilizados:** os materiais deverão possuir especificações técnicas compatíveis com uso externo automotivo, incluindo resistência à abrasão, radiação solar (UV), umidade e lavagens frequentes, com durabilidade mínima estimada de 3 (três) anos em condições normais de uso;
- 8.6.6. **Execução local:** a execução deverá ocorrer, preferencialmente, na sede da CONTRATADA, desde que garantidas as condições de segurança, sigilo, integridade das viaturas e acompanhamento técnico por representantes da Administração;
- 8.6.7. **Ordem e cronograma de aplicação:** a aplicação seguirá cronograma previamente estabelecido, de acordo com a disponibilidade logística da frota, respeitando a priorização definida pela PMRO, a fim de garantir a continuidade das atividades operacionais da corporação;
- 8.6.8. **Responsabilidade técnica:** a empresa contratada deverá contar com profissionais capacitados, com experiência comprovada e domínio das técnicas de envelopamento automotivo, sendo responsável por eventuais retrabalhos decorrentes de falhas na execução ou uso de materiais inadequados;
- 8.6.9. **Acompanhamento e fiscalização:** a execução será acompanhada por equipe designada pela PMRO, que realizará conferência da aderência aos padrões oficiais e verificação da qualidade do acabamento. Não conformidades deverão ser corrigidas sem ônus adicional para a Administração;
- 8.6.10. **Garantia:** a contratada deverá oferecer garantia mínima de 3 (três) anos, contra descolamento, desbotamento, bolhas ou outras falhas técnicas, contados a partir da data do Termo de Recebimento Definitivo.
- 8.6.11. A execução cuidadosa e técnica do serviço será fundamental para assegurar a plena adequação da frota à nova identidade visual da PMRO, promovendo a uniformização institucional, a eficiência operacional e a valorização da imagem pública da corporação.

8.7. Local de execução e prazos

- 8.7.1. A execução da arte será de responsabilidade da empresa, conforme solicitação do setor demandante, e deverá ser confeccionada de acordo com a Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), preferencialmente em sede própria da CONTRATADA situada no município de Porto Velho, Rondônia, com acompanhamento da PMRO.
- 8.7.2. Caso não possua sede no município, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, agendar a confecção da arte no município de Porto Velho com o gestor da pasta e/ou fiscal do contrato, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.7.3. Caso não haja expediente na data marcada para entrega dos serviços, esta ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local.
- 8.7.4. Se a CONTRATADA tiver comprovadamente dificuldades na execução dos serviços, não sofrerá multa, desde que informe oficialmente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias antes do término do prazo, apresentando justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada à PMRO, que decidirá sobre a prorrogação ou não do prazo.
- 8.7.5. No caso de prorrogação autorizada, e esgotado o novo prazo concedido, serão adotados os procedimentos para aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

8.8. Amostra:

- 8.8.1. Não será exigida amostra em razão de que os objetos são de natureza comum e possuem características amplamente conhecidas no mercado.

8.9. Da Garantia Contratual

- 8.9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.
- 8.9.2. da solução como um todo
- 8.9.3. A presente demanda visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de plotagem de viaturas oficiais da PMRO, especificamente para atendimento à frota de veículos lotada no município de Porto Velho, capital do Estado. A solução compreende a aplicação de adesivos envelopamento e identificação visual conforme o padrão estabelecido pela Corporação, em conformidade com os critérios técnicos e especificações definidas pelos setores competentes da PMRO, contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS (0054957570) e Decreto nº 23.561 (0047438810).
- 8.9.4. A plotagem institucional das viaturas é uma necessidade essencial para a padronização da identidade visual, garantia da legalidade da atuação ostensiva da corporação, visibilidade perante a sociedade e segurança dos agentes públicos, permitindo a imediata identificação dos veículos como pertencentes à força policial estadual.
- 8.9.5. A solução como um todo abrange as seguintes diretrizes:
- 8.9.6. Execução do serviço de plotagem com fornecimento de material e mão de obra especializada, conforme especificações técnicas e modelo visual padronizado pela PMRO;
- 8.9.7. Atendimento à totalidade da frota de viaturas da capital, contemplando diferentes tipos de veículos (motocicletas, automóveis, camionetes, utilitários etc.);
- 8.9.8. Utilização de materiais homologados e com durabilidade adequada às condições climáticas da região amazônica, assegurando a resistência ao calor, umidade e exposição solar;
- 8.9.9. Execução dos serviços de forma programada e coordenada com os setores logísticos da PMRO, a fim de minimizar o impacto na disponibilidade operacional das viaturas;
- 8.9.10. Garantia de responsabilidade técnica pela correta aplicação da plotagem, respeitando os limites da superfície dos veículos e evitando danos à lataria ou aos equipamentos;
- 8.9.11. Previsão de eventuais retrabalhos ou substituições decorrentes de falhas na aplicação ou defeitos de fabricação do material empregado.
- 8.9.12. A adoção desta solução está alinhada com os princípios da eficiência e padronização administrativa, possibilitando à Administração Pública a **manutenção da identidade institucional da PMRO**, a conformidade com as normas legais de identificação de veículos oficiais e a otimização do uso dos recursos públicos, considerando ainda os aspectos de segurança, legalidade e transparência.

9. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 9.1. A presente demanda visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de plotagem de viaturas oficiais da PMRO, especificamente para atendimento à frota de veículos lotada no município de Porto Velho, capital do Estado. A solução compreende a aplicação de adesivos envelopamento e identificação visual conforme o padrão estabelecido pela Corporação, em conformidade com os critérios técnicos e especificações definidas pelos setores competentes da PMRO, contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS (0054957570) e Decreto nº 23.561 (0047438810).
- 9.2. A plotagem institucional das viaturas é uma necessidade essencial para a padronização da identidade visual, garantia da legalidade da atuação ostensiva da corporação, visibilidade perante a sociedade e segurança dos agentes públicos, permitindo a imediata identificação dos veículos como pertencentes à força policial estadual.

- 9.3. A solução como um todo abrange as seguintes diretrizes:
- 9.4. Execução do serviço de plotagem com fornecimento de material e mão de obra especializada, conforme especificações técnicas e modelo visual padronizado pela PMRO;
- 9.5. Atendimento à totalidade da frota de viaturas da capital, contemplando diferentes tipos de veículos (motocicletas, automóveis, camionetes, utilitários etc.);
- 9.6. Utilização de materiais homologados e com durabilidade adequada às condições climáticas da região amazônica, assegurando a resistência ao calor, umidade e exposição solar;
- 9.7. Execução dos serviços de forma programada e coordenada com os setores logísticos da PMRO, a fim de minimizar o impacto na disponibilidade operacional das viaturas;
- 9.8. Garantia de responsabilidade técnica pela correta aplicação da plotagem, respeitando os limites da superfície dos veículos e evitando danos à lataria ou aos equipamentos;
- 9.9. Previsão de eventuais retrabalhos ou substituições decorrentes de falhas na aplicação ou defeitos de fabricação do material empregado.
- 9.10. A adoção desta solução está alinhada com os princípios da eficiência e padronização administrativa, possibilitando à Administração Pública a **manutenção da identidade institucional da PMRO**, a conformidade com as normas legais de identificação de veículos oficiais e a otimização do uso dos recursos públicos, considerando ainda os aspectos de segurança, legalidade e transparência.

10. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 10.1. A única Opção disponível no mercado é a de contratação de empresa para a execução do serviço continuado de plotagem de viatura, esta opção para o atual cenário da PMRO é viável e necessária.

11. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 11.1. A demanda das Unidades da PMRO, da necessidade de contratação de serviços de plotagens está formalizada de acordo com Documento de Oficialização de Demanda 6 (0047386925), o quantitativo e características dos tipos de plotagens foram estimadas conforme levantamento constante no Ofício 44469 (0048622661), de acordo com a planilha abaixo, em razão da recente alteração das identidades visuais dos veículos da PMRO e de desgastes naturais e decorrentes de eventuais sinistros:
- 11.2. A quantidade de veículos que necessitam de plotagem foram respondidas conforme Ofício 44469 (0048622661).

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MODELO DE PLOTAGENS	NORMAS DE REGULAMENTAÇÃO	1ºBPM	2º BPM	3º BPM	4º BPM	5º BPM	6º BPM	7º BPM	8º BPM	9º BPM	10º BPM	11º BPM
SERVIÇOS DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO A plotagem deverá ser realizada em vinil de alta qualidade, com exceção das celas, embarcações e aeronaves, que deverão ser pintadas com tinta automotiva específica de alta qualidade, conforme as especificações constantes do Anexos XIV e XX deste Regulamento. Requisitos mínimos do material: Vinil automotivo de alta qualidade , podendo ser refletivo ou não refletivo , conforme item especificado no regulamento; Resistência a intempéries , abrasão, impacto, lavagem frequente, calor e umidade; Características de flexibilidade, aderência e acabamento automotivo , compatível com superfícies metálicas e plásticas automotivas. Itens gráficos obrigatórios (conforme modelo da viatura): A plotagem deverá conter, conforme o tipo e modelo da viatura: Escudo da PMRO ou, para unidades especializadas, o Escudo da Unidade correspondente; Brasão do Estado de Rondônia	Batalhão de Operações Especiais	Resolução	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Batalhão de policiamento tático de ação e reação ao crime organizado	Resolução 0300/2024/PM											
	Batalhão de Polícia de Choque	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Batalhão de Policiamento de Fronteira	Resolução	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO	Resolução 0300/2024/PM	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0
	Patrulhamento Maria da Penha	Resolução 01/2023/PM	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Operações Aéreas	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupo de Intervenção Rápida Ostensivo	Decreto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Viaturas Administrativas/SEDAN	Decreto	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	Viaturas Administrativas/HATCH	Decreto	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	Viaturas Administrativas/CAMINHONETE	Decreto	0	2	0	0	0	1	2	2	0	0	0
	Viaturas Administrativas/CAMIONETA	Decreto	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Embarcações	Resolução 01/2023/PM	4	0	4	0	0	2	0	0	0	2	2
	Motocicletas	Resolução 01/2023/PM	0	0	4	4	0	3	0	0	0	2	0
	Triciclos	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Quadriciclos	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
	Viatura de Rádio Patrulha (caminhonete)	Resolução 01/2023/PM	4	0	6	0	0	2	0	0	1	0	0
	Viatura de Rádio Patrulha (camioneta)	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Viatura de Rádio Patrulha (sedan)	Resolução 01/2023/PM	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Viatura de Rádio Patrulha (hatch)	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Viatura do Batalhão Ambiental - Caminhonete	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Viatura do Batalhão de Trânsito - CAMIONETA	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Viatura de Rodoviária Estadual	Decreto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Viatura da Força Tática	Resolução 0300/2024/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Viatura da Coordenadoria de Saúde	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ônibus Escolar/administrativo	Decreto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Micro-ônibus	Resolução 01/2023/PM	0	1	2	0	1	1	1	1	1	1	0
	Ônibus	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ciclo Patrulha (radiopatrulha)	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ciclo Patrulha (trânsito)	Decreto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aeronave	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Van	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Guincho	Resolução 01/2023/PM	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Caveirão	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MODELO DE PLOTAGENS	NORMAS DE REGULAMENTAÇÃO	1ºBPM	2º BPM	3º BPM	4º BPM	5º BPM	6º BPM	7º BPM	8º BPM	9º BPM	10º BPM	11º BPM
(refletivo), posicionado na parte inferior da porta dianteira da viatura; “POLÍCIA” e “MILITAR”, com dimensões, cores e posicionamento conforme especificações da Resolução; Prefixo alfanumérico da viatura (nas laterais e no teto), para identificação terrestre e aérea; Forte Príncipe da Beira , representado em linhas coloridas (azul, verde e amarelo), conforme padrão da bandeira do Estado; Número de emergência 190 , com pictograma em adesivo refletivo; Sítio digital institucional (www.pm.ro.gov.br) no vidro traseiro; Logotipos de gestão e convênio , quando aplicável, nas portas dianteiras; Aplicação do Sillitoe Tartan nas viaturas do BPTRAN e Coordenadoria de Saúde; Respeito às cores específicas por especialidade (ex.: viaturas do BOPE em preto, do BPCHOQUE em cinza, do BPA em verde, etc.). Incluindo material e mão de obra necessários para adesivagem, remoção de adesivos antigos (se houver); devem ser observadas criteriosamente as especificações (medidas, símbolos, grafismo, cores, etc.) contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS (0054957570) e Decreto nº 23.561 (0047438810). Com a garantia mínima de 3 (três) anos, contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo; não sendo aceito desbotamentos e deterioração que não estejam vinculados a sinistros decorrentes da atividade policial, podendo ser refletivo ou não refletivo.	Viatura Caminhão	Resolução 01/2023/PM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL			11	9	16	5	1	9	5	7	2	5	3

12.

A ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. Os valores apresentados foram levantados exclusivamente à execução das plotagens na cidade de Porto Velho/RO.
- 12.2. Para determinar o valor estimado atualizado, foi utilizado o Quadro Comparativo de preços/SUPEL/RO (0058028641).

LOTE ÚNICO							
ITEM	MODELOS DE PLOTAGENS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CAT/SER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Operações Especiais/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO A plotagem deverá ser realizada em vinil de alta qualidade, com exceção das celas, embarcações e aeronaves, que deverão ser pintadas com tinta automotiva específica de alta qualidade, conforme as especificações constantes do Anexos XIV e XX deste Regulamento. Requisitos mínimos do material: Vinil automotivo de alta qualidade , podendo ser refletivo ou não refletivo , conforme item especificado no regulamento; Resistência a intempéries , abrasão, impacto, lavagem frequente, calor e umidade; Características de flexibilidade, aderência e acabamento automotivo , compatível com superfícies metálicas e plásticas automotivas. Itens gráficos obrigatórios (conforme modelo da viatura): A plotagem deverá conter, conforme o tipo e modelo da viatura: Escudo da PMRO ou, para unidades especializadas, o Escudo da Unidade correspondente; Brasão do Estado de Rondônia (refletivo), posicionado na parte inferior da porta dianteira; Dísticos “POLÍCIA” e “MILITAR” , com dimensões, cores e posicionamento conforme especificações da Resolução; Prefixo alfanumérico da viatura (nas laterais e no teto), para identificação terrestre e aérea; Forte Príncipe da Beira , representado em linhas coloridas (azul, verde e amarelo), conforme padrão da bandeira do Estado; Número de emergência 190 , com pictograma em adesivo refletivo; Sítio digital institucional (www.pm.ro.gov.br) no vidro traseiro; Logotipos de gestão e convênio , quando aplicável, nas portas dianteiras; Aplicação do Sillitoe Tartan nas viaturas do BPTRAN e Coordenadoria de Saúde; Respeito às cores específicas por especialidade (ex.: viaturas do BOPE em preto, do BPCHOQUE em cinza, do BPA em verde, etc.). incluindo material e mão de obra necessários para adesivagem, remoção de adesivos antigos (se houver); devem ser observadas criteriosamente as especificações (medidas, símbolos, grafismo, cores, etc.) contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST sob o ID	24902	UND	3	R\$ 2.540,00	R\$ 7.620,00
2	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de policiamento tático de ação e reação ao crime organizado. Resolução 0300, página 02, imagem 1. (0054957570).				5	R\$ 2.920,00	R\$ 14.600,00
3	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Polícia de Choque/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 1. (0047415000).				1	R\$ 2.540,00	R\$ 2.540,00
4	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Policiamento de Fronteira/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 2. (0047415000).				8	R\$ 2.540,00	R\$ 20.320,00
5	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO/CAMINHONETE. Resolução 0300, página 02, imagem 2. (0054957570).				3	R\$ 2.540,00	R\$ 7.620,00
6	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Maria da Penha/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 2. (0047415000).				1	R\$ 2.540,00	R\$ 2.540,00
7	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viaturas Administrativas/SEDAN. Decreto (0047438810).				2	R\$ 720,00	R\$ 1.440,00
8	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (HATCH) Viaturas Administrativas/HATCH. Decreto (0047438810).				3	R\$ 850,00	R\$ 2.550,00
9	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viaturas Administrativas/CAMINHONETE. Decreto (0047438810).				7	R\$ 850,00	R\$ 5.950,00
10	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viaturas Administrativas/CAMIONETA. Decreto (0047438810).				1	R\$ 850,00	R\$ 850,00
11	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (EMBARCAÇÃO) Embarcações. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 1. (0047415000).				29	R\$ 2.800,00	R\$ 81.200,00
12	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MOTOCICLETA) Motocicletas. Resolução 01/2023/PM, página 18, imagem 1. (0047415000).				13	R\$ 1.124,50	R\$ 14.618,50
13	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (QUADRICICLO) Quadriciclos. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 2. (0047415000).				2	R\$ 1.250,00	R\$ 2.500,00
14	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viatura de Rádio Patrulha (caminhonete). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).				13	R\$ 2.540,00	R\$ 33.020,00

15	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura de Rádio Patrulha (camioneta). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).	0047415000, Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS ID 0054957570 e Decreto 23.561 ID 0047438810. Com a garantia mínima de 3 (três) anos, contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo; não sendo aceito desbotamentos e deterioração que não estejam vinculados a sinistros decorrentes da atividade policial, podendo ser refletivo ou não refletivo.	1	R\$ 2.540,00	R\$ 2.540,00
16	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viatura de Rádio Patrulha (sedan). Resolução 01/2023/PM, página 15, imagem 1. (0047415000).		3	R\$ 1.948,00	R\$ 5.844,00
17	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura do Batalhão de Trânsito - CAMIONETA. Resolução 01/2023/PM, página 12, imagem 2. (0047415000).		2	R\$ 2.540,00	R\$ 5.080,00
18	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MICRO-ÔNIBUS) Micro-ônibus. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 2. (0047415000).		11	R\$ 4.130,00	R\$ 45.430,00
19	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (AERONAVE) Aeronave. Resolução 01/2023/PM, página 19, imagem 1. (0047415000).		1	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00
20	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (VAN) Van (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).		1	R\$ 4.955,60	R\$ 4.955,60
21	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHÃO) Guincho. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 1. analogia. (0047415000).		1	R\$ 1.725,00	R\$ 1.725,00
22	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAVEIRÃO) Caveirão (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).		1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 270.043,10

13. **DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

- 13.1. A solução técnica será estruturada por lote, considerando as especificidades dos serviços constantes no objeto desta contratação. Trata-se da Contratação de serviço de plotagem de veículos para toda a PMRO.
- 13.2. **Formação de lotes na Lei nº 14.133/2021**
- 13.3. O art. 40 da Lei 14.133/2021 estabelece que o planejamento das compras deve considerar a expectativa de consumo anual e observar, entre outros princípios, o da padronização e do parcelamento, que deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável e vantajoso.
- 13.4. O § 2º do referido artigo prevê que, na aplicação do princípio do parcelamento, deve-se buscar, em primeiro lugar:
- I – a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- 13.5. A previsão do dispositivo da lei citado acima é corroborado pelo parágrafo § 3º do mesmo artigo dispõe que o parcelamento não será adotado quando:
- I – a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II – o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III – o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.
- 13.6. Assim, a Lei 14.133/2021 permite que a Administração agrupe itens em lotes quando houver justificativa técnica e econômica, como no presente caso.
- 13.7. Dessa forma, os itens constantes da presente demanda serão contratados por agrupamento em lote, tendo em vista a busca pela economia de escala e redução de custos de gestão de contratos conforme suas características e técnicas específicas, otimizando a gestão do contrato e atendendo às melhores práticas de planejamento.
- 13.8. Por fim, ressalta-se que não se verifica qualquer prejuízo técnico, operacional ou econômico decorrente do parcelamento da solução em agrupamento por lote, motivo pelo qual será adotada a contratação por lote para a composição da respectiva Ata de Registro de Preços.

14. **DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

- 14.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes a serem consideradas para este estudo técnico.

15. **DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

- 15.1. A contratação da solução de plotagem de viaturas da PMRO está plenamente alinhada com o planejamento estratégico da Corporação por meio do Plano de Contratação Anual (PCA), e atende aos princípios da Administração Pública. A adoção dessa medida padronizará a imagem institucional, contribuindo para a melhoria da visibilidade da PMRO, em benefício da segurança pública do Estado de Rondônia. Está alinhada com os objetivos estratégicos da Corporação da seguinte forma:
- a) Modernização e atualização das plotagens da frota;
- b) Padronização da imagem institucional; e
- c) Melhoria da visibilidade da Corporação.

16. **DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

- 16.1. Após a realização desse Estudo Preliminar, o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado pela Administração poderá ser realizada Licitação através de Pregão Eletrônico, na modalidade Registro de Preço ou dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. A licitação estando homologada e as atas assinadas poderá ser feita a contratação para aquisição dos serviços licitados.
- 16.2. As seguintes providências serão adotadas para a contratação:
- a) Armazenamento adequado: As viaturas devem ser guardadas em um local seguro e protegido do clima, como um galpão ou garagem coberta, no momento da entrega a empresa até o término do serviço de plotagem;
- b) Formalização do Contrato: Formalização do contrato com o licitante vencedor, incluindo todas as cláusulas e condições acordadas;
- c) Acompanhamento da Entrega: Acompanhamento rigoroso dos materiais para garantir o cumprimento dos prazos e das especificações técnicas; e
- d) Inspeção e Recebimento: Inspeção dos materiais utilizados na plotagem para garantir a qualidade e a conformidade com as especificações do edital.

16.3. Considerações Adicionais:

1. A PMRO deve manter um canal de comunicação aberto com a empresa contratada para facilitar a resolução de eventuais problemas e garantir o bom andamento do processo de plotagem das viaturas.
2. A PMRO deve documentar todo o processo de contratação, desde a elaboração do Termo de Referência (TR) até a entrega e o recebimento final do serviço.
3. A PMRO deve avaliar o desempenho da empresa contratada e, caso seja satisfatório, poderá considerá-la para a realização de futuros serviços de plotagem de viaturas.

Ao seguir essas providências, a PMRO poderá garantir que a aquisição de serviço de plotagem de viaturas seja realizada de forma eficiente, transparente e vantajosa para a Corporação.

17. DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 17.1. A aquisição do objeto desta licitação obedecerá, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, e no art. 6º do Decreto Estadual nº 21.264/2016, do Governo do Estado de Rondônia.
- 17.2. A empresa contratada deverá observar, sempre que aplicável, as seguintes orientações:
- 17.3. Atendimento aos critérios de sustentabilidade para aquisição de bens, conforme previsto nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01/2010, priorizando a escolha de produtos que:
 - 17.4. Sejam fabricados com materiais renováveis, recicláveis ou reciclados;
 - 17.5. Possuam maior eficiência energética e menores índices de emissão de poluentes;
 - 17.6. Minimizem a geração de resíduos sólidos e perigosos;
 - 17.7. Apresentem durabilidade, possibilidade de reutilização e facilidade de reciclagem; e
 - 17.8. Observância das diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 21.264/2016, especialmente:
 - 17.9. Art. 6º, inciso I: prever, nos instrumentos convocatórios e nos contratos administrativos, a obrigatoriedade de que os bens e serviços a serem contratados atendam a requisitos de redução de impactos ambientais, incluindo:
 - a) O uso racional de energia e de recursos naturais;
 - b) A diminuição da geração de resíduos sólidos;
 - c) A adequação dos bens a práticas de consumo sustentável;
 - d) A destinação ambientalmente adequada de resíduos.
 - e) Compromisso com a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e materiais inservíveis resultantes da execução contratual, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), podendo ser exigida a apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), conforme a natureza dos bens fornecidos.
 - f) Incentivo a práticas de responsabilidade social e ambiental (ESG), como critério de valorização de fornecedores que adotem políticas internas de sustentabilidade.
- 17.10. A comprovação do atendimento a esses critérios poderá ser exigida por meio de documentação técnica, certificações específicas ou declaração formal da empresa, nos termos do edital.
- 17.11. O descumprimento das obrigações de sustentabilidade estabelecidas poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, conforme regulamentação aplicável e as disposições contratuais.

- 17.12. As diretrizes acima foram extraídas da Análise de Impacto Ambiental constante do ETP, elaborado nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto Estadual nº 21.264/2016, com base nos potenciais impactos ambientais negativos e nas medidas mitigadoras descritas naquele documento.

18. DA JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO.

- 18.1. No presente processo de contratação, cujo objeto é a prestação de serviços de plotagem de viatura, considerou-se tecnicamente inadequada a participação de pessoas físicas na fase competitiva da licitação.
- 18.2. A natureza da contratação exige capacidade técnica comprovada, estrutura organizacional, disponibilidade de equipe especializada, regularidade cadastral e trabalhista, bem como a aptidão para atendimento contínuo das demandas da Administração Pública. Tais características são inerentes a pessoas jurídicas, que, por sua constituição empresarial, possuem:
 - 18.3. Capacidade de mobilizar profissionais habilitados e equipes técnicas com competências multidisciplinares;
 - 18.4. Organização administrativa para emissão de documentos fiscais e cumprimento das obrigações acessórias decorrentes da execução contratual;
 - 18.5. Estrutura logística e operacional compatível com as exigências do serviço, incluindo disponibilidade de ferramentas, equipamentos e insumos técnicos adequados;
 - 18.6. Sustentabilidade financeira e patrimonial para suportar eventuais riscos contratuais e garantir a continuidade da prestação dos serviços.
 - 18.7. A contratação de pessoa física, por sua natureza individual e limitada, apresenta maior risco à execução contratual, especialmente no que se refere à regularidade fiscal e trabalhista, à limitação de recursos operacionais e à capacidade de atender simultaneamente diferentes unidades da PMRO em conformidade com os padrões técnicos exigidos.
- 18.8. Conforme dispõe o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 5º Nas contratações públicas serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da economicidade [...]".
- 18.9. Ademais, o planejamento prévio desta contratação demonstrou que o atendimento à necessidade administrativa, de forma eficiente e segura, exige fornecedores que reúnam capacidade operacional e organizacional compatíveis com a complexidade e a continuidade do serviço, o que justifica a exclusão de pessoas físicas do certame.
- 18.10. Essa medida visa assegurar o atendimento ao interesse público, a mitigação de riscos operacionais e a eficiência na execução do contrato, em linha com as boas práticas de planejamento de contratações públicas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

19. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 19.1. Este Estudo Técnico Preliminar configura-se como instrumento fundamental para garantir que a contratação pretendida não apenas atenda às exigências legais, mas também promova o uso racional dos recursos públicos e contribua para a solução eficiente de demandas de interesse coletivo. A rigorosa observância das diretrizes aqui expostas assegura a conformidade jurídica, a efetividade gerencial e a legitimidade social do processo de contratação.
- 19.2. Com base na análise abrangente apresentada neste documento, a comissão responsável pela elaboração do ETP conclui pela viabilidade da licitação na modalidade de Registro de Preços para a futura e eventual contratação de serviços de plotagem de viatura, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da PMRO.
- 19.3. **Viabilidade Técnica**
 - 19.3.1. Disponibilidade de mercado: os serviços descritos como objeto deste ETP são amplamente ofertados no mercado nacional e local, sendo comumente disponibilizados por empresas especializadas no fornecimento de serviços de plotagem de viatura. O item do objeto deste ETP possui especificações técnicas padronizadas, com conformidade às normas da ABNT, o que facilita a padronização e a comparação objetiva entre propostas.

20. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 20.1. A contratação do serviço de plotagem da nova identidade orgânica nas viaturas da Polícia Militar do Estado de Rondônia (PMRO) tem por finalidade atender às recentes alterações promovidas no padrão visual institucional da corporação, conforme regulamentação vigente, assegurando os seguintes resultados:

- 20.2. Adequação da Frota à Nova Identidade Visual Institucional: Atualizar a comunicação visual de todas as viaturas operacionais e administrativas da PMRO, em consonância com o novo modelo oficial aprovado pela instituição, contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS (0054957570) e Decreto 23.561 (0047438810), garantindo o alinhamento estético, simbólico e funcional à identidade institucional recentemente reformulada.
- 20.3. Unificação e Padronização da Imagem Institucional: Assegurar que todas as viaturas operacionais da PMRO, passem a adotar a mesma padronização gráfica nas viaturas, adequando-as à recente atualização, reforçando a unidade visual da corporação e a correta aplicação dos elementos institucionais, como cores, brasões, faixas, identificação textual e símbolos.
- 20.4. Facilidade de Identificação Pública e Ostensividade: Promover a fácil identificação das viaturas policiais pela população, órgãos públicos e forças coirmãs, fortalecendo o caráter ostensivo da atuação da PMRO e contribuindo para a presença dissuasiva e preventiva no contexto da segurança pública.
- 20.5. Correção de Desvios Visuais Existentes: Substituir integralmente plotagens antigas ou inadequadas que ainda seguem o padrão visual anterior ou que apresentem desgaste, descaracterização ou desconformidade com os parâmetros atuais, promovendo a uniformização plena da frota própria.
- 20.6. Atendimento às Exigências Normativas Internas: Cumprir integralmente os requisitos dispostos no Decreto Estadual nº 23.561/2019, no Manual de Identidade Visual da PMRO e demais orientações normativas que regulam o uso e a aplicação da marca institucional nos veículos oficiais da corporação.
- 20.7. Garantia de Qualidade e Durabilidade na Aplicação: Assegurar que a nova plotagem seja executada com materiais de alta resistência, durabilidade e boa visibilidade, inclusive em condições adversas, observando aspectos como fixação adequada e resistência a intempéries, de modo a evitar retrabalho e gastos adicionais futuros.
- 20.8. Valorização da Imagem Corporativa da Polícia Militar: Reforçar, junto à sociedade, uma imagem moderna, organizada e confiável da PMRO, promovendo a identidade visual como instrumento de fortalecimento institucional e de comunicação pública da missão da corporação.

21. **DA CONCLUSÃO**

- 21.1. Diante da análise técnica, econômica e operacional apresentada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação por meio de pregão eletrônico e da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de plotagem de viatura, para atender às necessidades da PMRO.
- 21.2. A contratação pretendida é tecnicamente justificável, atende ao interesse público, respeita os princípios da economicidade e da eficiência e está em conformidade com o PCA e com o Decreto Estadual nº 28.874/2024. A medida contribuirá diretamente para a continuidade dos serviços públicos essenciais e para a valorização do patrimônio público da corporação.
- 21.3. A contratação de serviços de plotagem de viatura pela PMRO revela-se técnica e economicamente viável, considerando os seguintes fundamentos:
- 21.4. Atende a necessidade das unidades operacionais, promovendo a adequação as viaturas ao serviço operacional da PMRO;
- 21.5. Promove a otimização dos recursos públicos, ao assegurar a conservação e o prolongamento da vida útil das viaturas já existentes, viabilizando a utilização da viatura na atividade fim da PMRO, qual seja, policiamento ostensivo;
- 21.6. Está em conformidade com o Plano de Contratações Anual e com o Decreto Estadual nº 28.874/2024, especialmente no que tange aos princípios da eficiência, planejamento e sustentabilidade das contratações, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, contribuindo para uma gestão mais estratégica e racional dos recursos públicos.

22. **DAS RECOMENDAÇÕES**

- 22.1. Realizar a contratação por Pregão Eletrônico, conforme previsto no art. 29 da Lei nº 14.133/2021, em razão da padronização do objeto e da ampla competitividade;
- 22.2. Utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza parcelada e contínua da demanda e a vantagem da aquisição sob demanda;
- 22.3. Incluir no Termo de Referência cláusulas de garantia mínima, assistência técnica e desempenho, principalmente para os itens de maior complexidade técnica; e
- 22.4. Avaliar a possibilidade de adesão por outros órgãos estaduais, mediante prévia manifestação de interesse, a fim de ampliar a economicidade da contratação.
- 22.5. **Sobre a formalização contratual e exigência de garantias**
- 22.5.1. Considerando que os itens a serem contratados são serviços simples, padronizados, de execução contínua que geram obrigações futuras (assistência técnica ou manutenção contínua), entende-se que a formalização por meio de contrato é necessária.
- 22.5.2. Com a garantia mínima de 3 (três) anos, conforme a Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS (0054957570) e Decreto nº 23.561 (0047438810), contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo; não sendo aceito desbotamentos e deterioração que não estejam vinculados a sinistros decorrentes da atividade policial, podendo ser refletivo ou não refletivo.

Elaboração

MARCOS VIEIRA DA SILVA - Cabo QPPM
Auxiliar do Departamento de Licitações da CPOF
Portaria 10309 (0055887892)

Revisão técnica:

RAFAEL DE OLIVEIRA BATISTA - 1º Tenente QOAPM
Chefe do Departamento de Licitações da CPOF
Portaria 8427 (0053739755)



Documento assinado eletronicamente por **Rafael de Oliveira Batista, Chefe de Unidade**, em 06/08/2025, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vieira da Silva, Cabo**, em 06/08/2025, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062693700** e o código CRC **49C9A208**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Militar - PM

ANÁLISE DE RISCOS

1. **DEFINIÇÃO DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

O presente estudo tem por objetivo avaliar a viabilidade e condições necessárias para subsidiar a futura e eventual contratação de serviços de plotagem de veículos, a abranger todas as viaturas da frota própria da Polícia Militar de Rondônia, conforme processo n.º [0021.014041/2024-11](#).

2. **IDENTIFICAÇÃO DO RISCO**

- a) Risco de atraso na entrega dos serviços;
- b) Risco de materiais de baixa qualidade;
- c) Risco de materiais não sustentáveis;
- d) Risco de pagamento de preços superfaturados;
- e) Risco de erro na execução da plotagem;
- f) Risco de erro no tipo de plotagem;

3. **ESTIMAR A PROBRABILIDADE**

Frequência	Significado
Raríssima	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.
Rara	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Eventual	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Frequente	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.

4. **ESTIMAR O IMPACTO**

Impacto	Significado
Irrelevante	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).
Pouco relevante	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.
Relevante	Interrupção do processo de contratação, causando impactos

Impacto	Significado
	significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação.
Muito relevante	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.

5. ESTIMATIVA DO NÍVEL DE RISCO

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			

6. CLASSIFICAÇÃO GERAL DO NÍVEL DE RISCO

ITEM DE VERIFICAÇÃO	RISCOS	PROBABILIDADES	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DE RISCO	AÇÕES SUGERIDAS
A	Risco de atraso na entrega dos serviços	Eventual	Pouco relevante	Médio	<p>Histórico de Entregas: Solicite à empresa indicadores de performance relacionados à pontualidade das entregas, como percentual de entregas no prazo e tempo médio de atraso.</p> <p>Capacidade de Produção: Verifique se a empresa possui infraestrutura e equipe adequadas para atender à demanda do contrato, incluindo capacidade de produção, mão de obra qualificada e equipamentos modernos.</p> <p>Comunicação Transparente: Estabeleça um canal de comunicação aberto e frequente com a empresa para acompanhamento do andamento do projeto e identificação de possíveis atrasos com antecedência.</p> <p>Multa por Atraso: Estabeleça penalidades contratuais em caso de atraso na entrega, como multas diárias ou rescisão do contrato, para incentivar o cumprimento dos prazos.</p> <p>CrITÉRIOS de Aceitação: Defina critérios claros de aceitação para o serviço de plotagem, incluindo qualidade da impressão, aderência do material e acabamento final, para evitar retrabalho e atrasos.</p> <p>Acompanhamento do Cronograma: Monitore de perto o cronograma do projeto, com reuniões periódicas com a empresa para avaliar o andamento das atividades e identificar possíveis gargalos.</p>
B	Risco de materiais de baixa qualidade	Eventual	Relevante	Alto	<p>Seleção Rigorosa: Selecione fornecedores de materiais com boa reputação no mercado, histórico positivo de fornecimento e certificações de qualidade.</p> <p>Solicitar Amostras: Solicite amostras dos materiais que serão utilizados na plotagem para avaliar a qualidade da impressão, aderência, durabilidade e acabamento.</p> <p>Vistoria na Fábrica: Visite a fábrica do fornecedor, se possível, para verificar os processos de produção, controle de qualidade e armazenamento dos materiais.</p> <p>Descrição Detalhada: Descreva no contrato as características dos materiais que serão utilizados na plotagem, incluindo tipo de vinil, espessura, cores, acabamentos e certificações.</p> <p>Testes de Qualidade: Especifique no contrato a necessidade de testes de qualidade dos materiais antes da utilização, como testes de aderência, resistência à intempérie e desbotamento.</p> <p>Aprovação Prévia: Estabeleça no contrato a necessidade de aprovação prévia dos materiais pela empresa contratante antes da utilização na plotagem dos veículos.</p> <p>Recebimento dos Materiais: Inspeção rigorosamente os materiais recebidos do fornecedor para verificar se estão em conformidade com as especificações contratuais e se não apresentam defeitos.</p>

C	Risco de materiais não sustentáveis	Raríssima	Pouco relevante	Insignificante	<p>Incluir no edital de licitação a exigência de que as empresas licitantes utilizem materiais sustentáveis na plotagem dos veículos.</p> <p>Definir critérios claros para a seleção de materiais, como:</p> <p>Conteúdo reciclado: Priorizar materiais com alto índice de conteúdo reciclado.</p> <p>Incluir na avaliação das empresas licitantes critérios relacionados à sustentabilidade, como:</p> <p>Políticas e práticas de gestão ambiental da empresa.</p> <p>Monitorar o processo de plotagem para garantir que os materiais utilizados estejam em conformidade com as especificações do edital.</p>
D	Risco de pagamento de preços superfaturados	Rara	Muito Relevante	Alto	<p>O edital de licitação deve ser elaborado de forma clara e concisa, com a descrição detalhada dos serviços a serem prestados, dos materiais a serem utilizados e dos critérios de avaliação das propostas.</p> <p>Incluir no edital a exigência da apresentação de orçamentos detalhados, com a especificação dos custos de cada item.</p> <p>Estabelecer um prazo razoável para a apresentação das propostas para permitir que as empresas interessadas preparem orçamentos precisos e competitivos.</p> <p>Realizar uma pesquisa de mercado para obter informações sobre os preços praticados no mercado para serviços de plotagem de veículos.</p> <p>Consultar empresas especializadas em plotagem de veículos para obter orçamentos referenciais.</p>
E	Risco de erro na execução da plotagem	Rara	Relevante	Médio	<p>O edital de licitação deve ser elaborado de forma clara e concisa, com a descrição detalhada dos serviços a serem prestados, dos materiais a serem utilizados e dos critérios de avaliação das propostas.</p> <p>Incluir no edital a exigência da apresentação de um plano de trabalho detalhado, que descreva as etapas da plotagem, os materiais a serem utilizados, os prazos de entrega e os procedimentos de controle de qualidade.</p> <p>Estabelecer critérios claros para a avaliação das propostas, que considerem a experiência da empresa na prestação de serviços de plotagem, a qualidade dos materiais a serem utilizados e a metodologia de trabalho proposta.</p>
F	Risco de erros no tipo de plotagem	Rara	Relevante	Médio	<p>O edital de licitação deve ser elaborado de forma clara e concisa, com a descrição detalhada do tipo de plotagem desejada, incluindo os elementos gráficos, as cores e o layout.</p> <p>Incluir no edital a exigência da apresentação de amostras da plotagem, que demonstrem a qualidade dos materiais a serem utilizados e a fidelidade à descrição do edital.</p> <p>Antes da empresa contratada iniciar a plotagem dos veículos, a PMRO deve aprovar a arte final da plotagem.</p> <p>A arte final deve ser revisada cuidadosamente pela PMRO para garantir que esteja em conformidade com as suas especificações e que não contenha erros.</p> <p>A aprovação da arte final deve ser feita por escrito.</p> <p>Realizar uma reunião de pré-obra com a empresa contratada para discutir os detalhes da plotagem, como o layout da plotagem, os materiais a serem utilizados e o cronograma de execução.</p> <p>Na reunião, a PMRO deve fornecer à empresa contratada a arte final da plotagem aprovada e responder a todas as dúvidas da empresa.</p> <p>A empresa contratada deve apresentar na reunião seu plano de trabalho detalhado e confirmar que a plotagem será realizada de acordo com a arte final aprovada.</p>

7. CONCLUSÃO

A análise de riscos apresentada para eventual contratação de serviços de plotagem de veículos da frota própria da PMRO, revela uma abordagem meticulosa na identificação e gestão de potenciais problemas. Os riscos identificados variam em probabilidade e consequência, indicando uma necessidade clara de estratégias de mitigação e planos de contingência bem definidos para assegurar a integridade e a eficiência do projeto.

As ações sugeridas e de contingência estão bem alinhadas com os níveis de risco associados, proporcionando um quadro robusto para o gerenciamento de riscos. A implementação eficaz dessas estratégias é crucial para a entrega bem-sucedida do projeto, garantindo que ele seja concluído no prazo, dentro do orçamento e de acordo com as especificações de qualidade e sustentabilidade estabelecidas. Esta abordagem não apenas protege os recursos e investimentos da organização, mas também reforça sua reputação e responsabilidade no cumprimento de suas obrigações contratuais e ambientais.

Respeitosamente,

Porto Velho/RO, 25 de julho de 2024.

Elaboração

FRANKLIN DOS SANTOS BATISTA - 3º SGT PM
Presidente da Comissão
Portaria 2768 ([0047424547](#))

EDERLEI DA SILVA MIRANDA - 3º SGT PM
Membro da Comissão
Portaria 2768 ([0047424547](#))

HELLENA CATARINA DANTAS ASENSI - PVSA
Membro da Comissão
Portaria 2768 ([0047424547](#))



Documento assinado eletronicamente por **FRANKLIN DOS SANTOS BATISTA, 3º Sargento**, em 26/07/2024, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hellena Asensi, Prestador(a) Voluntário(a) de Serviços Administrativos**, em 26/07/2024, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ederlei da Silva Miranda, 3º Sargento**, em 26/07/2024, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0047701297** e o código CRC **6A0C889F**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polícia Militar - PM

Comissão Permanente de Licitações da CPOF PMRO - PM-CPOFLICITACOES

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA - PMRO, inscrita no CNPJ/MF nº 04.562.872/0001-02, com sede na Av. Tiradentes, nº 3360, Bairro Embratel, consoante competência conferida pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, neste ato representada pelo seu Comandante-Geral da Polícia Militar CEL PM XXXXXXXXXXXXX, portador do RG XXXXX/SSP XX e do CPF nº XXXXXXXX, na forma prescrita no Art. 47 da Lei complementar 224, de 4 de janeiro 2000, nomeado por meio de Decreto XXXXXXXXX, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia, Edição XXXXXX.

CONTRATADA: a empresa, no CNPJ/MF sob nº, com endereço, estando a referida empresa aqui representada por xxxxx, portador do CPF nº xxxx, neste ato representada por, portador da Cédula de Identidade nº e CPF (MF) nº, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente a contratação de empresa especializada em serviços de plotagem de Viaturas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº [0021.014041/2024-11](#), sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente TERMO DE CONTRATO a contratação de empresa especializada em serviço de plotagem da identidade orgânica das viaturas da Polícia Militar, conforme as especificações técnicas e disposições contidas no Projeto Básico e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO

LOTE ÚNICO				
ITEM	MODELOS DE PLOTAGENS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNIDADE	QUANTIDADE
1	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Operações Especiais/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO A plotagem deverá ser realizada em vinil de alta qualidade, com exceção das celas, embarcações e aeronaves,		3
2	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE)			5

	Batalhão de policiamento tático de ação e reação ao crime organizado. Resolução 0300, página 02, imagem 1. (0054957570).	que deverão ser pintadas com tinta automotiva específica de alta qualidade, conforme as especificações constantes do Anexos XIV e XX deste Regulamento. Requisitos mínimos do material: Vinil automotivo de alta qualidade , podendo ser refletivo ou não refletivo , conforme item especificado no regulamento; Resistência a intempéries , abrasão, impacto, lavagem frequente, calor e umidade; Características de flexibilidade, aderência e acabamento automotivo , compatível com superfícies metálicas e plásticas automotivas. Itens gráficos obrigatórios (conforme modelo da viatura): A plotagem deverá conter, conforme o tipo e modelo da viatura: Escudo da PMRO ou, para unidades especializadas, o Escudo da Unidade correspondente; Brasão do Estado de Rondônia (refletivo), posicionado na parte inferior da porta dianteira; Dísticos "POLÍCIA" e "MILITAR" , com dimensões, cores e posicionamento conforme especificações da Resolução; Prefixo alfanumérico da viatura (nas laterais e no teto), para identificação terrestre e aérea; Forte Príncipe da Beira , representado em linhas coloridas (azul, verde e amarelo), conforme padrão da bandeira do Estado; Número de emergência 190 , com pictograma em adesivo refletivo; Sítio digital institucional (www.pm.ro.gov.br) no vidro traseiro; Logotipos de gestão e convênio , quando aplicável, nas portas dianteiras; Aplicação do Sillitoe Tartan nas viaturas do BPTAN e Coordenadoria de Saúde; Respeito às cores específicas por especialidade (ex.: viaturas do BOPE em preto, do BPCHOQUE em cinza, do BPA em verde, etc.). incluindo material e mão de obra necessários para adesivagem, remoção de adesivos antigos (se houver); devem ser observadas criteriosamente as especificações (medidas, símbolos, grafismo, cores, etc.) contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST sob o ID 0047415000 , Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS ID		
3	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Polícia de Choque/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 1. (0047415000).		UND	1
4	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Policiamento de Fronteira/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 2. (0047415000).			8
5	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO/CAMINHONETE. Resolução 0300, página 02, imagem 2. (0054957570).			3
6	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Maria da Penha/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 2. (0047415000).			1
7	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viaturas Administrativas/SEDAN. Decreto (0047438810).			2
8	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (HATCH) Viaturas Administrativas/HATCH. Decreto (0047438810).			3
9	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viaturas Administrativas/CAMINHONETE. Decreto (0047438810).			7
10	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viaturas Administrativas/CAMIONETA. Decreto (0047438810).			1
11	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO			29

	(EMBARCAÇÃO) Embarcações. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 1. (0047415000).	0054957570 e Decreto 23.561 ID 0047438810 . Com a garantia mínima de 3 (três) anos, contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo; não sendo aceito desbotamentos e deterioração que não estejam vinculados a sinistros decorrentes da atividade policial, podendo ser refletivo ou não refletivo.	
12	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MOTOCICLETA) Motocicletas. Resolução 01/2023/PM, página 18, imagem 1. (0047415000).		13
13	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (QUADRICICLO) Quadriciclos. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 2. (0047415000).		2
14	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viatura de Rádio Patrulha (caminhonete). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).		13
15	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura de Rádio Patrulha (camioneta). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).		1
16	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viatura de Rádio Patrulha (sedan). Resolução 01/2023/PM, página 15, imagem 1. (0047415000).		3
17	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viatura do Batalhão de Trânsito - CAMIONETA. Resolução 01/2023/PM, página 12, imagem 2. (0047415000).		2
18	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MICRO-ÔNIBUS) Micro-ônibus. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 2. (0047415000).		11
19	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (AERONAVE) Aeronave. Resolução 01/2023/PM, página 19, imagem 1. (0047415000).		1

20	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (VAN) Van (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).		1
21	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHÃO) Guincho. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 1. analogia. (0047415000).		1
22	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAVEIRÃO) Caveirão (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).		1

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO/LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

3.1. O serviço consiste na aplicação de elementos gráficos e visuais padronizados (brasões, logotipos, faixas, dísticos, símbolos e demais elementos) nas viaturas oficiais da Polícia Militar, por meio de plotagem em vinil automotivo de alta qualidade ou pintura automotiva específica, de acordo com os critérios técnicos fixados pela Resolução de Identidade Visual da PMRO.

3.2. **Requisitos mínimos do material**

3.2.1. Vinil automotivo de alta qualidade, podendo ser refletivo ou não refletivo, conforme item especificado no regulamento;

3.2.2. Garantia mínima de 3 (três) anos contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo;

3.2.3. Resistência a intempéries, abrasão, impacto, lavagem frequente, calor e umidade;

3.2.4. Características de flexibilidade, aderência e acabamento automotivo, compatível com superfícies metálicas e plásticas automotivas.

3.3. **Itens gráficos obrigatórios (conforme modelo da viatura)**

3.3.1. A plotagem deverá conter, conforme o tipo e modelo da viatura:

3.3.2. Escudo da PMRO ou, para unidades especializadas, o escudo da unidade correspondente;

3.3.3. Brasão do Estado de Rondônia (refletivo), posicionado na parte inferior da porta dianteira;

3.3.4. Dísticos “POLÍCIA” e “MILITAR”, com dimensões, cores e posicionamento conforme especificações da Resolução;

3.3.5. Prefixo alfanumérico da viatura (nas laterais e no teto), para identificação terrestre e aérea;

3.3.6. Forte Príncipe da Beira, representado em linhas coloridas (azul, verde e amarelo), conforme padrão da bandeira do Estado;

3.3.7. Número de emergência 190, com pictograma em adesivo refletivo;

3.3.8. Sítio digital institucional (www.pm.ro.gov.br) no vidro traseiro;

3.3.9. Logotipos de gestão e convênio, quando aplicável, nas portas dianteiras;

3.3.10. Aplicação do Sillitoe Tartan nas viaturas do BPTRAN e Coordenadoria de Saúde;

3.3.11. Respeito às cores específicas por especialidade (ex.: viaturas do BOPE em preto, do BPCHOQUE em cinza, do BPA em verde etc.).

3.4. Execução do serviço

- 3.4.1. A aplicação deverá respeitar rigorosamente as dimensões, posicionamentos e proporções estabelecidas nos Anexos da Resolução nº 01/2023;
- 3.4.2. A limpeza e preparação da superfície da viatura deve preceder qualquer aplicação;
- 3.4.3. A aplicação deverá ser feita com ferramentas apropriadas, assegurando acabamento sem bolhas, dobras ou falhas de aderência;
- 3.4.4. Eventuais redimensionamentos só serão permitidos mediante autorização expressa do Comandante-Geral da PMRO, nos termos do regulamento.

3.5. Tipos de veículos abrangidos

- 3.5.1. A prestação do serviço poderá abranger diferentes tipos de viaturas, conforme necessidade da PMRO:
- 3.5.2. Viaturas operacionais (rádiopatrulha, Força Tática, PATAMO, BOPE, BPFron, BPCHOQUE, BPA etc.);
- 3.5.3. Viaturas administrativas;
- 3.5.4. Motocicletas, bicicletas, caminhões, ônibus e embarcações;
- 3.5.5. Veículos de uso especializado, conforme identificado pela Unidade.

3.6. Parâmetros técnicos, legais e operacionais

- 3.6.1. A execução do serviço deverá obedecer aos parâmetros técnicos, legais e operacionais definidos pelo órgão contratante, considerando a recente atualização da identidade visual institucional da corporação.
- 3.6.2. A aplicação da nova identidade orgânica nas viaturas deverá ocorrer por meio de adesivagem ou pintura, com materiais de alta durabilidade, resistência a intempéries e boa visibilidade, respeitando rigorosamente os padrões gráficos oficiais contidos na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS (0054957570) e Decreto nº 23.561 (0047438810).

3.7. Aspectos a observar na execução

- 3.7.1. Padronização visual: toda aplicação gráfica deverá ser fiel aos layouts institucionais, respeitando cores, proporções, posicionamento, tipografia e demais elementos gráficos;
- 3.7.2. Materiais utilizados: os materiais deverão possuir especificações técnicas compatíveis com uso externo automotivo, incluindo resistência à abrasão, radiação solar (UV), umidade e lavagens frequentes, com durabilidade mínima estimada de 3 (três) anos em condições normais de uso;
- 3.7.3. Execução local: a execução deverá ocorrer, preferencialmente, na sede da CONTRATADA, desde que garantidas as condições de segurança, sigilo, integridade das viaturas e acompanhamento técnico por representantes da Administração;
- 3.7.4. Ordem e cronograma de aplicação: a aplicação seguirá cronograma previamente estabelecido, de acordo com a disponibilidade logística da frota, respeitando a priorização definida pela PMRO, a fim de garantir a continuidade das atividades operacionais da corporação;
- 3.7.5. Responsabilidade técnica: a empresa contratada deverá contar com profissionais capacitados, com experiência comprovada e domínio das técnicas de envelopamento automotivo, sendo responsável por eventuais retrabalhos decorrentes de falhas na execução ou uso de materiais inadequados;
- 3.7.6. Acompanhamento e fiscalização: a execução será acompanhada por equipe designada pela PMRO, que realizará conferência da aderência aos padrões oficiais e verificação da qualidade do acabamento. Não conformidades deverão ser corrigidas sem ônus adicional para a Administração;
- 3.7.7. Garantia: a contratada deverá oferecer garantia mínima de 3 (três) anos, contra descolamento, desbotamento, bolhas ou outras falhas técnicas, contados a partir da data do Termo de

Recebimento Definitivo.

3.7.8. A execução cuidadosa e técnica do serviço será fundamental para assegurar a plena adequação da frota à nova identidade visual da PMRO, promovendo a uniformização institucional, a eficiência operacional e a valorização da imagem pública da corporação.

3.8. Local de execução e prazos

3.8.1. A execução da arte será de responsabilidade da empresa, conforme solicitação do setor demandante, e deverá ser confeccionada de acordo com a Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST (0047415000), preferencialmente em sede própria da CONTRATADA situada no município de Porto Velho, Rondônia, com acompanhamento da PMRO.

3.8.2. Caso não possua sede no município, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, agendar a confecção da arte no município de Porto Velho com o gestor da pasta e/ou fiscal do contrato, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

3.8.3. Caso não haja expediente na data marcada para entrega dos serviços, esta ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local.

3.8.4. Se a CONTRATADA tiver comprovadamente dificuldades na execução dos serviços, não sofrerá multa, desde que informe oficialmente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias antes do término do prazo, apresentando justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada à PMRO, que decidirá sobre a prorrogação ou não do prazo.

3.8.5. No caso de prorrogação autorizada, e esgotado o novo prazo concedido, serão adotados os procedimentos para aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

3.9. Amostra:

3.9.1. Não será exigida amostra em razão de que os objetos são de natureza comum e possuem características amplamente conhecidas no mercado.

3.10. Da Garantia Contratual

3.10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/21, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos orçamentários destinados a custear a despesa estão inseridos na Lei Orçamentaria anual (LOA), que estima a receita e fixa as despesas do Estado para o exercício 2025, conforme estabelecido pela Lei nº 5.982, DE 29 DE JANEIRO DE 2025, nos Projetos Atividades:

PROGRAMA	AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ELEMENTO DA DESPESA
06.122.1015	2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	1.500.0.00001	33.90.39

6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. O valor total da contratação é de R\$ 0,00 (VALOR POR EXTENSO), que corresponde à nota de empenho, a servir de lastro, para efetuar o pagamento dos serviços referidos na cláusula primeira, tudo depois de recebidos, testados e aprovados pela CONTRATANTE. Sob nenhuma hipótese o valor mencionado será reajustado sem a anuência da PMRO;

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. A CONTRATADA deverá executar o serviço de plotagem de viatura, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, com período de garantia mínima de 3 (três) anos conforme capítulo II, seção III da Resolução nº. 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST ([0047415000](#)), contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.2. Os serviços ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as demais legislações pertinentes.

7.3. O período de garantia será contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente a cada entrega.

7.4. Cabe à contratada substituir, às suas expensas, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da comunicação formal da Administração Pública, o serviço que apresentar defeitos durante seu prazo de garantia.

7.5. A empresa contratada é totalmente responsável pelas custas (impostos, taxas e com pessoal) com o transporte/frete do material até o destino final, bem como por ocasião de substituição e devolução de materiais em desacordo com as especificações ou defeituosas.

7.6. Comunicar eventuais impedimentos para o cumprimento do prazo;

7.7. Arcar com prejuízos causados à Administração ou a terceiros durante a execução;

7.8. Corrigir danos decorrentes do uso do serviço fornecido.

7.9. O descumprimento das obrigações de garantia sujeitará a contratada às penalidades contratuais e legais, inclusive rescisão e aplicação de multa, sempre respeitados os princípios constitucionais do devido processo legal, com amplo direito à defesa e ao contraditório.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente desta contratação, objeto deste Termo de Referência, será efetuado de uma só vez, no prazo máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141 e seguintes da Lei nº 14.133/21, juntamente com a análise procedida pelo Controle Interno.

8.2. Não será efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal (eletrônica), a PMRO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.5. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

8.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

8.7. A PMRO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

8.8. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \quad I = \dots\dots$$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

8.9. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura (eletrônica), a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia do Contrato Social da Empresa.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Assinar o contrato ou dar o recebimento na nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

9.2. Receber e somente executar os serviços de plotagens de viaturas mediante apresentação da Ordem de Serviço emitida e assinada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;.

9.3. Na execução dos serviços de plotagem de viatura, utilizar materiais novos e de qualidade comprovadas e com garantia dos serviços executados, “Certificados de Garantia” do fabricante quando for o caso, conforme o solicitado e norma do edital;

9.4. Os serviços deverão ser realizados por pessoal especializado, empregando técnica aperfeiçoada, ferramentas adequadas ao tipo de equipamento, e obedecendo obrigatoriamente, as recomendações das normas técnicas gerais da ABNT e legislações pertinentes de trânsito.

9.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes aos seus funcionários, não transferindo à PMRO a responsabilidade pelo seu pagamento;

9.6. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, preferencialmente na sua sede, conforme subitem 10 - REQUISITOS DA CONTRAÇÃO deste Termo de Referência;

9.7. Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços, indenizando os danos motivados;

9.8. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo da CONTRATANTE, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

9.9. A CONTRATADA fica obrigada a cumprir plenamente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, previsto no Art. 121, da Lei nº 14.133/21;

9.10. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e Acórdão 0964-14/12-P, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, TCU;

9.11. Aceitar nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrente de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº 14.133/21, sendo os mesmos objeto de exame prévio da Procuradoria Geral do Estado – PGE;

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Fiscalizar todo o processo, buscando garantir, que o objeto da contratação, seja executado em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

10.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

10.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador das licitações, quando aplicável;

10.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

10.5. Receber as Notas Fiscais/Faturas e conferir se estão em conformidade com o objeto. Devendo posteriormente, encaminhá-la para pagamento, de acordo com as condições legais;

10.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pela Comissão de Recebimento, em conformidade com o art. 141 e seguintes da Lei nº 14.133/21. A Nota Fiscal/Fatura deverá atender às exigências dos órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo da autorização para sua emissão;

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. A CONTRATANTE nomeará um policial militar de carreira, para atuar como Fiscal Técnico deste contrato e 1 policial militar de carreira, para atuar como suplente, de cada Batalhão da PMRO na cidade de Porto Velho.

11.2. A Fiscalização exercida no interesse da Administração, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3. Fiscalização Técnica

11.3.1. A fiscalização técnica consiste no acompanhamento e avaliação da execução do objeto nos moldes contratados, visando aferir a qualidade, quantidade, tempo e modo de execução, bem como assegurar a qualidade da prestação dos serviços, e se estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório.

11.3.2. Os Fiscais Técnicos exercerão a fiscalização da execução do contrato e dos serviços no âmbito dos prédios sob sua responsabilidade, dentro de cada lote, registrando toda e qualquer ocorrência e/ou deficiências verificadas ao longo do período de vigência em relatório específico a esse fim, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas e pronta regularização do serviço, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e previstas neste Termo de Referência, bem como nas legislações em vigor que se apliquem ao caso concreto, bem como realizando cotações, caso haja suspeita ou necessidade, para comprovar a adequação do preço praticado pela empresa nos serviços de substituição de peça, dando parecer favorável à autorização para a execução do serviço sempre pelo menor preço orçado, nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/21.

11.3.3. A função de fiscal técnico do contrato, e do fiscal setorial, quando possível, deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos técnicos do contrato.

11.4. **Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:**

1) participar das reuniões inicial, de trabalho e de conclusão da execução contratual;

2) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

3) conhecer o termo de contrato e todos os seus Anexos, especialmente o Projeto Básico ou o Termo de Referência, certificando-se de que a contratada está cumprindo todas as obrigações assumidas;

4) verificar se, na entrega de material, na execução de obra ou na prestação de serviço, a especificação, o valor unitário ou total, a quantidade e os prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

5) Verificar e confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

6) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

7) anotar, em processo específico, quando autuado para esse fim, todas as ocorrências relativas à execução do contrato, com a indicação do que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. A fim de produzir um histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.

8) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

9) monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar eventuais incorreções, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

10) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

11) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

12) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

13) registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato, comunicando ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

14) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;

15) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

16) informar a adequação do serviço para o gestor do contrato e para a comissão de recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

17) verificar se estão sendo atendidas as especificações técnicas contidas no termo de referência, planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, projeto básico, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da CONTRATADA a correção de imperfeições detectadas;

18) verificar a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;

19) recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de contrato e seus Anexos;

20) averiguar se é a contratada quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;

21) dar ciência ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não haver a conclusão do objeto na data aprazada, com as justificativas pertinentes;

22) comunicar ao gestor de contratos, a necessidade de se realizar acréscimos ou supressões no objeto contratado, com vistas à economicidade e à eficiência na execução contratual;

23) confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

24) emitir relatórios circunstanciados e conclusivos quanto à adequação dos serviços prestados de forma a demonstrar a vantajosidade técnica da manutenção da avença, documento condicionante à prorrogação do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

12.1. Em conformidade com o art. 132 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, as eventuais alterações da Ata de Registro de Preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Observe o que diz o dispositivo legal:

12.2. Parágrafo único. Os eventuais contratos celebrados com fundamento na Ata de Registro de Preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo a cada contrato individualmente considerado, e não ao total registrado em ata, conforme dispõe o parágrafo único do art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

12.3. As alterações admitidas na ata são aquelas que envolvam ajustes formais ou administrativos, como:

12.4. Inclusão ou exclusão de órgãos participantes;

12.5. Atualização de cláusulas contratuais relativas a prazos de vigência da ata ou datas de assinatura dos contratos dela decorrentes; e

12.6. Correções materiais ou ajustes técnicos no texto da ata que não alterem seu objeto, quantitativo ou preço registrado.

13. DAS ALTERAÇÕES E EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Nos termos do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá promover alterações unilaterais no contrato nas seguintes hipóteses:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração;

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado;

13.2. Da extinção contratual

13.3. Nos termos do art. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, o contrato poderá ser extinto nos seguintes casos:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI – atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII – atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I – supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II – suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III – repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV – atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V – não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I – não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual

tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II – assegurar ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I – devolução da garantia;

II – pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III – pagamento do custo da desmobilização.

Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I – assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II – ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III – execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV – retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE CONTRATUAL

14.1. Os valores contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base estabelecida no edital, em conformidade com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 2º, §1º da Lei nº 10.192/2001.

14.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, o reajuste será concedido mediante a aplicação de índice de correção monetária, observando-se a data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme definido no instrumento convocatório.

14.3. O reajuste será calculado pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

14.4. O reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA mediante requerimento formal protocolado junto ao fiscal do contrato, instruído com:

a) Demonstrativo de cálculo do reajuste pretendido;

b) Cópia do contrato e seus aditivos;

- c) Comprovação do transcurso do prazo de 12 meses; e
- d) Índices oficiais do período.

14.5. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidir com prorrogação contratual, caso em que será processado mediante termo aditivo.

14.6. A CONTRATADA deverá exercer seu direito ao reajuste desde a data em que se completar o interregno mínimo até a data da prorrogação contratual ou do encerramento do contrato, sob pena de preclusão.

14.7. As hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis serão processadas na forma do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação documental da ocorrência do desequilíbrio e demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

14.8. Aplicam-se subsidiariamente as disposições do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e demais normas pertinentes à matéria.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta aquisição serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº

12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II – pagamento da multa;

III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.2. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo 1% e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA <i>incidente sobre a parte inadimplida do contrato.</i>
1	Dar causa à inexecução parcial do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1% por dia Até o limite de 30%
3	Dar causa à inexecução total do contrato;	de 1% Até o limite de 30%
4	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	de 1% Até o limite de 30%
5	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	de 1% Até o limite de 30%
6	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	de 1% Até o limite de 30%
7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	de 1% Até o limite de 30%
8	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	de 1% Até o limite de 30%
9	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	de 1% Até o limite de 30%
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	de 1% Até o limite de 30%
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	de 1% Até o limite de 30%

12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	de 1% Até o limite de 30
----	--	--------------------------

15.3. A multa, quando aplicada, será descontada diretamente dos valores devidos à contratada. Caso não existam valores suficientes a serem compensados, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, para pagamento voluntário, sob pena de inscrição na dívida ativa e cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

15.4. A sanção de advertência será aplicada por escrito apenas nos casos de infrações leves, cabendo aplicação de penalidade mais severa em caso de reincidência.

15.5. As penalidades aplicadas serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como nos cadastros estaduais específicos, conforme normativos vigentes.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, bem como a cessão ou transferência total ou parcial do contrato a terceiros, pela contratada, nos termos do §2º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade, a segurança e a eficiência na execução do objeto, assegurando o controle direto da contratada sobre o fornecimento de serviço de higienização da evaporadora sem desinstalação, manutenção preventiva geral, diagnóstico, corretiva, instalação e desinstalação nos aparelhos condicionadores de ar, inclusive quanto ao transporte, instalação (se aplicável) e entrega.

16.3. A execução direta por parte da contratada possibilita maior controle sobre o atendimento às especificações contratuais, reduz riscos operacionais e facilita a fiscalização pela Administração, evitando a diluição de responsabilidades que poderia ocorrer em caso de subcontratação.

16.4. A vedação também visa prevenir conflitos de natureza trabalhista e tributária, promovendo maior segurança jurídica na relação contratual e assegurando que a contratada mantenha, durante toda a vigência do contrato, a responsabilidade integral pelas obrigações assumidas.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1. A aquisição do objeto desta licitação obedecerá, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, e no art. 6º do Decreto Estadual nº 21.264/2016, do Governo do Estado de Rondônia.

17.2. A empresa contratada deverá observar, sempre que aplicável, as seguintes orientações:

17.3. Atendimento aos critérios de sustentabilidade para aquisição de bens, conforme previsto nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01/2010, priorizando a escolha de produtos que:

17.4. Sejam fabricados com materiais renováveis, recicláveis ou reciclados;

17.5. Possuam maior eficiência energética e menores índices de emissão de poluentes;

17.6. Minimizem a geração de resíduos sólidos e perigosos;

17.7. Apresentem durabilidade, possibilidade de reutilização e facilidade de reciclagem; e

17.8. Observância das diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 21.264/2016, especialmente:

17.9. Art. 6º, inciso I: prever, nos instrumentos convocatórios e nos contratos administrativos, a obrigatoriedade de que os bens e serviços a serem contratados atendam a requisitos de redução de impactos ambientais, incluindo:

a) O uso racional de energia e de recursos naturais;

b) A diminuição da geração de resíduos sólidos;

- c) A adequação dos bens a práticas de consumo sustentável;
- d) A destinação ambientalmente adequada de resíduos.
- e) Compromisso com a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e materiais inservíveis resultantes da execução contratual, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), podendo ser exigida a apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), conforme a natureza dos bens fornecidos.
- f) Incentivo a práticas de responsabilidade social e ambiental (ESG), como critério de valorização de fornecedores que adotem políticas internas de sustentabilidade.

17.10. A comprovação do atendimento a esses critérios poderá ser exigida por meio de documentação técnica, certificações específicas ou declaração formal da empresa, nos termos do edital.

17.11. O descumprimento das obrigações de sustentabilidade estabelecidas poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, conforme regulamentação aplicável e as disposições contratuais.

17.12. As diretrizes acima foram extraídas da Análise de Impacto Ambiental constante do ETP, elaborado nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto Estadual nº 21.264/2016, com base nos potenciais impactos ambientais negativos e nas medidas mitigadoras descritas naquele documento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - NORMAS DE PREVENÇÃO A CORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, prometer, conceder ou aceitar, direta ou indiretamente, por si ou por intermédio de terceiros, qualquer pagamento, doação, vantagem financeira, benefício ou compensação de qualquer natureza, seja relacionado ao objeto contratual ou não. Tal conduta é vedada e deverá ser igualmente observada por seus prepostos, representantes e colaboradores.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei Federal n. 14.133/2021, além do Decreto Estadual 28.874/2024, bem como nos demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e/ou no sítio eletrônico oficial do Estado de Rondônia, conforme definido em Decreto.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. O foro da Comarca de Porto Velho é o competente para resolução de questões, dirimir dúvidas e/ou omissões eventualmente decorrentes da presente contratação, renunciando expressamente, as partes contratantes, a todos os demais por mais privilegiados que possam ser.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

22.1. Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

22.2. Parágrafo único. Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

22.3. Para firmeza e como prova do avençado, o presente Contrato, após lido e achado conforme, é firmado eletronicamente pelas partes, produzindo todos os efeitos legais.

Porto Velho/RO, local e data da assinatura.

CONTRATADA
(Represente Legal)

CONTRATANTE
(Representante Legal)



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO RAPHAEL CAMPOS DA SILVA, Coordenador(a)**, em 06/08/2025, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 06/08/2025, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062935903** e o código CRC **45E749CC**.

Referência: Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0021.014041/2024-11

SEI nº 0062935903

Criado por [68417870210](#), versão 16 por [68417870210](#) em 05/08/2025 14:01:13.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Militar - PM
Comissão Permanente de Licitações da CPOF PMRO - PM-CPOFLICITACOES
SAMS

Unidade Orçamentária: Polícia Militar de Rondônia (PMRO)	Elemento de Despesa: 33.90.39
Unidade Gestora: 150005	
Unidade Responsável pelo Processo: Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (CPOF).	Processo SEI: 0021.014041/2024-11
Unidade Demandante: Unidades Administrativas e Operacionais da PMRO.	
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de Plotagem de Viaturas.	

LOTE ÚNICO								
ITEM	MODELOS DE PLOTAGENS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CAT/SER	UNIDADE	QUANTIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Operações Especiais/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO A plotagem deverá ser realizada em vinil de alta qualidade, com exceção das celas, embarcações e aeronaves, que deverão ser pintadas com tinta automotiva específica de alta qualidade, conforme as especificações constantes do Anexos XIV e XX deste Regulamento. Requisitos mínimos do material: Vinil automotivo de alta qualidade , podendo ser refletivo ou não refletivo , conforme item especificado no regulamento; Resistência a intempéries , abrasão, impacto, lavagem frequente, calor e umidade; Características de flexibilidade, aderência e acabamento automotivo , compatível com superfícies metálicas e plásticas automotivas. Itens gráficos obrigatórios (conforme modelo da viatura): A plotagem deverá conter, conforme o tipo e modelo da viatura: Escudo da PMRO ou, para unidades especializadas, o Escudo da Unidade correspondente; Brasão do Estado de Rondônia (refletivo), posicionado na parte inferior da porta dianteira; Dísticos "POLÍCIA" e "MILITAR" , com dimensões, cores e posicionamento conforme especificações da			3	1		
2	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de policiamento tático de ação e reação ao crime organizado. Resolução 0300, página 02, imagem 1. (0054957570).				5	2		
3	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Polícia de Choque/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 1. (0047415000).				1	1		
4	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Batalhão de Policiamento de Fronteira/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 2. (0047415000).				8	3		
5	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO/CAMINHONETE. Resolução 0300, página 02, imagem 2. (0054957570).				3	1		
6	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Patrulhamento Maria da Penha/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 2. (0047415000).				1	1		
7	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN) Viaturas Administrativas/SEDAN. Decreto (0047438810).				2	1		
8	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (HATCH) Viaturas Administrativas/HATCH. Decreto (0047438810).				3	1		
9	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE) Viaturas Administrativas/CAMINHONETE. Decreto (0047438810).				7	2		
10	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA) Viaturas Administrativas/CAMIONETA. Decreto (0047438810).				1	1		

11	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (EMBARCAÇÃO). Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 1. (0047415000).	Resolução; Prefixo alfanumérico da viatura (nas laterais e no teto), para identificação terrestre e aérea; Forte Príncipe da Beira , representado em linhas coloridas (azul, verde e amarelo), conforme padrão da bandeira do Estado; Número de emergência 190 , com pictograma em adesivo refletivo; Sítio digital institucional (www.pm.ro.gov.br) no vidro traseiro; Logotipos de gestão e convênio , quando aplicável, nas portas dianteiras; Aplicação do Sillitoe Tartan nas viaturas do BPTRAN e Coordenadoria de Saúde; Respeito às cores específicas por especialidade (ex.: viaturas do BOPE em preto, do BPCHOQUE em cinza, do BPA em verde, etc.). incluindo material e mão de obra necessários para adesivagem, remoção de adesivos antigos (se houver); devem ser observadas criteriosamente as especificações (medidas, símbolos, grafismo, cores, etc.) contidas na Resolução nº 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST sob o ID 0047415000, Resolução nº 0300/2024/PM-ASSELEGIS ID 0054957570 e Decreto 23.561 ID 0047438810. Com a garantia mínima de 3 (três) anos, contra desbotamento, rachaduras, deterioração ou perda de aderência, excetuadas ocorrências decorrentes de sinistros ou uso extremo; não sendo aceito desbotamentos e deterioração que não estejam vinculados a sinistros decorrentes da atividade policial, podendo ser refletivo ou não refletivo.	24902	UND	29	10		
12	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MOTOCICLETA). Resolução 01/2023/PM, página 18, imagem 1. (0047415000).				13	4		
13	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (QUADRICICLO). Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 2. (0047415000).				2	1		
14	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHONETE). Viatura de Rádio Patrulha (caminhonete). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).				13	4		
15	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA). Viatura de Rádio Patrulha (camioneta). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).				1	1		
16	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (SEDAN). Viatura de Rádio Patrulha (sedan). Resolução 01/2023/PM, página 15, imagem 1. (0047415000).				3	1		
17	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMIONETA). Viatura do Batalhão de Trânsito - CAMIONETA. Resolução 01/2023/PM, página 12, imagem 2. (0047415000).				2	1		
18	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (MICRO-ÔNIBUS). Micro-ônibus. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 2. (0047415000).				11	4		
19	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (AERONAVE). Aeronave. Resolução 01/2023/PM, página 19, imagem 1. (0047415000).				1	1		
20	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (VAN). Van (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).				1	1		
21	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAMINHÃO). Guincho. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 1. analogia. (0047415000).				1	1		
22	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VIATURAS OFICIAIS DA PMRO (CAVEIRÃO). Caveirão (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).				1	1		
Carimbo com CNPJ/CPF-ME:		Local:	Responsável pela cotação da Empresa:			USO EXCLUSIVO DA CPOF PMRO	Valor da Proposta:	
		Data:	Fone:				Validade Proposta:	
		Banco:	Assinatura:				Prazo de Entrega:	
		Agência:						
		Conta corrente:						

OBSERVAÇÕES	<p>1. Os órgãos requisitantes devem enviar a via desta Solicitação de Aquisição de Materiais e Serviços no formato PDF, anexo ao Processo SEI, juntamente com os demais documentos, contendo todas as informações solicitadas.</p> <p>2. Conforme o Decreto 15379 de 08.09.10, é obrigatório o uso da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) nas operações de vendas para a Administração Pública Direta.</p> <p>3. As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, ou quando solicitado em outro momento, os seguintes documentos: certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS, Previdência Social, Municipal e Dívida Ativa Estadual e Certidão Negativa Trabalhista, todas devidamente atualizadas.</p> <p>4. Enviar Cotação em formato digital, através do email cpof.cpl@pm.ro.gov.br.</p>
-------------	---

THIAGO RAPHAEL CAMPOS DA SILVA - Coronel QOPM
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças

"Polícia Militar de Rondônia: Servindo e Protegendo"
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
Avenida Lauro Sodré, 1663, Olaria, Porto Velho, Rondônia, 76.801-311
protocolo.cpof@pm.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO RAPHAEL CAMPOS DA SILVA**, Coordenador(a), em 06/08/2025, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062701144** e o código CRC **EE72764F**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL [F + G]
LOTE 1															
1	Batalhão de Operações Especiais/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).	Unidade (veículo)	3	R\$ 2.180,00	R\$ 3.300,00	R\$ 2.540,00	R\$ 2.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.844,00	R\$ 2.540,00	847,40	29,80%	MEDIANA	R\$ 7.620,00
2	Batalhão de policiamento tático de ação e reação ao crime organizado. Resolução 0300, página 02, imagem 1. (0054957570).	Unidade (veículo)	5	R\$ 2.180,00	R\$ 3.300,00	R\$ 2.540,00	N/C	4.100,00	R\$ 2.180,00	R\$ 3.030,00	R\$ 2.920,00	852,53	28,14%	MEDIANA	R\$ 14.600,00
3	Batalhão de Polícia de Choque/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 1. (0047415000).	Unidade (veículo)	1	R\$ 2.180,00	R\$ 3.300,00	R\$ 2.540,00	R\$ 2.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.844,00	R\$ 2.540,00	847,40	29,80%	MEDIANA	R\$ 2.540,00
4	Batalhão de Policiamento de Fronteira/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 2. (0047415000).	Unidade (veículo)	8	R\$ 2.180,00	R\$ 3.300,00	R\$ 2.540,00	R\$ 2.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.844,00	R\$ 2.540,00	847,40	29,80%	MEDIANA	R\$ 20.320,00
5	Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO/CAMINHONETE. Resolução 0300, página 02, imagem 2. (0054957570).	Unidade (veículo)	3	R\$ 2.180,00	R\$ 3.300,00	R\$ 2.540,00	R\$ 2.100,00	4.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.844,00	R\$ 2.540,00	847,40	29,80%	MEDIANA	R\$ 7.620,00
6	Patrulhamento Maria da Penha/CAMINHONETE. Resolução 01/2023/PM, página 13, imagem 2. (0047415000).	Unidade (veículo)	1	R\$ 2.180,00	R\$ 3.300,00	R\$ 2.540,00	R\$ 2.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.844,00	R\$ 2.540,00	847,40	29,80%	MEDIANA	R\$ 2.540,00
7	Viaturas Administrativas/SEDAN. Decreto (0047438810).	Unidade (veículo)	2	R\$ 714,53	R\$ 920,00	R\$ 720,00	R\$ 600,00	2.600,00	R\$ 600,00	R\$ 1.110,91	R\$ 720,00	840,36	75,65%	MEDIANA	R\$ 1.440,00
8	Viaturas Administrativas/HATCH. Decreto (0047438810).	Unidade (veículo)	3	R\$ 714,53	R\$ 720,00	R\$ 980,00	N/C	R\$ 2.600,00	R\$ 714,53	R\$ 1.253,63	R\$ 850,00	906,09	72,28%	MEDIANA	R\$ 2.550,00

9	Viaturas Administrativas/CAMINHONETE. Decreto (0047438810).	Unidade (veículo)	7	R\$ 775,00	R\$ 850,00	R\$ 850,00	R\$ 600,00	R\$ 2.000,00	R\$ 600,00	R\$ 1.015,00	R\$ 850,00	560,02	55,17%	MEDIANA	R\$ 5.950,00
10	Viaturas Administrativas/CAMIONETA. Decreto (0047438810).	Unidade (veículo)	1	R\$ 775,00	R\$ 850,00	R\$ 850,00	R\$ 600,00	R\$ 2.000,00	R\$ 600,00	R\$ 1.015,00	R\$ 850,00	560,02	55,17%	MEDIANA	R\$ 850,00
11	Embarcações. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 1. (0047415000).	Unidade (veículo)	29	N/C	N/C	N/C	R\$ 900,00	4.700,00	R\$ 900,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00	2.687,01	95,96%	MEDIANA	R\$ 81.200,00
12	Motocicletas. Resolução 01/2023/PM, página 18, imagem 1. (0047415000).	Unidade (veículo)	13	R\$ 1.500,00	N/C	R\$ 749,00	R\$ 600,00	R\$ 1.650,00	R\$ 600,00	R\$ 1.124,75	R\$ 1.124,50	527,02	46,86%	MEDIANA	R\$ 14.618,50
13	Quadriciclos. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 2. (0047415000).	Unidade (veículo)	2	N/C	N/C	N/C	R\$ 600,00	1.900,00	R\$ 600,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	919,24	73,54%	MEDIANA	R\$ 2.500,00
14	Viatura de Rádio Patrulha (caminhonete). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).	Unidade (veículo)	13	R\$ 2.180,00	R\$ 3.300,00	R\$ 2.540,00	R\$ 1.600,00	R\$ 4.100,00	R\$ 1.600,00	R\$ 2.744,00	R\$ 2.540,00	976,77	35,60%	MEDIANA	R\$ 33.020,00
15	Viatura de Rádio Patrulha (camioneta). Resolução 01/2023/PM, página 9, imagem 1. (0047415000).	Unidade (veículo)	1	R\$ 2.180,00	R\$ 3.300,00	R\$ 2.540,00	R\$ 2.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.844,00	R\$ 2.540,00	847,40	29,80%	MEDIANA	R\$ 2.540,00
16	Viatura de Rádio Patrulha (sedan). Resolução 01/2023/PM, página 15, imagem 1. (0047415000).	Unidade (veículo)	3	R\$ 1.920,00	R\$ 1.760,00	R\$ 1.859,98	R\$ 1.600,00	R\$ 2.600,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.948,00	R\$ 1.859,98	384,08	19,72%	MÉDIO	R\$ 5.844,00
17	Viatura do Batalhão de Trânsito - CAMIONETA. Resolução 01/2023/PM, página 12, imagem 2. (0047415000).	Unidade (veículo)	2	R\$ 2.180,00	R\$ 3.300,00	R\$ 2.540,00	R\$ 2.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.844,00	R\$ 2.540,00	847,40	29,80%	MEDIANA	R\$ 5.080,00
18	Micro-ônibus. Resolução 01/2023/PM, página 16, imagem 2. (0047415000).	Unidade (veículo)	11	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00	R\$ 4.400,00	R\$ 3.700,00	R\$ 4.950,00	R\$ 3.700,00	R\$ 4.130,00	R\$ 3.800,00	535,72	12,97%	MÉDIO	R\$ 45.430,00
19	Aeronave. Resolução 01/2023/PM, página 19, imagem 1. (0047415000).	Unidade (veículo)	1	N/C	N/C	N/C	R\$ 3.000,00	R\$ 5.200,00	R\$ 3.000,00	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00	1.555,63	37,94%	MEDIANA	R\$ 4.100,00

20	Van (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).	Unidade (veículo)	1	R\$ 4.838,00	R\$ 6.790,00	R\$ 4.200,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.950,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.955,60	R\$ 4.838,00	1.102,61	22,25%	MÉDIO	R\$ 4.955,60
21	Guincho. Resolução 01/2023/PM, página 17, imagem 1. analogia. (0047415000).	Unidade (veículo)	1	N/C	N/C	N/C	R\$ 800,00	R\$ 2.650,00	R\$ 800,00	R\$ 1.725,00	R\$ 1.725,00	1.308,15	75,83%	MEDIANA	R\$ 1.725,00
22	Caveirão (BOPE). Resolução 01/2023/PM, página 11, imagem 1. (0047415000).	Unidade (veículo)	1	N/C	N/C	N/C	R\$ 800,00	R\$ 5.200,00	R\$ 800,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	3.111,27	103,71%	MEDIANA	R\$ 3.000,00
VALOR DO LOTE 1															R\$ 270.043,10

VALOR TOTAL	R\$ 270.043,10
-------------	----------------

VALOR DO LOTE 1	R\$ 270.043,10
-----------------	----------------

LEGENDA:

NC = Não encontrado

NOTA EXPLICATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

EMP1	BANCO DE PREÇOS
EMP2	BANCO DE PREÇOS
EMP3	BANCO DE PREÇOS
EMP4	R M FURUKAWA - CNPJ: 32.982.929/0001-50
EMP5	LD COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 15.031.383/0001-32



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/202X/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº xxx/202x		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	xxxx.xxxxxx/xxxx-xx
Órgão Participante:	xxxxxxxxxxxx		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual (descrição do objeto), visando atender as necessidades do (órgão participante).

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante

vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

RAFAEL DE MOURA BARROS

Coordenador do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

FABÍOLA MENEGASSO DIAS

Diretora Executiva/SUPEL

ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0043.002145/2023-43

SEI nº 0046883726



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº ____/____

[], [DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA
ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE